



LEITURA SOCIOLÓGICA do
CENTRO HISTÓRICO DE TORRES VEDRAS



CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS
GABINETE DE ESTUDOS TORREENSES

**LEITURA SOCIOLÓGICA
DO
CENTRO HISTÓRICO DE TORRES VEDRAS**

ESTUDO RESERVADO À ZONA DE EMERGÊNCIA

DOCUMENTO III

ESTUDO

Andrade Santos

(Coord.)

Nuno Andrade Santos

Licenciados em Sociologia Aplicada

2003

GABINETE DE ESTUDOS TORREENSES

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	5
PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO	
1. <i>Definição do Tema</i>	10
2. <i>Explicitação do Objecto</i>	11
3. <i>Delimitação Espaço-Temporal</i>	13
4. <i>Pertinência</i>	14
5. <i>Objectivos do Estudo</i>	16
CORPUS	
PARTE II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO	
1. <i>Quadro Teórico</i>	19
1.1 <i>O Conceito Estrutural de Urbanismo</i>	19
1.2 <i>A Evolução do Urbanismo Mundial nos Últimos Cinquenta Anos</i>	24
1.3 <i>O Centro Histórico Enquanto Lugar Demarcado</i>	33
2. <i>Dos Construtos aos Conceitos e Indicadores</i>	38
3. <i>Metodologia</i>	52
PARTE III – CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO	60
- ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS EMPÍRICOS -	
1. <i>Elementos de Caracterização Sociográfica</i>	64
2. <i>Universo Imobiliário</i>	73

3. <i>Percepções sobre as Actividades Económicas</i>	78
4. <i>Condições Ambientais e Acessibilidades</i>	81
5. <i>Equipamentos Socioculturais</i>	91
6. <i>Afectação Simbólica</i>	94
7. <i>As Instituições Socioculturais</i>	99

PARTE IV – TORRES VEDRAS NO QUADRO DO URBANISMO GENERAL

- O CENTRO HISTÓRICO TORREENSE NESTA EVOLUÇÃO SISTÉMICA –

1. <i>Aproximação à Realidade do Urbanismo em Torres Vedras</i>	111
2. <i>O Desenvolvimento Urbanístico da Cidade nos Últimos Cinquenta Anos</i>	116
3. <i>Quais os Factores que Estão na Origem da Decadência do Centro Histórico Torreense</i>	122

CONCLUSÕES

<i>Conclusões Gerais</i>	133
<i>Conclusões Específicas</i>	136

BIBLIOGRAFIA	146
--------------------	-----

APÊNDICES E ANEXO	154
-------------------------	-----

NOTA INTRODUTÓRIA

De há meio século a esta parte, e, concretamente, nos últimos trinta anos, os Centros Históricos das cidades portuguesas, e a nível internacional, estão a ser confrontados com gravíssimos problemas que põem em causa a sua própria existência.

É um ciclo histórico nefasto para estes territórios da mais elevada afirmação identitária local, que, num apuramento de conjunto, ou multidimensional, reflectem a memória colectiva das regiões, das nações, e do mundo.

Ciclo preocupante para os Centros Históricos das cidades, caracterizado pela desertificação e abandono social, económico, e institucional, agravado, em muitos casos, pela passagem a um patamar de consequências ainda mais perigosas. Patamar onde se reúne a deterioração do património edificado e ambiental com a deterioração

da vivência social na qual se instalam o desemprego e os comportamentos desviantes (marginalidade e toxicod dependência).

Todo este paradigma que envolve, contemporaneamente, os Centros Históricos, possui um registo de causalidade que tem vindo a ser estudado por especialistas internacionais, nomeadamente, sociólogos, que se debruçam sobre a área do urbanismo e da sociologia urbana. É uma causalidade proveniente da actual etapa de aceleração do industrialismo capitalista, cujo modelo económico, apontando horizontes de desenvolvimento, arrasta uma soma considerável de problemas, nos quais se inclui o presente paradigma dos Centros Históricos.

O desaparecimento da indústria de manufactura, a sua evolução para uma outra com organização científica do trabalho, e, desta, para a actual de tecnologia avançada, obrigou a transformações económicas e sociais de grande monta nos mundos rural e urbano.

Na realidade, a aceleração do industrialismo, a partir da Segunda Guerra Mundial, foi de tal modo intensa e rápida, que obrigou a uma alta concentração urbana, ao abandono dos campos, que estavam sob a prática de uma agricultura tradicional, e a um processo de migrações e emigrações para as cidades de todos os continentes. A queda da indústria de manufactura e a pressão de novos fluxos populacionais sobre os Centros Históricos das cidades provocou preocupantes alterações naqueles territórios de identidade histórica.

Em Portugal esta situação está claramente estabelecida. A tendência tornou-se cada vez mais acentuada para a desertificação do interior rural e a forte concentração demográfica no litoral. Na orla costeira, as cidades têm vindo a registar um processo evolutivo de expansão urbanística. Deste modo, tanto as cidades do interior como as do litoral têm sofrido o embate de tal etapa económico-social, que, obviamente, se repercute sobre os seus Centros Históricos.

A cidade de Torres Vedras é um exemplo, através do qual se pode constatar a realidade de todo este processo evolutivo. O Centro Histórico torreense tem vindo, de há trinta anos a esta parte, a sofrer os reflexos das transformações produzidas pela industrialização acelerada e respectiva expansão urbanística da cidade.

Dezenas de significativas empresas industriais e comerciais ou abandonaram o C.Histórico ou foram extintas. De 1980 a 2002 a população residente decresceu 63,97%. O *Plano de Salvaguarda*, Instrumento de planeamento criado e posto em vigor desde 1991, para a reabilitação desse território histórico, não respondeu às expectativas, a sua acção limitou-se ao levantamento e registo do acervo do imobiliário, e a uma orientação normativa. Assim, a elaboração de um Estudo sociológico sobre o C.H. de Torres Vedras, tornou-se imperativo, no sentido de se obter um conhecimento da realidade económica, social, e institucional, da referida área territorial.

Este nosso Estudo sociológico traz, pois, esse propósito, e a importância do seu alcance é mais que justificada no preciso momento em que se irá proceder à revisão do *Plano de Salvaguarda do Centro Histórico*.

O Estudo está reservado à Zona de Emergência do C.H., e o objecto propõe uma recolha e tratamento científico de informação.

O trabalho empírico da investigação foi realizado à totalidade do universo da Zona de Emergência, a partir de um inquérito de 43 questões colocadas a cada inquirido, entre a população residente e os agentes das actividades económicas, e uma entrevista por cada representante das Instituições socioculturais existentes no C.Histórico. Foram, deste modo, inquiridas 510 pessoas (uma por representação de cada unidade espacial activa), através de administração indirecta, isto é, inquéritos administrados pelos próprios investigadores e entrevistados os representantes das 16 Instituições socioculturais existentes.

A metodologia utiliza o método da análise extensiva. A investigação, multidisciplinar, caracteriza-se pelo tipo sociológico e urbanístico. A extensão do campo de estudo é, como se disse, a Zona de Emergência do Centro Histórico, sendo o grau de generalização dos resultados censitário.

A técnica dominante assenta na observação directa extensiva, através do instrumento - inquérito por questionário -. O questionário revelou respeitar os requisitos de fidedignidade, validade, e operatividade. É composto por 11 conjuntos de perguntas (ver apêndice n.º4). Obtiveram-se 510 inquéritos respondidos válidos,

tendo os mesmos sido administrados entre 15 de Maio de 2002 e o fim de Fevereiro de 2003.

Foi utilizada a entrevista estruturada para as Instituições socioculturais. A entrevista atendeu aos requisitos de validade, relevância, especificidade e clareza, profundidade e extensão das respostas. É composta por 9 conjuntos de perguntas (ver apêndice n.º5). O instrumento escolhido para a análise das entrevistas foi a análise de conteúdo, na acepção, análise avaliativa.

Recorreu-se a instrumentos, como, a pesquisa bibliográfica, fontes secundárias, e fontes primárias estatísticas.

Fizemos o tratamento e análise dos dados estatísticos, utilizando o programa SPSS (Statistical Package for Social Sciences), versão 11.5.

No quadro teórico procedemos à abordagem do fenómeno do urbanismo a nível mundial (Conceito estrutural com base nas teorias dos mais representativos especialistas internacionais, e a evolução, nomeadamente no último meio século, da realidade urbanística nos diversos continentes, e com mais ênfase na América do Norte e na Europa). Introduzimos a realidade dos Centros Históricos, enquanto espaços territoriais muito específicos, lugares demarcados na organização socio-espacial das cidades com profundidade histórica.

Apesar de possuímos uma imensa carga de dados, que podem ser aproveitados para outros trabalhos sequentes a este Estudo, preocupámo-nos em revelar e estudar os que mais poderiam servir para os objectivos a ter em conta na revisão do *Plano de Salvaguarda*. E a síntese, que encontramos nas Conclusões, está para aí dirigida.

Através da ponderação dos requisitos científicos, validade, representatividade e fidedignidade, o Estudo apresenta um índice de objectividade de 99,3.

Terminaríamos esta Introdução, e ainda servindo os mesmos objectivos, esclarecendo que este Estudo assenta num conceito de trabalho, no qual queremos diagnosticar sociologicamente o Centro Histórico de Torres Vedras, mas, também, tendo em conta esse diagnóstico, avançar com uma proposta de medidas que possibilitem a reabilitação social do território investigado.

Para tanto, este Estudo ficará enquadrado num conjunto de documentos que inclui, Estudo Prévio, Resultados Estatísticos, Estudo, e proposta de Plano Estratégico de Reabilitação Social do C.Histórico de Torres Vedras.

PARTE I

FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO

1 - DEFINIÇÃO DO TEMA

O tema deste Estudo incide sobre a análise científica da realidade vivencial urbana de uma área espacial no interior (Centro Histórico) de uma cidade média em Portugal.

Concretamente, tratar-se-á do Centro Histórico da cidade de Torres Vedras.

Iremos estudar essa actual realidade, desenvolvendo uma investigação que nos venha trazer dados inovadores, que produza um volume de conhecimentos até agora incógnitos.

O nosso intento será abordar esse fenómeno à luz não só da sua própria singularidade, mas posicioná-lo num quadro evolutivo da situação que envolve os

Centros Históricos das cidades a nível internacional, nomeadamente nos últimos cinquenta anos.

Apoiando-nos nas modernas teorias da sociologia urbana, e nas experiências históricas dessas áreas de cariz identitário das cidades, avançaremos para um trabalho empírico ao universo torreense, cruzando, assim, teoria e prática, e relacionando o fenómeno particular de T.Vedras com uma envolvente muito vasta e geral.

2 - EXPLICITAÇÃO DO OBJECTO

Para se compreender e analisar as disposições (atitudes que baseiam comportamentos colectivos) presentes na população do C.Histórico, temos que nos referir à história do local.

Sendo este território o gérmen da cidade, é necessário desconstruir historicamente o objecto de estudo, sem contudo tornar alvo desta análise sociológica a herança da história desta área, nos seus vários períodos.

A sociologia estuda as estruturas sociais (posições) e as relações sociais (disposições) dos grupos e actores, obviadas nas sociedades actuais, produto do devir societário do industrialismo.

Nesta atmosfera filiante, e discorrendo do contributo único do C.Histórico para a realidade social torreense, importa estudar esse território enquanto lugar de pertença.

O C.Histórico comporta vivências colectivas, inseridas nas mais diversificadas estruturas sociais da actividade humana.

O actual modo de vida urbano, característica da contemporaneidade, pressionou os vários actores e agentes para a mudança socioeconomica, da qual resultaram o declínio e a desertificação desta área. Contudo, o C.Histórico continuou a desempenhar um papel relevante na estrutura simbólica da população torreense. Contribuíram para tal os actores residentes, as actividades económicas, e as Instituições socioculturais que continuaram a perpetuar a vivência colectiva deste território.

São a vivência e as formas de existência económica e sociocultural actuais deste espaço que se constituem como objecto de estudo¹.

Para tal, construíram-se cinco construtos² que permitem um horizonte de conhecimentos sociológicos afectos a esse universo:

- 1 – Identificação
- 2 – Mapa demográfico e socioprofissional
- 3 – Universo imobiliário
- 4 – Interacção social e sociabilidade
- 5 – Afectação simbólica

Aborda-se o objecto de estudo nas acepções estruturalista e funcionalista. Descreve-se e interpreta-se as existências e os fenómenos actuais, objectivando o seu funcionamento no presente.

¹ As dimensões analíticas são explicitadas na PARTE II – ponto 3 – Metodologia.

² Pormenorizados na PARTE II – ponto 2 – Dos Construtos aos Conceitos e Indicadores.

3 - DELIMITAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL

O objecto de estudo desta investigação incide, territorialmente, na Zona de Emergência do Centro Histórico, que, praticamente, corresponde à área abrangida pelos graus de protecção 1 e 2 do *Plano de Salvaguarda*. O espaço que denominamos Zona de Emergência é uma extensa área que ocupa a maior parte do C.Histórico. Este será o território de investigação, cuja linha perimétrica (planta junto) está consubstanciada no traçado das seguintes artérias:

- Rua S. Gonçalo de Lagos
- Rua Horta Nova
- Rua da Várzea
- Rua Maria Barreto Bastos
- Rua Aleixo Ferreira
- Praça Machado Santos
- Rua do Terreirinho
- Rua Serpa Pinto
- Praça do Município
- Rua Miguel Bombarda
- Rua Dias Neiva
- Largo dos Polomes
- Largo Alfazema
- Rua da Sociedade Columbófila



Ao Sistema Territorial de Inquirição atribuímos-lhe as seguintes graduações:

QUADRO 1

UNIDADE DE INQUIRÇÃO	Prédio ou Fracção Predial
CONJUNTO TOPONÍMICO DE INQUIRÇÃO	Numeração completa de rua, largo, ou praça
SECTORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO³	Eventualmente, a área investigada poderá vir a ser dividida em vários sectores, consoante a denominação simbólica com representação social nos agentes residentes no C.H. e na cidade.

A investigação fornece informação recolhida em 2002 e canaliza esforços para retrospectivar a mobilidade dos residentes a partir de 1950.

4 - PERTINÊNCIA

Torres Vedras é uma cidade com um passado profundamente longínquo. Pelos vestígios se poderá observar a riqueza do seu cruzamento cultural, construído pela sucessiva passagem de povos diversificados. A urbe recebeu influências de

³ A Base de Dados permite trabalhar, as variáveis apresentadas, sobre espaços parciais da Zona de Emergência.

romanos, bárbaros, visigodos, árabes, até que D. Afonso Henriques a tomou depois de 1148.

O morro com o seu castelo são o gérmen do sítio, do lugar, onde a comunidade se estabeleceu, o Centro Histórico se veio a organizar ao longo dos séculos, e, ainda hoje, continua a ser o mais eloquente símbolo da identidade torreense.

Este lugar, o Centro Histórico, é reportado pelo nosso maior cronista, Fernão Lopes, na “Crónica de D. João I”, quando descreve o cerco posto a esta terra pelo Mestre de Avis, apontando topónimos locais, nas cercanias ou na encosta do morro, que continuam, hoje, a ser mantidos no vocabulário toponímico dos torreenses.

Foi no paço, que se situava na encosta do castelo, que se registou o Conselho Régio de D. João I, onde se decidiu a tomada de Ceuta, a primeira etapa para os Descobrimentos.

Esta zona é um palco histórico que mantém um desenho urbano medieval. Descendo do castelo, artérias radiais e anelares, largos e casas, projectam para a actualidade o império do tempo, da tradição, da memória.

Um palco histórico que, até aos anos 60 do século passado, fervilhava com a vivência dos seus actores residentes que lhe asseguravam uma permanente construção social.

Os anos que se seguiram, dessa década aos nossos dias, vieram alterar essa solidez vivencial. A quebra demográfica, o abandono, as rupturas no sector secundário, a deterioração das actividades económicas, a inoperância, ou, até, a inexistência dos equipamentos socioculturais, por um lado, e, por outro, a incapacidade política para responder a estas situações, a falta de Estudos que nos dessem informação sobre este fenómeno (o *Plano de Salvaguarda* é, tão-só, um levantamento reservado ao imobiliário) resultaram na actual desertificação e declínio daquilo que denominaremos Zona de Emergência do C.H..

Entretanto, a resposta positiva por parte dos Organismos Centrais à candidatura de Torres Vedras ao Programa POLIS, tendo como meta a requalificação de uma faixa dessa Zona de Emergência, veio acrescentar um novo

paradigma de grandes exigências sobre os conhecimentos científicos que se devem possuir acerca do respectivo universo.

Assim, o conjunto dos factores enunciados são, só por si, portadores de grande pertinência, e, aos sociólogos autores deste Estudo, justificáveis para que considerem o Centro Histórico de Torres Vedras um laboratório privilegiado para a investigação.

5 - OBJECTIVOS DO ESTUDO

São objectivos principais do Estudo, diagnosticar a realidade para que aponta o Objecto, fornecendo, a partir daí, um conjunto de conhecimentos técnicos que possibilitem a criação de um *Plano* de reabilitação social do Centro Histórico torreense.

A função destes objectivos consagrar-se-á através da participação na actual revisão do *Plano de Salvaguarda* da referida área.

São, ainda, objectivos do Estudo compactar as informações recolhidas numa Base de Dados que, futuramente, possam ser fornecidas a diversificados sectores de trabalho, Instituições, e Organismos centrais, regionais, e locais, tais como:

- Ministério do Ambiente, Ministério das Cidades
- INE / GEPAT / DOT / DGOT/ CCDRLVT (Organismos Centrais)
- Forças de Segurança (PSP, GNR)
- Rede de Centros Históricos de cidades médias portuguesas
- Associação Nacional de Municípios com Centro Histórico
- Associação dos Amigos dos Castelos

- AMO – Comunidade Urbana do Oeste
- ACIRO e UAERO

O Estudo, interpretado e trabalhado por quem o domine, poderá integrar-se, como Instrumento de sociologia urbana, na produção laboral de equipas interdisciplinares, nomeadamente como a arquitectura, a engenharia, o urbanismo, a geografia, para a nova etapa de um moderno planeamento urbanístico, inevitável no Município de Torres Vedras.

CORPUS

PARTE II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

1 – QUADRO TEÓRICO

1.1 – O CONCEITO ESTRUTURAL DE URBANISMO

O urbanismo, neste raiar do século XXI, pode considerar-se como um dos fenómenos mais eminente do mundo contemporâneo.

A vertiginosa aceleração desta realidade, nos últimos trinta anos, faz-se acompanhar de um exponencial de problemas que definem a vida quotidiana de uma apreciável parte da humanidade.

Para uma quantificação do universo urbanístico à escala internacional, no sentido de fornecer elementos que auxiliem a uma melhor avaliação, poder-se-á acrescentar que em 1975, do total da população mundial 40% vivia em zonas urbanas.

Actualmente cifra-se já em 50%, prevendo-se que em 2025 suba para os 65%. E tal estatística, que no geral assume dimensões preocupantes, eleva-se para domínios assustadores nos Estados Unidos, onde, na actualidade mais de 75% dos norte-americanos vivem em grandes e pequenas cidades e conurbações urbanas, conforme Relatório das Nações Unidas (Anthony Giddens, 1997).

Ainda segundo o recente Estudo, *Prospectivas de Urbanização no Mundo*, do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, a tendência em Portugal está, também, dirigida para o acréscimo acentuado de urbanização. Segundo esse Estudo, prevê-se que, em 2015, na Área Metropolitana de Lisboa estejam a residir 4.544.000 habitantes. A capital de Portugal será, então, a terceira Área Metropolitana da Europa com mais população, superada, só por Paris e Londres. Em 2015, na AM de Lisboa viverá 45,3% da população portuguesa, na AM do Porto 23,9%, nas outras áreas urbanas 8,3%, e apenas 22,5% nas zonas rurais.

A interpretação de tais índices demográficos relacionados com a ocupação urbana, só por si, dá-nos conta da importância do fenómeno nos nossos dias. Na verdade, estamos a tratar de uma questão que se comporta como um corpo vivencial que encerra um conjunto de variáveis, de problemáticas, actuando inter-ligadas quais vasos comunicantes.

A ideologia, a política, a economia, a ecologia, os patrimónios edificados (histórico, institucional, e habitacional), as movimentações sociais, são variáveis que se ligam e cruzam nesta realidade. É a corporização de um processo complexo, perfeitamente distinto na história do homem, e cuja abrangência tem vindo a ser estudada sociologicamente desde finais do século XIX.

O urbanismo, ao contrário do que se encontra estabelecido no senso comum – que o reduz, tão-só, ao conhecimento especializado da arquitectura – é, pois, um fenómeno muito vasto, dir-se-á, um modo de vida que compreende o estar, o pensar, e o agir dos cidadãos nos limites de um território urbano. Deste modo, representa a preocupação do universo vivencial humano completo e imenso. A sua grandeza sobrepõe-o, com autoridade, a todo o tipo de singularidade disciplinar.

Todo o espaço urbano é um território para ser habitado. Assim pressupõe, como dado adquirido e incontornável, a existência de uma organização social, ou,

utilizando terminologia mais rigorosa, socio-espacial. Como conclui, o biólogo francês, Henri Laborit (1971), na sua conhecida obra, *O Homem e a Cidade*, “O urbanismo refere-se, antes de tudo, a um problema sociológico, pois uma sociedade realiza-se através de um agrupamento de indivíduos”. É uma ilação tão simples, mas diz tudo.

Concretamente, e no ponto de vista da análise científica, tratar-se-á de uma abordagem que relaciona as formas de comportamento social específicas com um modo de ocupação do espaço.

Desta feição, o urbanismo, no seu mais apurado e verdadeiro conceito, envolve, hoje, uma grande, significativa parte da população mundial.

Este fenómeno começou a ser estudado no meio académico, tornou-se pertinente para a investigação científica, como atrás referimos, nos finais do século XIX, a partir da contribuição teórica dos percursores da sociologia. Alguns deles trataram especificamente, e com método positivo, da cidade como tipo distinto de organização social. Aí se começaram a efectuar pesquisas empíricas no terreno de uma nova realidade relacionada com a industrialização e o que desta resultava, a urbanização acelerada. Esse contributo teórico visava já, numa perspectiva evolucionista, esboçar o processo de formação da cidade. Karl Marx, nos seus estudos, nas suas obras sobre a economia, a evolução do industrialismo e do capitalismo, as relações das classes sociais, manifestamente na conflitualidade entre burguesia e classe operária, aborda, com grande profundidade, a sociedade urbana e a natureza desta nos ciclos e nas etapas do processo histórico. E o seu contemporâneo, também consagrado sociólogo, Max Weber, por seu lado, elabora uma teoria da comunidade urbana, a fim de explicar o **agir social**, demonstrando que a estreita correlação entre Instituições urbanas não permite isolar e valorizar uma delas. Weber refere que todo o conjunto das Instituições, e o papel singular que cada uma delas desempenha, é indispensável para a compreensão do **agir social** que determina a urbe. Interessando-se pelo estudo da relação indissolúvel entre organização espacial e organização social, advoga que a cidade, a realidade urbana, é um organismo espaço-social complexo. E assim deve ser entendido, para melhor se poder estudar, investigar.

Todavia, a estes teorizadores, juntaram-se, mais tarde, algumas décadas depois, um conjunto notável de interessados investigadores do fenómeno do

urbanismo. Estávamos nos anos 20 do século passado, nos Estados Unidos da América, concretamente na Universidade de Chicago. Foram os professores e sociólogos, Anderson, Thrasher, McKenzie, Ernest Burgess, Robert Park e Louis Wirth, que apresentaram trabalhos importantes nesta área, dando, assim, poderosos contributos para o conhecimento científico, a partir de estudos realizados em várias cidades norte-americanas, já, então, com novas e surpreendentes problemáticas.

Aliás, e como reforço complementar, poder-se-á dizer que os E.U.A., em matéria de urbanismo, foram o país onde a pesquisa sociológica alcançou o seu máximo florescimento. Contemporaneamente, e neste domínio das questões urbanísticas, a Universidade de Chicago, e o Centro de Sociologia Aplicada da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, são altamente prestigiadas. Conforme observa Marcella Delle Donne (1980), na obra, *Teorias Sobre a Cidade*, não há problemas sociourbanos na cidade de Chicago (mobilidade centro/subúrbios, levantamentos de bairros, ordenamento territorial, questões de conflitualidade social, emigração, etnias, criminalidade, etc.) que não encontrem os seus dados a partir de trabalhos sociológicos solicitados pela Administração Local da cidade.

Wirth torna-se o líder daquilo que veio a designar-se, Escola de Chicago, produzindo ideias e teorias que vieram acrescentar respeitabilidade à sociologia urbana. De facto, este grupo de cientistas sociais, tinha tudo o que qualquer investigador desta especialidade aspira, ou seja, a posse de um excelente laboratório social. As cidades norte-americanas eram (e continuam a ser, hoje, ainda mais) esse laboratório. Os tempos de então afirmavam-se pela existência de grandes fluxos emigratórios que atravessavam o Atlântico, pelos síndromas internos das etnias, do racismo, problemas que se fixavam nos centros urbanos, enquanto estes cresciam territorial e demograficamente a um ritmo, que, até aí, era desconhecido. As grandes cidades tornavam-se palcos de preocupante conflitualidade sociocultural.

É neste contexto citadino que surge a Escola de Chicago, adoptando dois padrões de construção conceptual. Por um lado, a chamada abordagem ecológica à análise urbana, por outro a caracterização do urbanismo como modo de vida. A referência mais evidenciada nestes investigadores traduzia-se na forma como entendiam o processo histórico do urbanismo, considerando que se assemelhava à

biologia. A cidade seria uma criação **natural**, onde o indivíduo ou grupos sociais estavam em permanente luta, vencendo os mais aptos e fortes, tratando-se, assim, de um processo de escolha natural, tal-qual se verifica na Natureza, com os seres animais e vegetais na sua adaptação ao meio-ambiente, no seu sacrifício pela sobrevivência.

Como na ecologia biológica, segundo a Escola de Chicago, a cidade tem o seu mecanismo de selecção, produzido quer pelos próprios habitantes que já se encontram estabelecidos nos bairros, quer entre estes e os que, vindos do exterior, tentam penetrar, para aí residir e trabalhar.

A pressão emigratória sobre os centros históricos, a capacidade de resistência destes, a expansão dos subúrbios, são fruto de uma permanente tensão entre os grupos sociais, entre os indivíduos, na luta pela vida.

Até aos anos 40, Louis Wirth e os companheiros publicaram trabalhos de investigação, aprofundando as suas teorias e utilizando uma metodologia com forte componente de observação participante (nas décadas seguintes a metodologia norte-americana irá derivar, depois, para outros caminhos, sendo essencialmente marcada pelo funcionalismo e pela relação quantitativa, percurso de trabalho das universidades de Columbia e Harvard).

Já no pós-guerra, nos anos 50 e 60, as teorias da Escola de Chicago foram retomadas por outros autores, nomeadamente Amos Hawley (1950/1968) que as refundiu. Este investigador, em vez de focar a sua análise na competição dos grupos sociais, salientou a interdependência obrigatória dos mesmos e das suas áreas de ocupação da cidade.

Nos últimos trinta anos, o contributo mais importante para a compreensão do fenómeno urbano tem sido dado por dois dos mais reconhecidos sociólogos da actualidade, Manuel Castells e David Harvey. Fortemente influenciados por Marx, as suas teorias explicitam o fenómeno que estamos a tratar, tendo, como ponto de partida, a política e a economia, inseridas estas componentes no quadro da evolução capitalista. E, nesse sentido, advogam que o modelo de organização socio-espacial a vigorar nas últimas décadas assenta na relação de poder, interesses e interacções da política e da economia. Os padrões da acelerada fase do urbanismo são resultantes da conotação com todas as envolventes contidas no processo histórico internacional. E,

neste, pontuam, nos últimos trinta anos, a rápida transformação da economia rural, o ascenso do industrialismo à etapa superior, e o surgimento de uma nova sociedade, com um impulsionante sector de serviços, alta tecnologia, rasgada informação, e valorizando cada vez mais o conhecimento. Operando-se todas estas componentes, agora, num palco único, mundial, o que obriga, em tal circunstância, ao aparecimento de um poderoso ciclo de mobilidade humana residencial. E, por essa via, estarmos perante um quadro de migrações e emigrações, num movimento humano nacional e transnacional, dirigido para os centros urbanos, o que está a produzir novas realidades sociais e consequentes novos paradigmas para o urbanismo.

Poderemos acrescentar, todavia, que, pisada e prensada toda esta uva no lagar da história, um vinho aí está, e até já lhe puseram um nome: **Globalização**. O que não sabemos, ainda, é se, com o passar do tempo, ele sairá puro e apetecível, ou, ao inverso, começará a azedar...

O urbanismo moderno é filho de tudo isto. Só pode ser compreendido e entendido, explicando-se tudo isto. E, desde já, definindo o seu verdadeiro conceito. Por isso, os autores atrás referenciados, com as suas investigações, estudos, e teorias, são fundamentais para um conhecimento académico e especializado.

1.2 – A EVOLUÇÃO DO URBANISMO MUNDIAL NOS ÚLTIMOS CINQUENTA ANOS, RESULTANTE DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

O meio urbano, a cidade, no seu rigor histórico, é um processo eminentemente social, cujos factores dinâmicos foram, no início, a família e a religião, a que se lhes juntaram, mais tarde, as Instituições. Com a solidificação da classe urbana dos burgueses foi acrescentado um outro factor, a economia. E, hoje, estabelecida a civilização industrial, ou se quisermos, na actual etapa histórica do

desenvolvimento industrial capitalista, posicionou-se, com total apetite para tomar conta desse dinamismo, o factor mais omnipresente, o consumo.

A génese da história urbana fica, desde logo, definida pelo percurso de uma construção social singular muito específica. E se o aglomerado urbano parte das determinantes, família e religião, relativamente depressa necessita da componente, instituições, pois é com estas que se institucionaliza o poder.

O poder, eis a terminologia chave que acompanha todo o processo do urbanismo. O objectivo supremo do grupo social (não será, também, de cada indivíduo, relativizando estatutos e hierarquias?) tem sido o domínio do poder. E desde que as cidades são cidades, é aqui que está o poder, em todas as suas variantes, por mais forte e importante que tenha sido o campo, a sociedade rural.

Quando a cidade passou a comportar uma interacção das Instituições, que lhe asseguraram estratégias, mesmo que mínimas, de planeamento, convivência de classes, níveis de produções, e ritmos de comercialização, estamos perante uma significativa etapa da ascensão de um grupo social ao poder. Dá-se o nascimento da burguesia urbana, que instaura mais uma poderosa componente – a economia – na consolidação do urbanismo, na edificação da cidade. E daí a pouco mais de três séculos romperá a industrialização, que se irá estabelecer nas urbes, impulsionando estas, dando origem ao alargamento dos seus perímetros territoriais. É a constatação de uma nova experiência demográfica, até aí desconhecida, com a migração dos campos para os centros urbanos, onde se situam oficinas, as fábricas, onde está o emprego e uma outra forma de vida.

Estamos no alvorecer de um novo estrato social, a classe operária, que acabará por se revelar, no plano histórico, como um dos agrupamentos socioprofissionais com maior capacidade de luta, capaz de influenciar, e até forçar a um ciclo mais avançado no caminho do modernismo humano.

Por outro lado, a burguesia urbana, até aí comercial, ganha um notável poder ao adquirir, e juntar a si, uma outra dimensão, a indústria.

Burguesia e operariado passam a ser o motor da civilização industrial. E, à medida que esta estrutura económica vai triunfando, impõe as suas leis na esfera política. São criadas as Repúblicas, caem as monarquias, arrastando, nessa queda, a

sua aristocracia, que tinha, até então, governado os continentes. Fica para trás o antigo regime, agora, no horizonte, um mundo novo. E é este outro e significativo ciclo político-económico que vai estimular o desenvolvimento do urbanismo. Os centros urbanos vão crescer a um ritmo apressado. Difunde-se um sistema de valores, atitudes, e comportamentos, que acaba por ser denominado **cultura urbana**. A etapa capitalista entra pelo século XX fortemente estruturada, e com objectivos precisos, cujo ponto nuclear, central, é o lucro. E para haver lucro, este, obviamente, não pode ser conseguido sem produção, comercialização, e o ambicionado remate desta cadeia - o consumo -.

Assim está encontrado o último dos factores dinâmicos que articulam todo o processo causativo da formação da cidade, da construção do urbanismo. **Família e Religião**, inicialmente, mais tarde as **Instituições**, depois a **Economia**, por fim o **Consumo**, sendo estes dois últimos factores, a expressão operacional do lucro.

Dirigido que está o presente Estudo para uma abordagem e pesquisa científicas do fenómeno urbano, convém dizer que poderá parecer ideológica a aparelhagem teórica deste trabalho. Se assim for entendido, caber-nos-á adiantar que, neste caso concreto, não é o objecto teórico da ciência que está a resvalar para a ideologia, mas, sim, o objecto real do Estudo – o urbanismo – que é, ele mesmo, fruto de uma ideologia. Reforçaremos mesmo esta posição de princípios, apoiados no mais credenciado teórico e produtor de conhecimento sobre questões do urbanismo moderno a nível internacional, sociólogo Manuel Castells (1984), na sua obra, *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, nomeadamente no capítulo **Teoria e Ideologia em Sociologia Urbana**.

O processo histórico do desenvolvimento capitalista, com especial relevância nestes últimos cinquenta anos, tem demonstrado que as cidades, as grandes metrópoles urbanas, são elementos indispensáveis, sem os quais será difícil a consagração do consumo em grande escala, logo, de acesso à esperada fatia do lucro.

Mas se a região urbana é um meio para que determinado sistema económico atinja o seu fim, isso não significa que possamos decifrar esse meio como um

organismo socio-espacial cuja construção e evolução tenha tido o mesmo comportamento em todos os países do mundo.

A cidade é um organismo social vivo, detentor de milhares, ou milhões, de vivências individuais, logo, um universo colectivo encarcerado em tensões constantes, perenes, e, por vezes, incontroláveis. O que equivale a podermos reter uma noção destes universos socio-espaciais. As cidades têm os seus andamentos próprios, e sempre dependentes da conjuntura económica internacional, a que se deve juntar o estágio de desenvolvimento específico de cada nação. A este propósito anotaremos Anthony Giddens (1997), na obra, *Sociology*: “A estrutura dos bairros locais e os seus padrões de crescimento e declínio reflectem, frequentemente, mudanças na produção industrial a nível internacional.”

Assim, quer o desenvolvimento industrial capitalista e sua economia, quer a rota de cada país enquadrada nesse desenvolvimento, originam a diversificação de modelos aplicados ao crescimento das cidades. No concreto, isso traduzir-se-á na existência de uma evolução urbanística, que, nos Estados Unidos da América, se manifestou com características diferentes das que se revelaram na Europa ou nos países da América Latina, África, Sueste Asiático, e noutras zonas do Terceiro Mundo.

Nos E.U.A o crescimento do urbanismo, a expansão territorial das cidades, já foi muito considerável nas primeiras quatro décadas do século XX. Isso conduziu a novos desafios colocados à sociedade norte-americana, que, vivia uma época de crescente desenvolvimento industrial, recebendo enormes fluxos emigratórios. Os problemas sociais produzidos por esse crescimento urbano, foram, na altura, investigados e estudados por Louis Wirth e seus companheiros da Universidade de Chicago. Mas é no pós-guerra, nas décadas de 50/60/70 que se dá a grande explosão urbana, resultante da inquestionável energia do industrialismo estadunidense. Milhões de migrantes e emigrantes invadem as cidades, é aí que está o emprego, e, nessa circunstância, o processo da suburbanização atinge o auge. O fenómeno apresenta, então, contornos distintos, caracterizando-se pela acção descentralizadora promovida pelos habitantes permanentes das cidades e pelas empresas instaladas no interior dos perímetros urbanos. Ou seja, os bairros e as zonas centrais das urbes

começam a ser invadidos pelos emigrantes pobres europeus, latino-americanos, asiáticos, e por vagas de migrantes negros. A indústria necessitava deles e eles da indústria.

Os habitantes brancos da classe média norte-americana começaram a deixar as zonas centrais citadinas, onde residiam, à medida que sentiam a pressão, cada vez maior, das etnias hispânica, asiática, e dos negros. Os bairros tradicionais, os centros, gradualmente ficaram, assim, entregues às minorias étnicas e aos negros. A classe média branca deixou os centros, instalando-se nas periferias das cidades, construindo, aí, novas áreas residenciais. E a debandada deu-se, também, com as indústrias tradicionais e as empresas que necessitavam de novas instalações, mais amplas, e melhor equipadas. Assim o exigiam os modernos processos de produção em massa, com linhas de montagem apetrechadas com maquinaria tecnologicamente avançada.

E se as periferias se dilataram, os perímetros urbanos cresceram avassaladoramente, redes de auto-estradas e vias de acesso foram construídas, proporcionando excelentes condições para a instalação de actividades comerciais. Hipermercados, grandes superfícies destinadas a um comércio com uma gama infundável de produtos (autênticas catedrais do consumo), foram implantados em lugares estratégicos. Zonas onde se estabeleceram as rotas da mobilidade humana, o formigueiro quotidiano dos fluxos populacionais. Manuel Castells (1977), na obra, *The Urban Question: A Marxist Approach*, denominava-os “Centros de Intercâmbio Periféricos”.

Esta explosão do urbanismo norte-americano, no período do pós-guerra à década de 80, alterou, por completo, o padrão de vida dos cidadãos. Estes ganharam novos hábitos, incrementando novas práticas na alimentação, vestuário, ocupação de tempos livres, posicionamento perante a profissão, o trabalho, mobilidade quotidiana, etc. E toda esta dinâmica foi aproveitada e cultivada pela indústria da construção civil, pelas poderosas empresas desse ramo. As capacidades económicas de tais impérios do negócio imobiliário são de tal monta que passam a exercer influência sobre a classe política da administração local. São esses impérios que determinam o ordenamento das cidades, e impõem, como orientação sistemática no seu discurso e inerente semântica, o vocábulo **reestruturar**. David Harvey (1985), em

Consciousness and the Urban Experience: Studies in the History and Theory of Capitalist Urbanization, salienta que, no urbanismo moderno, o espaço é permanentemente reestruturado.

Todavia, este modelo de urbanismo foi posto em causa por muitos especialistas, pois, na realidade, quanto mais se expandiam os subúrbios, oferecendo melhores condições de vida aos seus residentes, maior índice de deterioração se declarava nos centros citadinos, começando pelas habitações, até ao desemprego, pobreza, e criminalidade. Esta situação tornou-se complexa nas cidades mais antigas, como Nova Iorque, Boston, Washington e Los Angeles. Esta última, em 1992, foi palco de violentos tumultos, provenientes dos bairros antigos, considerados como assustadores por Henry Cisneros, político responsável pelo Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

O que se passou nos E.U.A tem semelhanças com a tipificação do urbanismo progredido na Grã-Bretanha. Também aqui se verificou o fenómeno do abandono dos Centros Históricos das cidades inglesas, nomeadamente a partir do pós-guerra. O desenvolvimento do industrialismo capitalista provocou o declínio da indústria e comércio até então instalados nas zonas centrais das urbes, dando origem à morte ou debandada de actividades económicas que mantinham a vida na centralidade mais profunda das cidades inglesas.

Em 1985 a Igreja de Inglaterra publicou um Relatório dando conta da deterioração dos Centros Históricos que passava pelo desemprego dos habitantes dessas zonas (nos jovens atingia 40% nos brancos, e 60% nos negros), criminalidade, toxicod dependência, solidão, suicídio, falta de segurança, pobreza. Tanto assim, que o governo inglês teve de criar, em 1988, o programa **Acção para as Cidades**, destinado a combater os grandes problemas dos Centros Históricos.

Se nos E.U.A e na Grã-Bretanha os problemas do urbanismo tiveram, e continuaram a ter, fortes semelhanças, nos restantes países europeus isso pode não ter sido tão sintomático. É certo que a tendência nos países industrializados do ocidente continua a ser para a desertificação dos centros das cidades, no entanto, nestes países, a progressão urbana manifestou-se através de modelos e experiências diferentes das ocorridas nas duas referidas nações.

De facto, grandes cidades europeias como Paris, Roma, Madrid, Lisboa, entre outras, conseguiram que os seus Centros Históricos resistissem à pressão das vagas de migrantes e emigrantes. Estes volumosos fluxos humanos, procurando emprego e melhores condições de vida, vindos do interior rural de cada país, ou de África e Ásia, em grande parte foram obrigados a fixar-se às “portas” das cidades. Aí produziram aglomerados suburbanos a uma escala sem controlo, transformando os subúrbios das cidades em zonas de habitação sem qualquer qualidade, bairros clandestinos, ou, pior do que isso, bairros de lata. Assim, a velocidade com que milhões de seres humanos, em poucas décadas, têm pressionado, demograficamente, as cidades europeias, provocou o aparecimento de um tecido suburbano com altos índices de conflitualidade e descontrolo social. Choque de culturas, degradação da vivência colectiva, desemprego, criminalidade, são factores que caracterizam, ainda hoje, os subúrbios de muitas cidades do ocidente europeu.

Mas, no Terceiro Mundo, onde vive três quartos da população mundial, o processo urbanístico tornou-se praticamente dramático. Nesses países, as pessoas foram, e continuam a ser, arrastadas, em vagas sucessivas, para as regiões urbanas, porque os seus sistemas de produção rural se desintegraram. Nas orlas das cidades proliferam bairros de lata. Na Índia, no Sueste Asiático, em determinadas regiões de África, e na América Latina, a progressão urbana está a revelar-se insustentável.

O que podemos concluir da história mais recente do urbanismo (último século, ou, com maior precisão, da 2ª guerra mundial aos nossos dias) é que a sua estrutura material mais visível – o imobiliário – tem vindo a ser dominado por uma acção perversa. Na verdade, os imóveis deixaram de ser uma necessidade enquanto função social, para se tornarem uma necessidade enquanto estratégia de uma organização económica.

Essa estratégia passa pela constante dilatação dos perímetros urbanos das cidades, ou pelas requalificação e reabilitação de áreas das mesmas. É um fenómeno inevitável e previamente estabelecido no modelo de desenvolvimento capitalista. A renovação urbana é um exemplo da ultrapassagem da necessidade da função social pela oportunidade económica. Na Europa ocidental o caso mais notório está nas Docas do Tamisa, em Londres, que, ao deixarem de funcionar, foram transformadas em

território (1360 hectares) de habitação, comércio e serviços, para estratos sociais com altos níveis de rendimento.

Os sociólogos, David Harvey e Manuel Castells, como já acentuámos, são reconhecidos, na actualidade, como os dois maiores especialistas em questões de urbanismo. O primeiro, Harvey, dedica, precisamente, grande parte do seu contributo teórico à análise da relação do espaço urbano, permanentemente reestruturado, com o reforço do poder na estrutura económica. Não é por acaso que os poderosos grupos financeiros, a nível internacional, nacional, ou local, mesmo que tenham a sua tradição de negócio noutras áreas, estão, hoje, a deslocar as suas energias para a transacção de terrenos e construção de imobiliário. No urbanismo moderno, esta ligação amorosa, este casamento, é dado adquirido.

Por outro lado, John Logan e H. Molotch, aceitando as teses de Harvey, completam-nas, com o estudo do pormenor, na obra, *Urban Fortunes: The Political Economy of Place*. Salientam estes autores que tudo se pode alterar, no traçado fisionómico da cidade, por motivos económicos. Enquanto os residentes encaram a habitação como um lar, as empresas construtoras manobram estes equipamentos à medida dos seus interesses negociais, o que empresta a tal realidade perspectivas diferentes, por vezes antagónicas e conflituais.

Mas são os Estudos e teorias de Manuel Castells que mais aprofundam os relacionamentos da realidade urbana com a organização da economia mundial, na perspectiva temporal, logo dialéctica e histórica. As suas obras, as suas investigações, reflectindo sobre o avanço, o ascenso do industrialismo capitalista, demonstram que esta é a causa general do urbanismo moderno. A transição da indústria de manufactura para uma outra, já com organização científica do trabalho, e depois desta para a actual, com tecnologia de ponta altamente avançada, pode classificar-se como um processo de encadeamento paradigmático. Processo de ruptura, no espaço temporal das últimas sete ou oito décadas, que veio criar todo um novo modelo de estrutura produtiva, com consequentes reflexos, em muitos casos dramáticos, no mundo do trabalho operário.

Poder-se-á dizer que muitos dos factores que têm influenciado as transformações ocorridas nos centros das cidades são provocados por mudanças

económicas provenientes de decisões estratégicas que têm origem a milhares de quilómetros de distância. É um fenómeno que se deverá enquadrar na análise que possamos fazer sobre a globalização.

Há vários pontos do globo que ordenam, hoje, a vida da maioria dos cidadãos do mundo. Esses pontos de comando são, rigorosamente, uma dezena, se tanto, das mais importantes cidades do planeta. Daí saem as orientações que irão regular a economia internacional. Saskia Sassen (1991) denominava esses pontos como **cidade global**. Na obra, *The Global City: New York, London, Tokyo*, a autora, estudando estas três cidades, considera que, nas últimas duas/três décadas, o poder principal está, cada vez mais, a concentrar-se. A globalização, na sua estrutura de planeamento hierárquico, determina que cidades como estas, embora com histórias muito diferentes, apresentam, actualmente, a mesma característica, igual atitude e opção. Ou seja, guardam para si o controlo central das operações económicas mundiais.

O importante, para a estratégia destas cidades, já não é a produção de bens materiais, mas a produção de serviços especializados, inovações tecnológicas e financeiras, descoberta/cultivo de áreas de mercado, em síntese, a produção de conhecimento, e, a partir deste, construirão corredores de influência com acesso aos gabinetes dos decisores políticos. É isto que a cidade global faz, e é com isto que controla a produção e o consumo universais. Porque as fábricas (a produção material) são colocadas e deslocadas constantemente de um para outro país, conforme os interesses dos custos de mão-de-obra e das facilidades governamentais quanto à fiscalidade, ao pagamento de impostos.

Os padrões do urbanismo moderno estão, assim, relacionados, e praticamente dependentes, das estratégias do industrialismo capitalista, no seu estágio actual de economia globalizante.

1.3 – O CENTRO HISTÓRICO ENQUANTO LUGAR DEMARCADO

Os Centros Históricos, pela sua natureza, são espaços territoriais muito específicos quando confrontados com as restantes áreas dos agrupamentos urbanos, das cidades.

Neste ponto, abordaremos os aspectos que se podem considerar mais significativos quanto à caracterização de um Centro Histórico. Diremos que a análise se baseará em aspectos que são gerais, fundamentalmente no plano dos conceitos, pois, como é óbvio, cada zona histórica terá a sua própria particularidade, o seu processo de vida distinto.

Abordaremos, assim, quatro ângulos de especificidade que orientam a tipificação genérica de um Centro Histórico.

- Antiguidade
- Identidade
- Quotidiano económico e social
- Singularidade do lugar no território da cidade

Se há uma imagem comum, que resulta de toda a análise que se faça às monografias históricas, ela ligar-se-á, certamente, ao peso que a antiguidade assume enquanto característica identitária das cidades. Existente no património construído, a antiguidade está também patente nas Instituições, actividades económicas, nas práticas quotidianas, e nas tradições populares. Tanto assim é que continua a ser um elemento colocado, com muita evidência, em todos os documentos informativos sobre Centros Históricos, nomeadamente os que se dirigem ao visitante turístico.

Esta evidência conferida à antiguidade, no fundo, representa o reconhecimento de que o tempo é um dos elementos mais preciosos para a certificação da história.

A antiguidade empresta ao local a afirmação dos factos e das vivências, decantando-os, provocando o aparecimento da sabedoria como resultado das

experiências vividas. O lugar ficará, assim, mais absoluto, portador de uma certeza capaz de ser continuamente refundida e melhorada.

A antiguidade produz a camada exaltante da pátina, que, esteticamente, é indispensável ao Centro Histórico. Marca, ainda, o traço evolutivo do desenho urbano. Cria os segredos profissionais que sucedem de geração em geração, quase sempre no labirinto familiar. Perpetua o horizonte social. Tudo isto junto, funcionando num jogo cujo resultado se denomina Identidade.

E se na antiguidade existe o fenómeno preponderante do tempo, na Identidade surge, mais notória, a valência do espaço. Queremos então dizer que a Identidade se transforma num palco onde é realizado o teatro do simbólico.

A Identidade do Centro Histórico é a referência da distinção deste, primeiro como criação da Natureza, depois como inteligência do ser humano. O homem, nesse palco, nesse lugar, constrói o património, executa tal obra adaptando-a às funções que regulam as suas necessidades vivenciais. E assim, Natureza e homem, desenham, forjam a história do lugar ao longo de séculos e milénios.

A Identidade do Centro Histórico é o manual dos seus sinais. Os símbolos que esse espaço entroniza: A paisagem natural, a singularidade orográfica, a ambiência climatérica, os monumentos, o desenho urbano das ruas e dos largos, a arquitectura do imobiliário, e, como corolário de tudo isto, o fervilhar humano, o sangue do lugar, ou seja, a vida económica e social.

A Identidade do Centro Histórico é, assim, a soma daquilo que a Natureza e o homem fizeram ao longo da história. O que foi criado, produzido, tanto símbolo material como prática de vida, tudo decantado, e, depois, reservado para um cofre inviolável que denominamos por tradição. E esta encerra em si um quotidiano de trabalho (actividades económicas) e de vivência social.

As características desse quotidiano económico e social são, também, outro dos ângulos tipificadores dos Centros Históricos. Porque vão deixando, no dia-a-dia, a marca da criação humana, desenvolvida através de processos de adaptação ao meio, que permitam preencher e justificar a temporalidade da vida de cada ser humano.

As actividades económicas, no seu sentido mais lato, o trabalho, proporcionam a realização, a existência, de mecanismos de conhecimento técnico e

utilização de matérias primas que serão transformadas em produtos específicos de consumo. Ou seja, o exercício de uma profissão, com a devida resposta financeira – o salário.

As actividades económicas, o trabalho, são deste modo, também, caracterizadoras dos aglomerados urbanos, contribuindo para o poderio destes. Quanto mais diversificadas e especializadas forem maior é o seu contributo. Poder-se-á citar Jean Rémy e Liliane Voyé (1992), na obra, *A Cidade: Rumo a uma Nova Definição?*, a propósito da influência que a concentração económica tem na referenciação do Centro Histórico: “A concentração das actividades económicas desenvolve-se tanto mais quanto maior for o grau em que estiver associada à especialização e ao desenvolvimento de relações de complementaridade, outrora associadas a uma centralização que permitia encontrar, num mesmo espaço, a diversidade das actividades. Este espaço que concentrava todas as actividades era designado por “centro”.

Teremos, assim, a concentração económica como factor decisivo para a formação do Centro Histórico, a que se lhe vai juntar, inevitavelmente, uma outra concentração, a das Instituições representativas dos vários estratos sociais e socioprofissionais.

Mas, para além do trabalho, o quotidiano do Centro Histórico define-se na permanência residencial. Se os habitantes aí residem dar-lhe-ão uma força, um peso humano colectivo, preenchendo a temporalidade diurna e nocturna. A residência, assim, promove a interacção de vizinhança, o contacto, a troca de experiências de vida, o progresso de relações de proximidade, fundamentais para o ser humano.

Trabalho, residência, tempos livres ocupados nas Instituições e festas, congregam, deste modo, a população do Centro Histórico para um posicionamento vivencial de âncora. A solidão e o anonimato são premissas rejeitadas pelo social do Centro Histórico. Se a cidade, à medida que cresce, desenvolve condições para o aparecimento dessas premissas, desses flagelos, o Centro Histórico, a sua área de influência territorial, não as aceita, a interacção do colectivo humano superioriza-se, cultivando a ajuda pessoal recíproca.

Por fim, o factor que também inscrevemos nos quatro itens de caracterização – A singularidade do lugar no território da cidade.

Poder-se-á adiantar que a explicitação de todos os anteriores itens se dirige para a conclusão mais eminente, isto é, o Centro Histórico é um corpo muito específico no aglomerado urbano, na cidade.

Pela antiguidade, pelos símbolos que assinalam a sua Identidade, pela concentração de actividades económicas, espaço residencial, e vivência institucional, estamos perante um território possuidor de uma singularidade evidente, demarcado das restantes áreas da cidade.

Será aconselhável introduzirmos, agora, a referência ao que é óbvio. À distinção arquitectónica da cidade que cresce. De facto, a diferenciação entre o Centro Histórico e as restantes e novas áreas que vão aparecendo na cidade é mais fácil de ser entendida através do vislumbre arquitectónico. Na realidade, o modernismo avançou com novos conceitos de arquitectura para a edificação imobiliária, e, também, com novos desenhos urbanos para ruas, largos, e praças. E, assim, por essa perspectiva do que surge com naturalidade aos olhos de todos, concretamente, pelo óbvio afirmado no fenómeno estético, se verifica que o Centro Histórico não é o resto da cidade e vice-versa.

Todavia, se se pretende entender, com algum apuro, o que é um Centro Histórico, e alargar os conhecimentos sobre as realidades objectiva e subjectiva deste espaço territorial, teremos que ir mais além do que fica assinalado nas diferenciações arquitectónicas. Por isso, procurámos conhecer a singularidade do lugar através da explicitação dos itens explorados. Até poderíamos trazer mais pormenorização à análise, porém, e tendo em conta a finalidade deste capítulo teórico, julgamos ter adiantado informação suficiente. Abordámos vectores que consideramos essenciais para a caracterização do Centro Histórico. Contudo, teremos que pôr em evidência, acrescentar a esta informação, aspectos importantes que acompanharam a realidade dos Centros Históricos contemporâneos, nomeadamente nos últimos cinquenta anos.

Assim, dir-se-á que alterações substanciais têm vindo a ocorrer em todo o mundo nos Centros Históricos das cidades, conforme já tivemos ocasião de analisar nos pontos anteriores deste quadro teórico.

As etapas do desenvolvimento industrial capitalista provocaram, nas últimas décadas, alterações significativas nos centros antigos dos aglomerados urbanos. A passagem de uma indústria de manufactura para níveis de alta tecnologia modificou, e, por vezes, desintegrou, as actividades económicas tradicionais que movimentavam a vida socioprofissional dos Centros Históricos. Posto em marcha este fenómeno, seguiram-se consequências inevitáveis, traduzidas na deterioração da vida profissional e social, e, por fim, na desertificação e ruína do acervo imobiliário destes territórios.

A situação tornou-se tão preocupante que obrigou a uma tomada de consciência de organizações nacionais e internacionais, no sentido de se defender o património histórico colectivo.

Já em 1931, com a publicação da *Carta de Atenas*, aparece a expressão **Centros Históricos**, sensibilizando à preservação das zonas antigas das cidades. Mas, é no pós-guerra que esta problemática ganha relevo, tendo sido, de novo, focada na *Carta de Veneza*, em 1964. Mais tarde, com a publicação da *Convenção Sobre a Protecção do Património Cultural e Natural Mundial*, da UNESCO, em 1972, suscitou a criação de movimentos em prol da protecção dos centros das urbes. Entretanto as dinâmicas teórica e prática ampliaram, nos últimos trinta anos, a discussão em torno desta problemática.

Em Portugal, desde os anos 80 do século passado, tem sido feito um esforço no sentido de reforçar a consciência colectiva quanto à necessidade de reabilitar os centros das cidades, muitos deles já deteriorados. Para além da criação de Instrumentos de Planeamento, como os *Planos de Salvaguarda*, foram legislados programas de auxílio a proprietários e inquilinos de habitações de zonas antigas citadinas, com o objectivo de as recuperar. As autarquias estão, hoje, também, preocupadas com o seu património edificado, procurando reabilitar os centros das suas vilas e cidades, tanto assim que se juntaram, formando a Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico. A estas iniciativas de carácter oficial central e local, poderemos, ainda, agregar as dezenas de associações, na influência da sociedade civil, cujos objectivos se dirigem, também, para a salvaguarda dos territórios mais antigos das urbes.

Com o desenvolvimento do urbanismo a nível mundial, provocando, como já explicitámos, a deterioração dos patrimónios arquitectónico e social dos Centros Históricos e um novo quadro de vida nas cidades, ficou-nos a possibilidade de comparármos a qualidade vivencial entre Centros Históricos e as zonas modernizadas das cidades.

Seguindo o trajecto desta experiência comparativa, vamos encontrar autores que afirmam a desvantagem do modelo empregue no processo do urbanismo moderno. Imputam a este a formação de um caudaloso cortejo de desumanismos. Richard Sennett (1993), na obra, *The Conscience of the Eye: The Design and Social Life of Cities*, considera que os técnicos que planeiam as cidades “... deveriam tentar criar ruas que não se limitassem a ser seguras mas que fossem cheias de vida pedonal”. E adianta “A zona comercial suburbana, com os seus passeios e lojas uniformizadas, está tão distante da cidade humana como a auto-estrada. Os técnicos deveriam inspirar-se nas áreas antigas das cidades, que são à escala humana e misturam a diversidade com a elegância do seu desempenho”.

2 - DOS CONSTRUTOS AOS CONCEITOS E INDICADORES

Operacionalização dos indicadores: as variáveis

A conceptualização é uma construção abstracta que visa dar conta do real. Não retém todos os aspectos da realidade em questão, exprimindo somente o essencial.

Neste processo de construção-selecção vamos precisar os indicadores⁴ e as variáveis que constituem a dimensão aferível dos conceitos sistémicos e operatórios.

Um conceito sistémico é construído por raciocínio abstracto (dedução, analogia, implicação, oposição) e induzido pela experiência. Tem rigor dedutivo e sintético. O conceito operatório constrói-se através da observação directa, logo, empírico, sendo proveniente da fase exploratória da investigação. Tem rigor analítico e indutivo⁵.

Numa investigação o ponto inicial assume-se como a representação do todo existente. A melhor forma conceptual para se englobar esse todo é o universo. A expressão – universo - reveste-se de vários significados, conforme a área de estudo.

Neste particular, optou-se pelo significado em lato senso, ou seja, o universo é o conjunto de tudo quanto existe. A univocidade do conceito **unidade existencial** reporta-se a todas as existências espaciais da Zona de Emergência do Centro Histórico. Importa referir que uma unidade espacial é toda a fracção predial. Os atributos funcionais são de habitação, actividades económicas (artesão/indústria, comércio, serviços), Instituições socioculturais (de carácter cultural, recreativo e desportivo, social, educacional, religioso), ou, ainda, outros casos, como, armazém, arrecadação, garagem.

Estas tipologias espaciais são transformadas, devido às várias dimensões operatórias aferidas no indicador **tipologia de utilização**. As tipologias espaciais ou de utilização foram levantadas na fase exploratória da investigação, na qual se procedeu à contagem e categorização das existências, o que nos deu uma percepção cuidada do universo espacial existente. Este é um conceito operatório, pois constrói-se através da observação directa.

Esta dimensão existencial não é suficiente para englobar as várias características deste conceito operatório. Podemos, com base nesta construção conceptual operacionalizada, saber quantas unidades espaciais existem por tipologia de utilização. Outra característica dimensional está na situação em que se encontra a

⁴ Os indicadores são manifestações, objectivamente observáveis e mensuráveis, dos conceitos. Alguns autores utilizam, em vez de “indicador”, os termos “atributos” ou “características”, que são equivalentes.

⁵ QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa, 1992, pp. 125-136.

unidade espacial. Para podermos reportá-la, recorreu-se a dois indicadores: As **unidades espaciais activas** e as **devolutas**.

Por unidade espacial activa entende-se toda a tipologia espacial ocupada, isto é, que está a ser utilizada continuamente na sua função original ou atribuída, fazendo-a cumprir os seus objectivos socialmente legitimados, os quais, em última análise, justificam a sua existência. As unidades espaciais devolutas são aquelas que se encontram em situação de inoperatividade, podendo estar legalmente constituídas como ocupáveis, permanecendo sem ocupação diária, logo, sem cumprir a sua função estabelecida.

Um construto é uma área representativa, característica e caracterizadora, de um conjunto conceptual. A construção dos construtos varia consoante o objecto de estudo, adaptando-se às necessidades deste.

A noção de construto foi duplamente utilizada nesta investigação. Enquanto grandeza supra conceptual, foram utilizados cinco construtos operatórios na fase de investigação propriamente dita⁶, que compõem os onze indicadores aferidos. Com o objectivo de aumentar a inteligibilidade dos resultados, optou-se por criar construtos sistémicos de apresentação. Tendo ambos os tipos de construtos a mesma origem, procedeu-se à redistribuição dos indicadores⁷ na fase de apresentação.

O primeiro construto operatório **identificação** é composto por três indicadores: **localização toponímica**, **tipologia de utilização**, **identificação e categoria do utilizador inquirido**.

O indicador **localização toponímica** tem como base um conceito sistémico. O conceito de localização é óbvio e pacífico. Assim, este indicador contém a variável nominal **denominação toponímica** (Praça, Largo, Rua), e as variáveis ordinais **número de porta ou polícia**, **piso** e **posição da unidade espacial**. A variável **posição** compreende quatro itens⁸ possíveis: total, esquerdo, frente, direito.

⁶ Ver apêndice n.º 1.

⁷ Ver apêndice n.º 2.

⁸ Autores, como Pierre Bourdieu, utilizam a expressão equivalente “modalidades”.

O indicador **tipologia de utilização** tem origem no conceito operatório de utilização do espaço habitado. Este conceito pode representar variadas formas e conteúdos de funcionamento com um objecto ou espaço material. A dimensão de utilização que importa aferir inter-relaciona-se com as funções que as várias unidades espaciais podem assumir. Este acto ou modo de utilizar o espaço construído foi percebido no levantamento das existências, baseando, empiricamente, a construção deste conceito operatório. Com vista ao tratamento deste indicador operacionalizado, este constitui-se como uma variável nominal, que apresenta sete itens possíveis (tipologia): habitação, artesão/indústria, comércio, serviços, outros (armazém, garagem, arrecadação).

Ambos os indicadores explicitados assumem-se como variáveis de controlo.

As determinantes biológicas invariáveis de qualquer espécie de mamífero são o género (sexo) e a idade. O homem, enquanto animal social, é determinado societalmente por estas invariantes. A pertença a um género e a idade do actor são elementos base de caracterização (identificação e categorização). Pertencer ao género masculino implica ter que desempenhar papéis sociais diferentes dos que são atribuídos à mulher, e vice-versa. Assim, operacionalizando-se na qualidade de variável dicotómica, os itens são: feminino e masculino.

Ter vinte anos é constituir-se como um actor, no mínimo, com um leque alargado de possibilidades e expectativas, ao invés, ter sessenta é possuir um conhecimento prático alargado e uma grande capacidade de resolução de conflitos e problemas. Torna-se operacional através da construção de sete faixas etárias⁹. Nesta variável de intervalo, os itens das faixas etárias são construídos através de intervalos de dez anos, à excepção da primeira e última (respectivamente, 0 aos 19, e mais de 70 anos). As faixas etárias são: 0 a 19, 20 a 29, 30 a 39, 40 a 49, 50 a 59, 60 a 69, mais de 70 anos.

Numa determinada sociedade, a pertença a um **género e faixa etária**, em conjunto com o conhecimento de outras variáveis sociológicas, pode-nos indiciar

⁹ Optou-se por esta divisão, em detrimento dos grupos funcionais, porque possibilita obter a mesma informação em relação a variáveis de identificação, e potencia, a análise e interpretação no cruzamento com as variáveis dos restantes construtos.

várias características e posições desse actor, por exemplo, em relação à sua atitude perante a cidadania e grau de participação cívica, e à situação perante o trabalho e capacidade financeira.

O indicador **identificação e categoria do utilizador**, que tem como base o conceito sistémico de características biosociais adquiridas (estas servem para identificar e categorizar o actor), não fica completo sem o aferir das variáveis: **estado civil e literacia / escolaridade**. O estado civil reporta a situação jurídica do actor face a Instituições da nossa sociedade, como o casamento. A posição do actor, nesta variável estruturante, determina, em boa medida, o seu grau de integração face à normalidade instituída no seio da sua comunidade, sendo passível de lhe atribuir direitos e deveres. Esta variável nominal tem seis itens, a saber: casado/a, divorciado/a, solteiro/a, separado/a, união de facto, viúvo/a.

A **literacia / escolaridade** é outra variável social estruturante. Através desta podemos deduzir conhecimentos e competências adquiridas, e perspectivar a consciência e capacidade de acesso aos direitos e deveres da cidadania. A literacia é entendida como a capacidade de ler e escrever, e, no caso de um baixo nível, torna o actor, em grande medida, funcionalmente incapacitado. À escolaridade correspondem vários patamares, que tornam o actor, potencialmente, mais apto a aceder a melhor nível de vida, por via dos seus conhecimentos e acesso à informação. Os vários níveis do nosso sistema de ensino funcionam, por si, como um “crivo social”, sendo, a obtenção de determinado nível de escolaridade, elemento distintivo no seio de uma comunidade. Registam-se seis itens, que correspondem a esta variável ordinal. Os primeiros dois itens (não sabe ler nem escrever, e sem escolaridade) reportam-se à literacia. Os três itens seguintes reportam-se aos três níveis estruturais do sistema de ensino: primário, secundário, superior. O último item diz respeito ao ensino profissionalizante, que, embora corresponda ao nível secundário, constitui-se como outra realidade de instrução, directamente relacionada com o desempenho profissional.

Outra variável presente neste indicador de categorização dos inquiridos é a sua **situação patrimonial e ou jurídica face à unidade espacial**. Os

itens construídos correspondem às várias realidades possíveis: proprietário, arrendatário, usufrutuário, outros casos (por exemplo, empréstimo sem vínculo legal). Esta variável é nominal.

O segundo construto reporta-se aos aspectos demográficos e socioprofissionais. Denominado **mapa demográfico e socioprofissional**, é composto por dois indicadores: **índice demográfico** e **estrutura socioprofissional**. O conceito sistémico de índice demográfico é constituído pelo uso da demografia, ciência que descreve e explica os ritmos, volume, densidade, e estrutura da população, na vertente volume e ritmo (crescimento ou decréscimo da população). O objectivo será aferir quantos habitantes residem no Centro Histórico e qual a sua dinâmica nos últimos cinquenta anos. Do estudo deste conceito resultam conhecimentos sobre as pessoas, entendidas como conjunto com significado social e delimitadas espacialmente, possibilitando, assim, relacionar variáveis demográficas e socioeconómicas. Os itens foram construídos com recurso à noção de década. Todavia, por razões óbvias, o último referencia o ano de 2002.

O indicador **estrutura socioprofissional** é o último do conjunto dos dois construtos relativos aos elementos de caracterização sociográfica. Este indicador está construído com base nos conceitos sistémicos de categorias socioprofissionais e de estrutura. A nomenclatura das categorias socioprofissionais foi concebida no século XIX, com o objectivo prático de fornecer aos investigadores uma grelha de análise susceptível de explicar os comportamentos sociais descritos pela observação estatística. Sofre alterações com a distinção estatutária entre assalariados e independentes, e foi clarificada no século XX. Posteriormente às dificuldades impostas aos Estudos demográficos durante a II Guerra Mundial, surge, em 1982, a nomenclatura das profissões e categorias socioprofissionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹⁰. Esta nomenclatura serve para, simultaneamente, descrever os **meios sociais** e os grupos de empregos suficientemente coerentes quanto às suas características. Surge como uma forma de abordagem muito empírica da noção de meio social. A homogeneidade social das categorias agrupadas é definida

¹⁰ Ver anexo.

pela existência, entre os membros do grupo, de características económicas e culturais próximas, de relações interpessoais numerosas, de convergência de atitudes e opiniões, e da consciência de pertencer ao mesmo meio social. Pierre Bourdieu segue este contínuo, colocando os agentes sociais, aqui actores, no seu **campus** (actividade), dos quais resultam **habitus** caracterizados por capitais (simbólico, económico, cultural, social). **Habitus** que são de três tipos: das classes dominantes, definido pelo “sentido de distinção”, das classes médias, com “uma boa vontade cultural”, e o das classes populares, patente nos “gostos e necessidade”¹¹.

Esta noção está relacionada, neste Estudo, com as noções de estratificação social e classe social. A estratificação social tem como objectivos descrever a pertença a uma hierarquia, segundo vários critérios, neste caso, a profissão, o poder e o prestígio (operacionalizados na escolaridade e situação face ao imóvel).

A classe social, mais teórica, tem como objectivo evidenciar relações estruturantes e revelar contradições, antagonismos, e relações de dominação entre grupos sociais.

A estrutura é uma propriedade estruturadora, normas e recursos que tornam possível a existência de práticas sociais, que lhes dão uma forma sistémica. São regras e recursos, conjuntos de relações transformais, organizadas com propriedades dos sistemas sociais. Segundo Bourdieu, “as interacções escondem as estruturas que aí se realizam, tendo um papel passivo na formação do mundo social”¹². Resultará a determinação da **condição perante o trabalho** e das existências por **categoria socioprofissional**. Nesta variável ordinal, a condição perante o trabalho tem cinco itens: estudante, exerce profissão, doméstica, reformado/a, desempregado/a. Os itens da estrutura socioprofissional são as próprias categorias (em apêndice).

O terceiro construto refere-se ao **universo imobiliário**. O imobiliário diz respeito aos bens imóveis, logo, prédios. Composto por dois indicadores, este construto tem, como objectivo genérico, conhecer a totalidade das existências imóveis e

¹¹ BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas - sobre a teoria da acção*, Celta, Oeiras, 1997.

¹² Citado por P. Courcuff; in *Novas Sociologias*, VRAL, Sintra, 1997, p. 49.

caracterizá-las, através de uma tipologia e respectivo estado de conservação. É, também, objecto de análise, a consciência e utilização dos dois programas estatais para a recuperação dos imóveis, disponíveis na Câmara Municipal de Torres Vedras (CMTV).

É a partir do Centro Histórico que se pode observar, através das disposições arquitectónicas, a evolução da ocupação territorial em Torres Vedras. O indicador **caracterização do imobiliário** afere o tipo de imóvel, o estado de conservação, e definem-se, caso existam, as insuficiências, feita que está a identificação funcional do imóvel.

Decorrente de uma construção conceptual operatória, baseada na observação das dimensões, espaço temporal e forma, a variável nominal **tipo de imóvel** é composta por quatro itens: construção tradicional, construção tradicional recuperada, nova construção anterior à entrada em vigor do *Plano de Salvaguarda*, nova construção posterior à entrada em vigor do *Plano de Salvaguarda*. Por construção tradicional entenda-se toda a construção com uma arquitectura vernácula de carácter regionalista, edificada anteriormente e durante as primeiras décadas do Estado Novo¹³. O segundo item refere-se à recuperação e adequação das condições de habitabilidade do imóvel.

A variável ordinal **estado do imóvel** decorre do conceito de adequação das condições físicas do imóvel à sua função. Aferem-se as percepções do inquirido acerca das condições de habitabilidade ou de funcionamento da actividade laboral, através de uma escala de Lykert com quatro itens, entre os limites, mau e bom.

Este indicador, para além de apurar o tipo e estado do imóvel, pretende compreender e delimitar as insuficiências por tipologia de utilização. A variável nominal **definição das insuficiências** não tem itens inicialmente propostos pelos investigadores, que se orientam, na análise, pelo conceito de insuficiências estrutural e de especialidade, relativas ao imóvel. Por estas insuficiências entende-se a inexistência ou corrupção de elementos estruturais, como, não ter casa de banho ou verificar-se uma elevada humidade, e, no referente a especialidades de construção do

¹³ CAPELA, José, *Regionalismo: Crítico?*, in "J-A, jornal Arquitectos", n.º 207, Setembro/Outubro de 2002.

imóvel, situações, como, a deficiente instalação eléctrica ou a inexistência de canalizações para esgotos. Não são consideradas insuficiências o número e as áreas das divisões.

Um segundo indicador que concorre para a explicitação e caracterização do construto do universo imobiliário é denominado **instrumentos estatais para a recuperação dos imóveis**. Tem como base a existência na CMTV de dois programas, o REHABITA e o SOLARH. Na sequência do Programa de Reparação de Imóveis Degradados (PRID), datado de 1976, o decreto-lei n.º4/88, de 14 de Janeiro, criou o RECRIA (Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados), com vista à execução de obras de conservação e beneficiação, na sequência da lei das rendas, após reconhecimento dos resultados manifestamente insuficientes da aplicação do PRID¹⁴. Com o decreto-lei n.º105/96, que reconhecendo os resultados alcançados pelo programa RECRIA, nomeadamente nas zonas mais antigas que sejam declaradas áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, foi criado o Regime de Apoio à Recuperação Habitacional de Áreas Urbanas Antigas (REHABITA), no fundo, o aprofundamento do RECRIA, nestas zonas que terão que ter plano de urbanização ou de pormenor. O decreto-lei n.º39/2001 vem instituir o programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação (SOLARH), que se destina a pessoas com habitação própria e arrendada, localizadas em áreas urbanas antigas. Estes instrumentos de recuperação dos imóveis servem de base conceptual operatória para se aferir, na população do C.H., o conhecimento da existência dos programas, dos beneficiários, das candidaturas, e dos interessados em se candidatar. Esta variável nominal é construída com o recurso a estas quatro dimensões possíveis, que se constituem como itens.

O quarto construto denomina-se **interacção social e sociabilidade**. A interacção social é o processo pelo qual agimos e reagimos às pessoas que nos rodeiam. Muitos aspectos, aparentemente triviais, do nosso comportamento quotidiano, quando examinados atentamente, revelam-se como aspectos importantes da interacção social. Área fundamental da sociologia, a interacção social, clarifica

¹⁴ GRAÇA, Pedro, *Legislação de Apoio a Obras de Conservação de Edifícios*, revista "Centros Históricos", n.º 1, Outubro/Dezembro de 1999, p. 38.

muitas ocorrências da vida social. Toda a interacção social se situa no tempo e no espaço. Assim, analisa-se o modo como as rotinas diárias são delimitadas pelos elementos espaciais, implicando movimento dos actores no espaço. A sociabilidade é a capacidade inata de convivência da nossa espécie. O desenvolvimento dessa capacidade ao longo dos tempos proporcionou o surgimento de culturas, que são o garante da nossa sobrevivência natural. O homem, ao contrário da maioria dos mamíferos, não possui “armas” no seu corpo para se poder defender ou atacar. Foi o desenvolvimento do cérebro humano, em conjunto com a capacidade inata de conviver, que proporcionou o desenvolvimento de determinada cultura, com valores, crenças, e meios técnicos, que potenciaram a sobrevivência da espécie no mecanismo de selecção natural.

A dimensão espaço-relacional da interacção social e sociabilidade é a que importa conhecer nesta caracterização sociológica do Centro Histórico. A análise das formas, através das quais interpretaríamos activamente o que os habitantes do Centro Histórico querem transmitir com o que dizem ou fazem, seria outro trabalho sociológico, só por si, extenso, inserido na atmosfera filiante da Etnometodologia. Na dimensão do espaço-relacional inserem-se os indicadores **condições ambientais e acessibilidades**, na vertente qualitativa das percepções e atitudes dos actores, e **actividades económicas e equipamentos socioculturais**, aferindo-se percepções, atitudes, e a satisfação dos actores acerca de vários factores.

A economia afere como os actores fazem escolhas. As actividades económicas são essa forma organizada e coerente de disposição dos bens económicos no Centro Histórico. Com base neste conceito sistémico, o indicador **actividades económicas** visa aferir a suficiência das actividades económicas, as necessidades sentidas de alargar o estabelecimento dessas actividades, e, atendendo ao peso do comércio tradicional no Centro Histórico, a satisfação quanto à qualidade e preço dos produtos, e aos serviços prestados no comércio tradicional. Deste modo, a **suficiência das actividades económicas estabelecidas no Centro Histórico** é uma variável dicotómica, logo, composta pelos itens, sim e não. Na variável nominal **necessidade sentida de outras actividades**

económicas a estabelecer, os itens são construídos com base nas propostas dos inquiridos. No tocante à satisfação dos factores **qualidade e preço dos produtos**, e dos **serviços prestados no comércio tradicional**, as três variáveis são dicotómicas, sendo compostas, cada uma, pelos itens, sim e não. Muitas outras dimensões e factores respeitantes à economia e às actividades económicas poderiam ser estudadas no Centro Histórico, todavia são suficientes as duas dimensões aferidas, para se ficar com a sua compreensão.

O indicador **condições ambientais e acessibilidades** decorre do uso de dois conceitos operatórios, visando estudar as percepções e atitudes acerca de elementos do meio ambiente criado.

O que diferencia uma atitude de uma percepção é o facto da atitude exigir uma acção proposta. Na percepção é indicado um objecto de análise directo, enquanto no apurar de uma atitude o objecto de análise passa a ser a acção proposta, logo indirecto.

A acessibilidade é entendida como a capacidade de acesso a um determinado local, implicando a gestão das estruturas viárias e dos fluxos. Da operacionalização deste conceito resultaram as seguintes variáveis:

Estado e condições de utilização dos arruamentos, variável ordinal composta pelos itens, mau, insuficiente, suficiente, bom (escala de Lykert, de quatro entradas). É utilizada duplamente, pois insere-se no conjunto das variáveis resultantes da operacionalização do conceito operatório de condições ambientais. **Percepções dos inquiridos quanto à suportabilidade do tráfego auto**, composta pelas dimensões espaciais, totalidade do C.H., e no arruamento do inquirido, dicotómica, composta pelos itens, sim e não. **Atitudes dos inquiridos acerca da pedonização dos arruamentos**, composta pelas dimensões espaciais, totalidade do C.H., alguns arruamentos, e no arruamento do inquirido, dicotómica.

As condições ambientais são a resultante de um conjunto específico de disposições e acções existentes num determinado território, sendo a resultante uma determinada intencionalidade ambiente, vulgo “ambiente”. Deste conceito pode-se

extrair, facilmente, uma infinidade de factores implicados e explicativos do ambiente urbano do C.H. torreense. Na operacionalização optou-se por cinco dimensões analíticas, das quais resultou a construção das seguintes variáveis:

QUADRO 2

Dimensão	Variável	Tipo de variável	Itens
Infra-estruturas públicas	Arruamentos	Ordinal	Escala de Lykert de quatro entradas: mau, insuficiente, suficiente, bom.
	Iluminação pública	Ordinal	Escala de Lykert de quatro entradas.
	Jardins e recantos ajardinados	Ordinal	Escala de Lykert de quatro entradas.
	Supressão do estacionamento nos arruamentos (Atitudes)	Dicotómica	Dimensões espaciais: Totalidade do C.H. e no arruamento do inquirido: sim ou não.
Estética do imobiliário	Estado exterior de conservação do imóvel	Ordinal	Escala de Lykert de quatro entradas.
	Supressão das antenas de televisão (Atitudes)	Dicotómica	Sim ou não.
	Supressão dos cabos das fachadas (Atitudes)	Dicotómica	Sim ou não.
Serviços públicos de manutenção	Limpeza dos arruamentos	Ordinal	Escala de Lykert de quatro entradas.
	Recolha de lixos	Ordinal	Escala de Lykert de quatro entradas.
Vigilância das autoridades	Vigilância policial diurna	Ordinal	Escala de Lykert de quatro entradas.
	Vigilância policial nocturna	Ordinal	Escala de Lykert de quatro entradas.
Amenidades	Interacção de vizinhança	Ordinal	Escala de Lykert de quatro entradas.
	Tranquilidade diurna	Ordinal	Escala de Lykert de quatro entradas.
	Tranquilidade nocturna	Ordinal	Escala de Lykert de quatro entradas.

	Segurança diurna	Ordinal	Escala de Lykert de quatro entradas.
	Segurança nocturna	Ordinal	Escala de Lykert de quatro entradas.
	Ambiente denotador de toxicodependência	Dicotómica	Sim ou não.
	Ambiente denotador de marginalidade	Dicotómica	Sim ou não.

O terceiro indicador refere-se aos **equipamentos socioculturais**. Conjuntamente com os indicadores **actividades económicas, condições ambientais e acessibilidades**, os **equipamentos socioculturais** existentes num território servem a população de serviços indispensáveis aos modos de vida modernos, enriquecendo solidariedades, através de múltiplos movimentos sociais associativos, potenciando a qualidade de vida urbana. Constituem-se como pólos de atracção e difusão das características ambientais urbanas, sendo elementos modeladores da interacção social e sociabilidade existente num espaço territorial, auxiliando a mudança social.

Aponta-se para o estudo da satisfação dos residentes utilizadores dos equipamentos socioculturais existentes e das necessidades sentidas de novos equipamentos a sediar no C.Histórico. Partindo do levantamento existencial efectuado na fase exploratória da investigação, com base no conceito operativo de equipamento sociocultural, existem no C.H. torreense três tipos de equipamentos: creches, associações culturais e desportivas, e Instituições de formação profissional/escolas. As duas dimensões escolhidas para aferir a satisfação foram a quantidade de existências por tipo de equipamento, logo, sinónimo de capacidade quantitativa para servir a população local, para além de constituir-se como atractivo, e a qualidade evidenciada nos serviços prestados, na organização, e no estado e adequação das infra-estruturas. As dimensões, quantidade e qualidade, dos três tipos de equipamentos socioculturais existentes constituem-se como variáveis dicotómicas, com os itens sim ou não.

O factor, necessidades sentidas de novos equipamentos socioculturais a sediar no C.H., socorre-se da percepção dos investigadores, a partir de vários tipos de equipamentos existentes em outras zonas da cidade. Construiu-se um conjunto de

quatro tipos de equipamentos socioculturais, **Centro ATL, Ludoteca, Centro de Dia para Idosos, e Lar de Idosos**, operados enquanto quatro variáveis dicotômicas, aferindo-se da sua necessidade de existência. Constitui-se como variável nominal as **propostas de outros equipamentos**, as quais, devidamente tipificadas, são os itens.

O último construto, elaborado para caracterizar sociologicamente o C.H., denomina-se **afecção simbólica**. Segundo Pierre Bourdieu, um dos quatro capitais presentes na análise da realidade social é o simbólico. Manifesta-se como o conjunto de rituais, protocolos, e etiquetas, ou, ainda, a representação social dos outros com base em nós (honra ou reconhecimento social). Pretende-se aferir os “factores” simbólicos e representacionais implicados na permanência ou na expectativa de abandono do C.H.. Este construto é composto pelos indicadores **ancoragem, abandono**.

A ancoragem, conceito sistémico, é o processo que permite a incorporação do novo dentro do familiar por assimilação, acentuação, e categorização, exprimindo relações sociais. Estudar a ancoragem é procurar um sentido para o conjunto de noções que constituem o conteúdo representacional, sentido que deverá ser procurado no exterior dos conteúdos representacionais. Dos três tipos existentes de ancoragem, sociológica, psicológica, e psicossociológica, a ancoragem sociológica possibilita estabelecer relações entre as representações sociais e as pertenças ou posições sociais. Aqui, a ancoragem vai centrar-se numa abordagem analítica, isto é, no tipo e modo como os “factores” sociais de dominação influenciam a construção do meio urbano. Estuda-se a ancoragem das representações sociais emancipadas, pertencentes a subgrupos, tendo um grau de autonomia relativa perante os diversos “segmentos” da sociedade, sendo construídas através da troca e da partilha de conjuntos de símbolos. O indicador **ancoragem** constitui-se como variável nominal, tendo como itens, a tradição familiar, afecto ao C.H., proprietário do imóvel, renda acessível, e detentor da actividade económica há muitos anos.

O indicador, **abandono**, é um conceito sistémico. Deve ser entendido como a renúncia ao conjunto representacional, um corte radical com o vínculo simbólico da

população do C.H. ou a desistência da especificidade desse meio urbano. Por esse indicador se estuda as expectativas possibilitadoras do abandono da zona histórica, através do “gosto” do actor em habitar ou possuir a actividade económica noutra zona da cidade. Será uma variável nominal de itens a tipificar, com base nos motivos apresentados.

3 - METODOLOGIA

Caracterização da investigação. Definição e descrição dos métodos, técnicas, e instrumentos

Fazer investigação social é ser capaz de proceder e pôr em prática um método de trabalho que tende a elucidar a verdade do real. A metodologia não é a soma estereotipada dos métodos e técnicas, mas, sim, uma trajectória global do espírito que exige ser reinventada. A metodologia é o estudo, descrição, e explicação dos métodos e técnicas que moldam a investigação. Parte essencial do método científico, ela possibilita à ciência, mundo dos conceitos e saber, conhecer o real - mundo dos factos.

A metodologia define como, com o quê, onde, e quanto se investiga.

A selecção do instrumental metodológico relaciona-se, obviamente, com o problema que se está a estudar, e com a investigação, ou seja, a natureza dos fenómenos, o objecto de estudo, os vários recursos, e outros elementos que possam surgir no campo da investigação.

A investigação que desenvolvemos caracteriza-se pelo tipo sociológico e urbanístico, multidisciplinar, tendo objectivos de ampliação de conhecimentos teóricos e práticos acerca do objecto. O nível de interpretação é descritivo e explicativo, com base no que era, delimita o que é, abordando aspectos, como, a descrição, registo, análise e interpretação de fenómenos actuais, objectivando o seu funcionamento no presente. O carácter aplicado tem em vista generalizações com interesse prático, isto é, os resultados serão utilizados na resolução de problemas que ocorrem.

O método utilizado é a análise extensiva. Dos três existentes em ciências sociais¹⁵, este método será o único que possibilita a observação (por perguntas directas ou indirectas) de populações vastas e unidades em situações reais, a fim de se obter respostas susceptíveis de serem manejadas mediante uma análise quantitativa. Utiliza-se o método de abordagem dedutivo, partindo-se de conceitos para o real, sendo o processo de estudo estrutural e estatístico, com base em factos objectivos obtidos com dados de procedência primária e secundária. O método de análise é tipológico e classificativo.

A extensão do campo de estudo representa o levantamento sociológico da Zona de Emergência do Centro Histórico de Torres Vedras, sendo o grau de generalização dos resultados censitário.

A metodologia científica utiliza inúmeras técnicas na obtenção dos seus propósitos. Técnica é um conjunto de procedimentos específicos (processo) utilizados por uma determinada ciência, mais a habilidade para usar esse processo na parte empírica. A técnica dominante neste Estudo assenta na observação directa extensiva, através do instrumento - inquérito por questionário -. Foi utilizada a entrevista estruturada para as Instituições socioculturais. Recorreu-se a instrumentos, como, a pesquisa bibliográfica, fontes secundárias sobre aspectos históricos do C.H., o conceito estrutural de urbanismo, o desenvolvimento dos fenómenos urbanos nas dimensões internacional, nacional, e local, e fontes primárias estatísticas dos planos nacional, regional, e local, com vista a contextualizar e desconstruir historicamente o objecto de estudo.

¹⁵ Experimental, análise extensiva, estudo de caso.

A extensividade do levantamento realizado à totalidade do universo existente na Zona de Emergência do C.H., determinou a utilização do instrumento de recolha de dados - inquérito por questionário -. Atendeu-se às vantagens deste instrumento, que possibilita economizar tempo e obter uma grande quantidade de dados, atingir grande número de pessoas inseridas numa área geográfica ampla, adquirir respostas rápidas e precisas com liberdade e segurança (anonimato), possibilitar ao inquirido a escolha da hora favorável, uniformizar a avaliação em virtude da natureza impessoal do instrumento, e a obtenção de respostas materialmente inacessíveis.

Evitaram-se as principais desvantagens do instrumento controlando a administração do inquérito, pelo que se optou pela situação ideal do investigador inquiridor, tendo sido o inquérito realizado por administração indirecta.

Foram inquiridos a população residente e os detentores das actividades económicas.

O inquérito por questionário, apêndice n.º4, foi elaborado observando-se normas precisas, a fim de aumentar as suas eficácia e validade. Teve-se em conta o cuidado na selecção dos temas e perguntas, de acordo com os objectivos, não sendo extenso, indicando a entidade responsável, contendo uma nota introdutória, apêndice n.º3, e com aspecto material e estético cuidado. O questionário foi pré-testado em membros tipificadores da população alvo, o que revelou respeitar os requisitos de fidedignidade, validade, e operatividade.

É composto por onze conjuntos de perguntas:

1. Localização toponímica
2. Tipologia de utilização
3. Identificação e categoria do utilizador inquirido
4. Índice demográfico
5. Estrutura socioprofissional
6. Caracterização do imobiliário
7. Instrumentos estatais para a recuperação dos imóveis
8. Actividades económicas
9. Condições ambientais e acessibilidades
10. Equipamentos socioculturais

11. Ancoragem e abandono

Classificando as perguntas, existem, nove abertas, vinte e nove fechadas ou dicotômicas, dez de escolha múltipla, e catorze de avaliação, utilizando-se nestas últimas uma escala de Lykert de quatro entradas (bom, suficiente, insuficiente, mau). Existem quatro escalas de atitude nominais, nas perguntas respeitantes à supressão das antenas de televisão, colocação subterrânea dos cabos de televisão, entre outros, pedonização dos arruamentos, supressão do estacionamento nas ruas, as quais permitem aferir da disposição mental face às acções propostas, descriminando, de forma subtil, atitudes exactas.

As perguntas distribuem-se segundo a técnica do “funil”. O vocabulário demonstrou ser claro e acessível.

Obtiveram-se 510 inquéritos respondidos válidos, tendo os mesmos sido administrados entre 15 de Maio de 2002 e fim de Fevereiro de 2003.

A análise, interpretação, e apresentação dos dados resultantes dos inquéritos está feita com recurso a técnicas estatísticas. Na análise e interpretação foram utilizadas técnicas de resumo de dados. A análise bivariada é usada para identificar e explorar diferenças entre duas variáveis, e a análise multivariada usada na vertente da caracterização das relações entre três ou mais variáveis.

Apresenta-se os dados recolhidos utilizando-se instrumentos de estatística descritiva, como, tabelas, quadros, e gráficos. O tratamento estatístico é realizado no programa SPSS (Statistical Package for Social Sciences).

Não se utilizou nenhuma técnica de amostragem, tendo sido levantado todo o universo existente na Zona de Emergência do C.H.¹⁶.

A entrevista foi o instrumento usado no levantamento das Instituições socioculturais.

Reflexo das características sociais e potencialidades do C.H., estas Instituições são pólos de desenvolvimento, auxiliando na socialização da população local, atraindo muitas pessoas. Importa conhecer estas Instituições através deste instrumento dirigido aos responsáveis pelos órgãos sociais das mesmas.

¹⁶ Ver mapa da Zona de Emergência.

A entrevista resume-se a um encontro entre duas pessoas, de modo que uma delas obtenha informações respeitantes a determinado assunto, de maneira metódica, mediante uma conversa de natureza profissional¹⁷. A escolha da entrevista foi ponderada, tendo em conta a natureza e especificidade das Instituições, bem como as vantagens e desvantagens deste instrumento. A entrevista pode ser utilizada em todos os estratos da população, de forma flexível, e potenciando o entendimento das questões, obtendo-se dados que não se encontram noutras fontes, possibilitando informações precisas e permitindo o tratamento estatístico dos dados. Controlou-se as principais limitações, pela via do respeito pelos requisitos de preparação e condução da entrevista, como, a dificuldade de comunicação entre as partes, as influências no entrevistado, e as dificuldades de realização.

A entrevista é estruturada¹⁸, ou padronizada, seguindo-se um roteiro de perguntas previamente estabelecido, sendo efectuada a pessoas seleccionadas de acordo com o plano. O objectivo da padronização é permitir comparar as respostas das várias Instituições à mesma pergunta. O leque de nove conjuntos de perguntas tem vários objectivos. As perguntas do primeiro, segundo, terceiro, quarto, e sexto conjuntos averiguam factos. A quinta pergunta determina sentimentos, a oitava opiniões sobre factos, e as sétima e nona desvendam planos de acção. Os conjuntos de perguntas são os seguintes:

1. Identificação
2. Tipologia da Instituição
3. Caracterização das instalações da sede social
4. Acções desenvolvidas
5. Motivação pela permanência da sede social no Centro Histórico
6. Intervenção dos associados e dos agentes públicos e privados na vida da Instituição
7. Relacionamento da actividade da Instituição com o território do Centro Histórico

¹⁷ MARCONI, Maria, LAKATOS, Eva, *Técnicas de Pesquisa*, editora Atlas S.A, São Paulo, 1986, p. 70.

¹⁸ Apêndice n.º5.

8. Opinião dos representantes da Instituição sobre o estado actual do Centro Histórico
9. Sugestões dos representantes da Instituição para a reabilitação do Centro Histórico.

A preparação da entrevista obedeceu, rigorosamente, aos requisitos necessários, como, o conhecimento prévio do entrevistado, a oportunidade da entrevista, as condições favoráveis, o contacto com líderes, o conhecimento do campo, e a preparação específica do guião. A administração observou as regras de contacto inicial, realizando-se uma introdução explicativa acerca da investigação e o registo das respostas, tendo sido usado um gravador, e, por fim, o término da entrevista. A entrevista atendeu aos requisitos de validade, relevância, especificidade e clareza, profundidade e extensão das respostas. Foi administrada a todas as dezasseis Instituições existentes no C.H.¹⁹. A duração média foi de 56 minutos, e a administração decorreu entre Setembro de 2002 e Fevereiro de 2003.

O instrumento escolhido para a análise das entrevistas foi a análise de conteúdo, na acepção, análise avaliativa. Esta técnica organiza o discurso para que o analista, através de categorias, que neste caso são previamente determinadas, possa inferir sobre o objecto. Trata-se da desmontagem e reconstrução do discurso, usando-se um processo de localização e atribuição de significados, resultante das condições dinâmicas de produção e análise. A análise avaliativa permite verificar a ausência ou presença de temas fortes, de atitudes, práticas e sistemas de valores das fontes.

O universo é delimitado a todas as dezasseis entrevistas realizadas às Instituições, de carácter sociocultural, recreativo, desportivo, educacional, e religioso, existentes na Zona de Emergência do C.H.

Delimitado o quadro teórico-metodológico da investigação, a análise de conteúdo implica a constituição de um “corpus”, definição de categorias e unidades de análise. “O corpus é um conjunto finito de textos ou discursos escritos ou registados. É delimitado à partida, ou seja, anterior à análise. A noção de corpus implica exaustividade, homogeneidade e objectividade.”²⁰. Tendo em conta que o material a

¹⁹ Apêndice n.º6.

²⁰ SANTANA, Vera, *Discurso Sindical, Uma análise de Imprensa: “O Alavanca”*, Ministério do Trabalho e Segurança Social, Lisboa, 1986, p.17.

analisar foi produzido com vista à investigação presente, o “corpus” é constituído por todo esse material. A análise de conteúdo baseia-se na classificação e categorização, que visam simplificar para potenciar a apreensão e explicação. A produção de um discurso obedece a várias lógicas formais, e está organizado num código, ao qual o analista tenta aceder com outro código. A categoria é composta por um termo chave que indica a significação do conceito e indicadores do campo semântico, podendo-se definir “como um certo número de sinais na linguagem”²¹, que representa uma variável na teoria do analista.

As categorias aqui apresentadas foram construídas “a priori”, respeitando os critérios de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objectividade, e fidelidade, bem como, produtividade²².

As categorias são:

VALORES

- **ASSOCIATIVOS:** Rede relacional, dinamismo associativo, representação simbólica da cidade ou do C.H., património móvel e edificado.
- **SOCIAIS:** Amizade, família, associação simbólica, cooperação interpessoal, conhecimento, representatividade histórica, influência institucional.
- **PRÁTICOS:** Sentido prático, posse, mobilização, prática de determinada actividade física, cívica, ou intelectual.
- **DE REFERÊNCIA:** Ética colectiva de representação, ética individual de valorização.
- **EXORTAÇÕES:** C.H. enquanto zona societalmente abandonada, C.H. com falta de investimento, Associações pouco vividas e participativas na vida da comunidade, pertença ao C.H. como valor.

ATITUDES

- **INFLUÊNCIA NO PODER**

²¹ SANTOS SILVA, Augusto, MADUREIRA PÍNTO, José, (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Afrontamento, Porto, 1986, capítulo 4, p.110.

²² BARDIN, Laurence, *Análise de Conteúdo*, Edições 70, Lisboa, 1995, p.120.

- MOBILIZAÇÃO COLECTIVA
- ERUDITA
- POPULAR
- CONTINUAÇÃO, OU NÃO, NA ZONA DE EMERGÊNCIA
- VALORIZAÇÃO FÍSICA
- VALORIZAÇÃO INTELECTUAL

PRÁTICAS

- CARÁCTER DA INSTITUIÇÃO
- NÚMERO DE ASSOCIADOS
- HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DAS INSTALAÇÕES
- HORÁRIOS DOS EVENTOS E ACÇÕES
- TIPOLOGIA DOS ASSOCIADOS

A análise de conteúdo pressupõe a definição de três tipos de unidades de análise, que são o segmento de conteúdo a ser caracterizado, colocando-o numa determinada categoria.

- UNIDADES DE REGISTO: São de dois tipos: Formais e semânticas. Optámos pela sua conciliação, através da fixação e da transformação de cada unidade de informação numa unidade formal (sujeito e predicado).
- UNIDADES DE CONTEXTO: São alargadas em dimensão, sendo a pergunta da entrevista a unidade de contexto.
- UNIDADE DE ENUMERAÇÃO/MEDIDA QUE PROCEDE À QUANTIFICAÇÃO: É aritmética, sendo medida em tempo, de acordo com a gravação áudio.

PARTE III

CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Apresentação e análise dos resultados empíricos

Na segunda parte deste Estudo definiu-se todo o quadro teórico, composto pelos paradigmas orientadores da investigação, e conceitos a aferir, com as respectivas dimensões operacionalizadas (indicadores e variáveis).

À excepção da apresentação e análise dos resultados respeitantes às Instituições socioculturais, recorre-se à análise estatística de dados. Esta forma de tratamento é adequada a todas as investigações, nomeadamente, as orientadas para o estudo das correlações entre fenómenos susceptíveis de serem exprimidos por variáveis quantitativas. Tem vantagens, como, a da precisão e rigor do dispositivo metodológico satisfazer o critério de intersubjectividade, a dos meios informáticos permitirem manipular um grande número de variáveis, e, por último, os resultados serem claros. São limitações importantes, o facto de nem todos os dados serem

mensuráveis, como os de carácter qualitativo respeitantes às Instituições socioculturais, e os instrumentos estatísticos não disporem de poder explicativo.

A apresentação e análise dos resultados é feita neste Estudo, através do agregar, descrever, e preparar, dos dados, da análise das relações entre variáveis, revelando a sua independência, associação ou ligação lógica, e da comparação com dados estatísticos respeitantes às dimensões nacional, regional, e local.

Na fase exploratória da investigação levantou-se o universo existencial da Zona de Emergência do Centro Histórico, o qual é composto pelas seguintes unidades espaciais tipificadas:

QUADRO 3

UNIVERSO EXISTENCIAL
- UNIDADES ESPACIAIS / ACTIVOS / DEVOLUTOS -

ESPAÇOS	UNIDADES ESPACIAIS		ACTIVOS		DEVOLUTOS	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<u>HABITAÇÃO</u>	644	62,95	494	65,60	150	55,60
<u>ACTIVIDADES ECONÓMICAS</u>	305	29,82	200	26,37	105	38,84
Artesão / Indústria	32	3,13	17	2,26	15	5,56
Comércio	165	16,13	106	14,05	59	21,79
Serviços	108	10,56	77	10,26	31	11,49
<u>INSTITUIÇÕES SOCIOCULTURAIS</u>	16	1,56	16	2,12		
Cultural	5	0,49	5	0,66		
Recreativa e Desportiva	3	0,29	3	0,40		
Social	4	0,39	4	0,53		
Educação	1	0,10	1	0,13		
Religiosa	3	0,29	3	0,40		
<u>OUTROS</u>	58	5,67	43	5,71	15	5,56
Armazém	42	4,11	30	3,98	12	4,44
Arrecadação	8	0,78	6	0,80	2	0,74
Garagem	8	0,78	7	0,93	1	0,38
TOTAL:	1023	100,00	753	100,00	270	100,00

Existem 73,61% de unidades espaciais ocupadas, e 26,39% devolutas. Nos espaços destinados à habitação, 76,70% encontram-se ocupados, e 23,30% devolutos. As actividades económicas apresentam, proporcionalmente, o menor grau de ocupação, 34,43% das unidades espaciais estão devolutas. O comércio ocupa 64,24% dos espaços vocacionados para essa função (35,76% estão devolutos), os serviços ocupam 71,27% (28,73% devolutos), e o artesão/indústria ocupa 53,13% (46,87% devolutos).

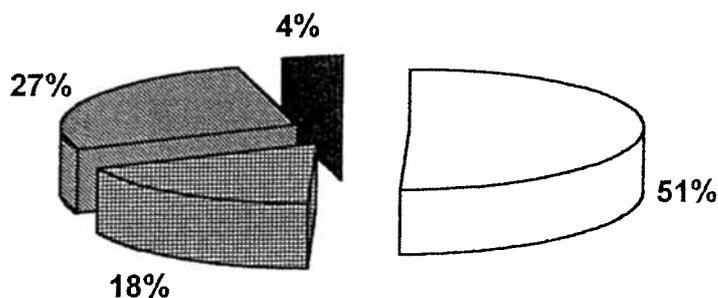
Se retirarmos as 16 Instituições socioculturais existentes na Zona de Emergência do C.H., ficam-nos 1007 unidades espaciais, que se assumem enquanto unidades de inquirição. Assim, distribuindo as 1023 existências por instrumentos de recolha de informação, 1007 (98%) foram inquiridas e 16 (2%) Instituições socioculturais entrevistadas.

Das 1007 unidades de inquirição obtiveram-se 510 inquéritos respondidos.

É com base nas informações aí recolhidas que se irá caracterizar o C.H.

GRÁFICO 1

UNIDADES DE INQUIRIÇÃO INQUÉRITOS RESPONDIDOS / NÃO RESPONDERAM / DEVOLUTOS / OUTROS CASOS



UNIDADES DE INQUIRIÇÃO – 1007

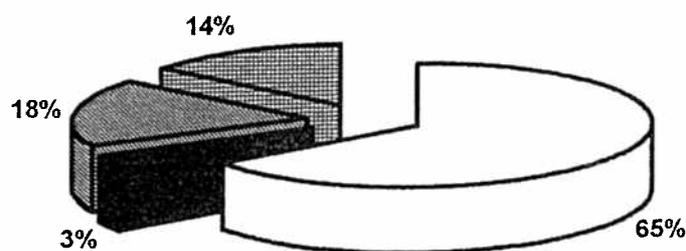
- 51% = 510 Inquéritos Respondidos
- 18% = 184 Não Responderam
- 27% = 270 Devolutos
- 4% = 43 Outros Casos

Os 510 inquéritos respondidos distribuem-se pela tipologia de utilização da forma que o gráfico 2 representa. Relacionando os inquéritos respondidos com os activos ocupados, 67,61% dos espaços de habitação e 88,00% dos espaços das

actividades económicas, ambos ocupados, foram validamente inquiridos. Assim, está garantido um elevado grau de representatividade dos inquiridos face ao universo da população.

GRÁFICO 2

INQUÉRITOS RESPONDIDOS
TIPOLOGIA DE UTILIZAÇÃO



RESPONDERAM – 510

65% = 334 Habitação / 3% = 15 Artesão/Indústria / 18% = 90 Comércio / 14% = 71 Serviços

Importa referir que as 184 unidades de inquirição que não responderam, apresentaram os seguintes motivos:

TABELA 1

MOTIVOS PARA NÃO RESPONDEREM POR TIPOLOGIA DE UTILIZAÇÃO

Count

MOTIVO		TIPOLOGIA DE UTILIZAÇÃO				Total
		Habitação	Artesão / Indústria	Comércio	Serviços	
Doentes (Acamados/Outros)		15				15
Falta de Tempo		14	2	2	4	22
Não estão interessados em facultar informação		42		9	1	52
Imigrantes (Países de Leste/Brasil)		12				12
Idosos não facultam inform. por razões saúde ou insegurança		32				32
Segunda habit./ raramente se encontram		29				29
Entraram habit. há menos de 6 meses, não são naturais de TV		9				9
Emigrantes portugueses regressaram há menos de 6 meses		7				7
Proprietário do estabelecimento, raramente se encontra				4	1	5
Proprietário há menos de 1 ano, não são naturais de TV				1		1
TOTAL		160	2	16	6	184

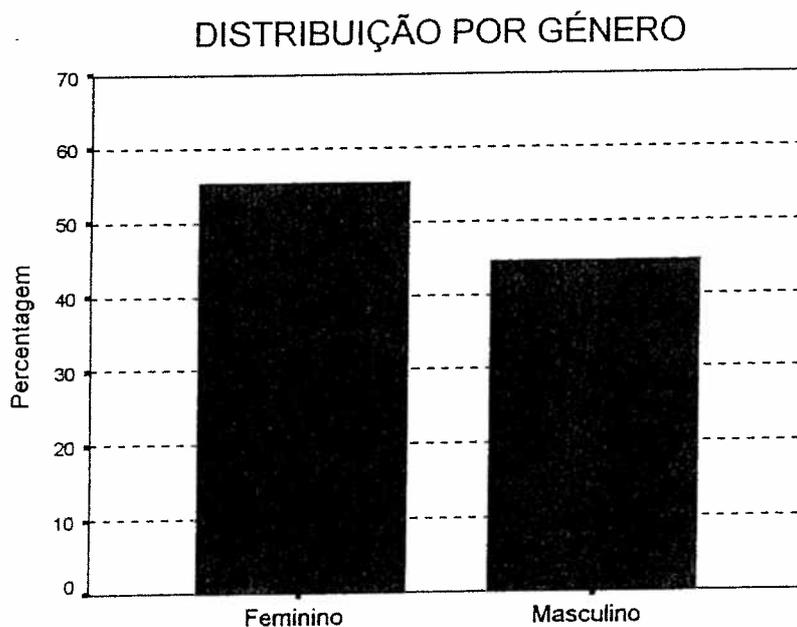
1 – ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA

Este construto sistémico de apresentação provém dos dois primeiros construtos operatórios de investigação, **Identificação**, e **Mapa Demográfico e Socioprofissional**, compostos pelos indicadores: **Localização Toponímica**, **Tipologia de Utilização**, **Identificação e Categoria do Utilizador Inquirido**, **Índice Demográfico**, e **Estrutura Socioprofissional**.

Importa caracterizar a população residente e os detentores das actividades económicas, com base nas variáveis: **género**, **estrutura etária**, **estado civil**, **literacia/escolaridade**, **condição perante o trabalho**, **estrutura socioprofissional**, e **dinâmica demográfica**.

Dos 768 habitantes residentes na Zona de Emergência do C.H., 55,41% são pessoas do género feminino e 44,59% masculinos. 2,35% da população residente tem nacionalidade estrangeira, oriunda do Brasil e do leste da Europa.

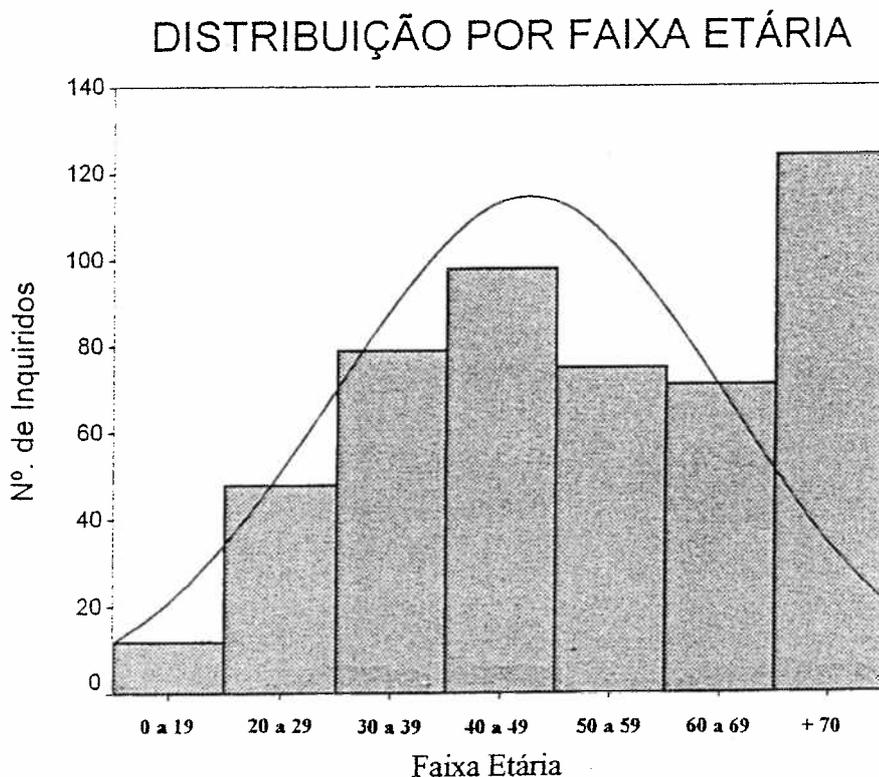
GRÁFICO 3



55,41% são mulheres e 44,59% são homens. Da análise desta variável evidencia-se a relação de masculinidade abaixo da média nacional, existindo no país 48,3% de homens e 51,7% de mulheres, acrescentando ainda que 51,9% da população residente na freguesia de Sta Maria são mulheres, segundo os resultados definitivos do Censos 2001. Cruzando com a variável tipologia de utilização, observamos que o género feminino apresenta percentagens de 43% no comércio e 40% nos serviços, o que comprova o acompanhar da tendente – terciarização - da economia nacional, revelando que esta população feminina tem bom grau de autodeterminação socioprofissional. Estes valores assumem-se superiores aos nacionais e acompanham os da região Oeste.

A idade média da população residente é de 47 anos, sendo nos homens 46,2 anos e nas mulheres 48,5 anos, apresentando-se 8 e 10 anos, respectivamente, acima das idades médias do país.

GRÁFICO 4



Pode-se observar o peso relativo dos idosos (acima dos 60 anos) na população, sendo aproximadamente 1/3. Assim, os idosos são 38% da população alvo,

estando 24% acima da média nacional. A população adulta em idade activa (49,3%) acompanha a média nacional, estando os jovens (11,8%) em menor número (0-19 anos=2,35% / 20-29 anos=9,43%). Esta estrutura etária revela a tendência oposta à evidenciada pelo país, no qual 30,3% são jovens, 53,4% são adultos em idade activa e 16,4% idosos. Um valor indicativo das implicações desta estrutura etária está na sustentabilidade potencial, que é, aproximadamente, um idoso por cada dois membros da população activa, o que se torna inferior ao valor nacional de um idoso por quatro membros da população activa.

Apresentam-se dois tipos de índices, que revelam, também, a situação de envelhecimento demográfico.

Índices Resumo:

- Índice de Juventude: 14,65 jovens por 100 idosos.
- Índice de envelhecimento: 46,15 idosos por 100 membros da população activa.

Índices de Dependência (Sustentabilidade Potencial):

- 9,85 jovens por 100 membros da população activa.
- 46,15 idosos por 100 membros da população activa.

Dependência Total:

56 pessoas por 100 membros da população activa.

A idade média nas actividades económicas é 43,5 anos, o que contrasta com os 50,4 anos da população inquirida proveniente da habitação. As idades médias nas actividades económicas são:

Artesão/Indústria: 48 anos

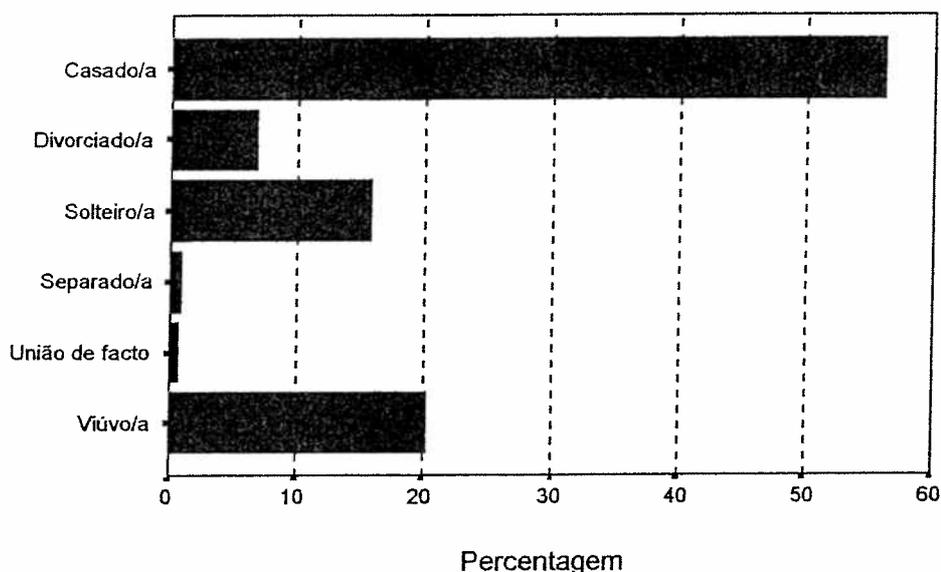
Comércio: 39,4 anos

Serviços: 43,3 anos.

(Idade média dos detentores das actividades económicas: 41 anos)

O casamento com registo constitui-se como a forma mais usual de entrada e permanência na conjugalidade.

ESTADO CIVIL
(DISTRIBUIÇÃO)



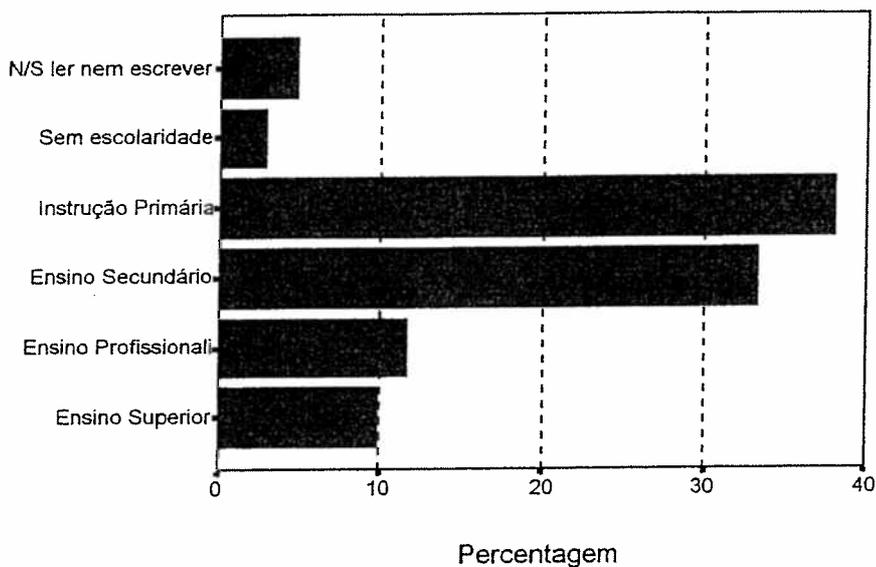
A população alvo não acompanha a actual tendência nacional de aumento exponencial dos divórcios e uniões de facto (casados sem registo). O divórcio e a separação afectam, principalmente, as mulheres, que são em maior número e mantêm esta situação durante um período mais extenso. A relação entre a população jovem residente e o número de solteiros, revela que os jovens aderem à tendência de casar tarde, nomeadamente os homens. A viuvez verifica-se principalmente nas mulheres, o que, para cada 100 idosos, 86 são mulheres e 14 são homens. Este fenómeno apresenta valores um pouco acima da média nacional.

É nos serviços que existem mais detentores divorciados (10,14%). É no comércio que existe maior número de detentores solteiros (17,54%).

O tipo de núcleo familiar predominante é formado por casais com filhos, existindo número expressivo de avós com netos solteiros e algumas mães com filhos solteiros.

A taxa de analfabetismo no C.H. cifra-se em 4,71%. É inferior à nacional (9%), e às da região Oeste e de Torres Vedras, que são 14,1%. O mesmo se verifica na categoria dos actores sem escolaridade (2,75%).

LITERACIA / ESCOLARIDADE (DISTRIBUIÇÃO)



Entende-se por literacia a capacidade de ler e escrever, logo, a iliteracia compreende os actores analfabetos e sem escolaridade. A taxa de iliteracia é substancialmente inferior às taxas nacional, Oeste, e Torres Vedras.

Da população residente 71% tem a instrução primária e o ensino secundário. As mulheres optam por um percurso escolar via ensino, e os homens por um ensino de carácter profissionalizante. De realçar que no ensino superior o valor obtido é apenas 0,98% abaixo da percentagem nacional (10,8%). Verifica-se a tendência das mulheres atingirem em maior número o nível de ensino superior.

Os artesãos / industriais, que são 87% homens, evidenciam, comparativamente, a obtenção dos menores níveis de ensino. É nos serviços que existem mais actores com formação técnico-profissional e superior.

A taxa de actividade cifra-se em 49,5%, o que acompanha o valor nacional e regional. A taxa de emprego (47,4%) apresenta-se inferior à nacional em 10% e à regional em 6%.

OUADRO 4**CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO**

	População Residente		Actividades Económicas		Instituições Socioculturais		Instituições Públicas Oficiais	
	N.º	%cum	N.º	%cum	N.º	%cum	N.º	%cum
Estudante	109	7,51						
Exerce Profissão	349	24,04	640	44,08	55	3,79	21	1,44
Doméstica	77	5,30						
Reformado/a	183	12,60						
Desempregado/a	18	1,24						
TOTAL	736	50,69	640	44,08	55	3,79	21	1,44
Crianças	27							
Deficientes	3							
N/Resp.	2							
TOTAL	768							

Neste quadro podemos observar que o C.H. tem número considerável de estudantes e reformados na população residente. A percentagem de desempregados é baixa, relativamente à nacional e regional, não tendo sido considerados desempregados pessoas em situação de subemprego.

A população que exerce profissão está distribuída maioritariamente no sector terciário (72,25%), e no secundário (26,81%).

OUADRO 5**POPULAÇÃO EMPREGADA POR SECTOR DE ACTIVIDADE**

	População Residente	Actividades Económicas	Instituições Socioculturais	Instituições Públicas Oficiais	TOTAL
	%	%	%	%	%cum
Sector Primário	0,30				0,94
Sector Secundário	40,70	14,34	47,00		26,81
Sector Terciário	59,00	85,66	53,00	100,00	72,25

De realçar que o peso das ocupações profissionais do sector secundário é 40,70% na população residente, sendo a percentagem do sector primário (0,30%) praticamente nula em relação aos 8,3% do Concelho de Torres Vedras.

ESTRUTURA SOCIOPROFISSIONAL

CATEGORIAS SOCIOPROFISSIONAIS

	Pop. Residente	Activ. Económ.	Inst. Socioculturais	Inst. Públicas Oficiais	Total
1. <u>Agricultores por conta própria:</u>					
- Agricultores com pequena exploração:					0
- Agricultores com média exploração:	1				1
- Agricultores com grande exploração:					0
2. <u>Artesãos, Comerciantes e Dirigentes Empresariais:</u>					
- Artesãos:	12	26			38
- Comerciantes:	39	102			141
- Dirigentes de Empresas com 10 ou mais assalariados:	2	5			7
3. <u>Quadros e Profissionais Intelectuais Superiores:</u>					
- Profissões Liberais:	11	12			23
- Quadros da Função Pública:	7			10	17
- Professores, Profissões Científicas:	14	7	16	2	39
- Profissões da Informação, das Artes e dos Espectáculos:	7	6			13
- Quadros Administrativos e Comerciais da Empresa:	4	43			47
- Engenheiros e Quadros Técnicos da Empresa:	2	15	3		20
4. <u>Profissões Intermediárias:</u>					
- Professores Primários e equiparados:	3	2	4		9
- Profissões intermediárias da Saúde e Trabalho Social:	6	9	6		21
- Clero e Religiosos:			4		4

- Profissões intermediárias Administrativas da Função Pública: .	21			8	29
- Profissões intermediárias Administrativas e Comerciais das Empresas:	17	28			45
- Técnicos:	9	23			32
- Agentes de Controlo:	8	29		1	38
5. Empregados:					
- Empregados Cíveis e Agentes de Serviço da Função Pública: ...	26			2	28
- Polícias e Militares:	3				3
- Empregados Administrativos da Empresa:	29	74	7		110
- Empregados do Comércio:	30	96			126
- Pessoal dos Serviços directos a particulares:	11	6	15		32
6. Operários:					
- Operários qualificados do tipo industrial:	29	59			88
- Operários qualificados do tipo artesanal:	20	37			57
- Motoristas:	9	8			17
- Operários qualificados de manutenção, Armazenamento e dos Transportes:	3	12			15
- Operários não qualificados do tipo industrial:	20	13			33
- Operários não qualificados do tipo artesanal:	6	28			34
Total: -----	349	640	55	21	1065

Nota: Nomenclatura das Categorias Socioprofissionais utilizada pela OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Demograficamente verificou-se um decréscimo acentuado da população residente no C.H., com particular ênfase nos últimos treze anos. De 1950 à actualidade a população residente decresceu cerca de 2/3.

Este movimento apresenta-se oposto à tendência da cidade que cresceu 17,37% na última década, observando-se uma variação positiva de 20% na freguesia de Sta Maria.

A média de habitantes por agregado familiar é 1,82. Este número reflecte as dificuldades que esta zona da cidade tem para atrair e fixar população.

TABELA 2

DINÂMICA DEMOGRÁFICA

- EVOLUÇÃO REGRESSIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE -

	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2002
HABITANTES	2576	2396	2131	1664	1028	768
MÉDIA DE HABITANTES POR AGREGADO FAMILIAR	4,00	3,72	3,47	2,95	2,08	1,82
DECRÉSCIMO DA POPULAÇÃO	---	180	265	467	636	260
PERCENTAGEM DE DECRÉSCIMO	---	6,99	11,06	21,91	38,22	25,29

Nota: Dados estimados, para as séries temporais, com base nos resultados dos inquéritos respondidos.

QUADRO COMPARATIVO COMPLEMENTAR

	1991	2001	CRESCIMENTO	TAXA DE CRESCIMENTO
POPULAÇÃO RESIDENTE NA CIDADE	13809	16207	2398	17,37

Fonte: INE *Census* (Resultados definitivos 2001); SANTOS, Andrade. O Actual Estádio Urbanístico da Cidade de Torres Vedras, in "Badaladas", Torres Vedras, 6 de Dezembro de 2002.

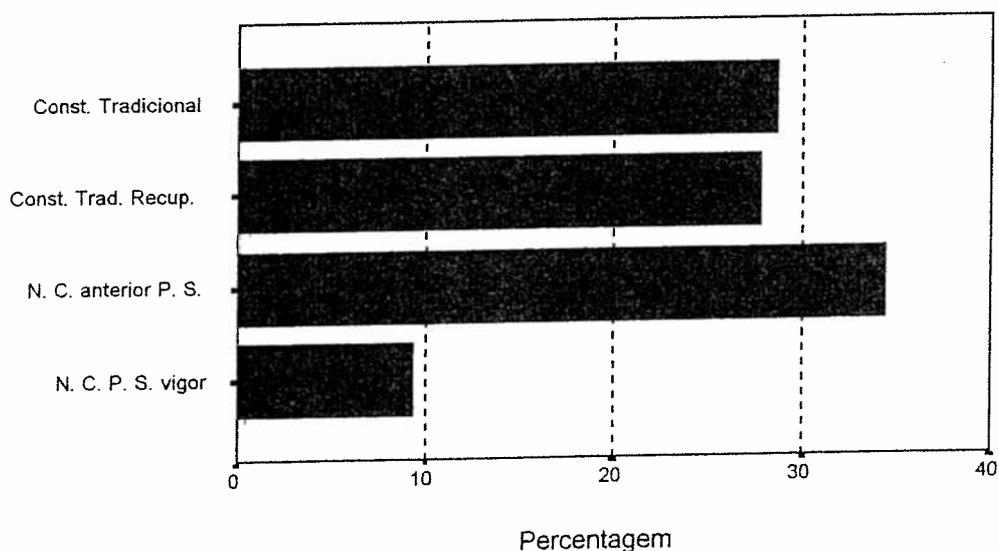
2 – UNIVERSO IMOBILIÁRIO

Após a análise dos resultados do primeiro construto sistêmico de apresentação, produto dos dois construtos operatórios de investigação, **Identificação, Mapa Demográfico e Socioprofissional**, vamos proceder à análise do segundo construto. Neste, analisam-se as variáveis: **tipo de imóvel, situação perante o imóvel, estado do imóvel, insuficiências do imóvel**, e o conhecimento e adesão aos **instrumentos estatais para a recuperação dos imóveis**.

Das 1023 unidades espaciais existentes na Zona de Emergência do C.H., 34,18% são novas construções anteriores à vigência do *Plano de Salvaguarda da Zona Histórica*, sendo, maioritariamente, construções em altura. Este tipo de imóvel situa-se, com predomínio, no sopé do morro do Castelo. As novas construções posteriores à entrada em vigor do *Plano de Salvaguarda* situam-se na proximidade das extremas do C.H.

GRÁFICO 7

TIPO DE IMÓVEL POR UNIDADE DE INQUIRIÇÃO
(DISTRIBUIÇÃO)



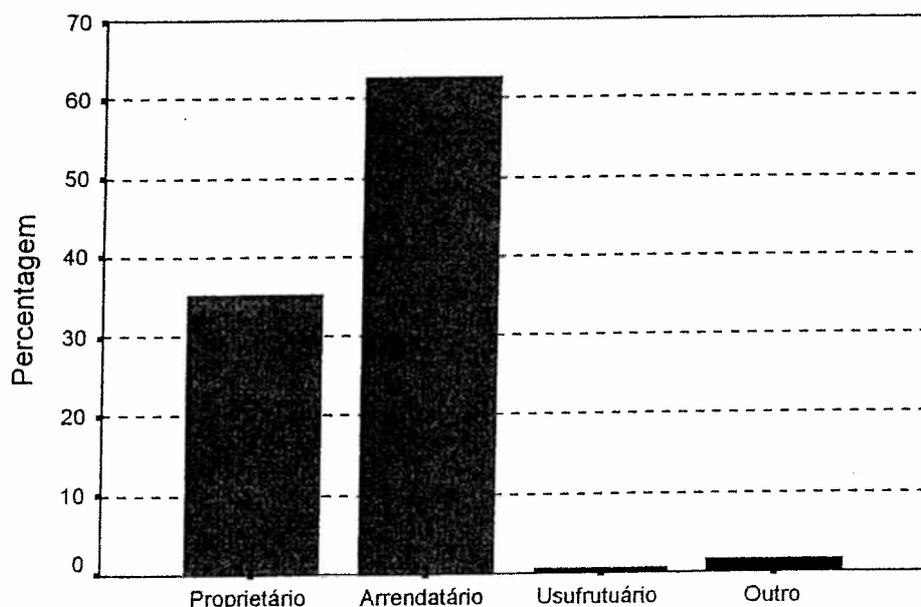
As construções do tipo tradicional (28,48%), e tradicional recuperada (27,70%), constituem 56% do imobiliário. A recuperação esteve, na maioria, a cargo dos inquilinos.

O artesão/indústria ocupa construções tradicionais (53%), e tradicionais recuperadas (20%). O comércio estabeleceu-se em construções tradicionais (22,22%), nas construções tradicionais recuperadas (43,33%). Os serviços apresentam a distribuição mais equilibrada por tipo de imóvel. Estão sediados no tradicional e no tradicional recuperada 64,29%.

A população do C.H. não acompanha o acesso generalizado a casa própria, fenómeno característico na sociedade portuguesa dos últimos quinze anos. As 62,67% fracções prediais arrendadas, comprovam a tendência para a ocupação do espaço habitável com base na relação jurídica de arrendamento, o que se verifica em todas as tipologias de utilização. Esta percentagem é o dobro da evidenciada pela Região de Lisboa e Vale do Tejo (29%), e o triplo da nacional (21%).

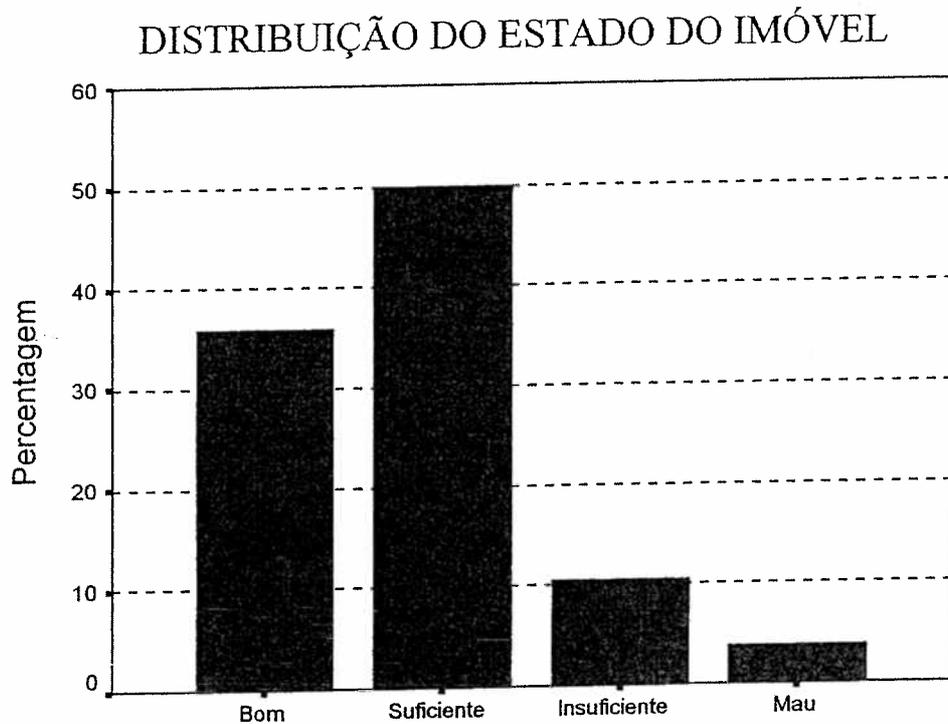
GRÁFICO 8

SITUAÇÃO DO INQUIRIDO PERANTE O IMÓVEL (DISTRIBUIÇÃO)



O estado dos imóveis está, genericamente, considerado positivo pelos inquiridos de todas as tipologias de utilização.

GRÁFICO 9



A construção tradicional é o tipo de imóvel que apresenta a frequência mais elevada de respostas nos estados insuficiente e mau.

TABELA 3

TIPO DE IMÓVEL POR UNIDADE DE INQUIRIÇÃO E POR ESTADO DO IMÓVEL

Count

		ESTADO DO IMÓVEL				TOTAL
		Bom	Suficiente	Insuficiente	Mau	
TIPO DE IMÓVEL POR UNIDADE DE INQUIRIÇÃO	Construção Tradicional	24	67	37	18	146
	Construção Tradicional Recuperada	46	84	10	1	141
	Nova Const. anterior Plano Salvaguarda	78	91	5		174
	Nova Const. Plano Salvaguarda em vigor	34	12	1		47
TOTAL		182	254	53	19	508

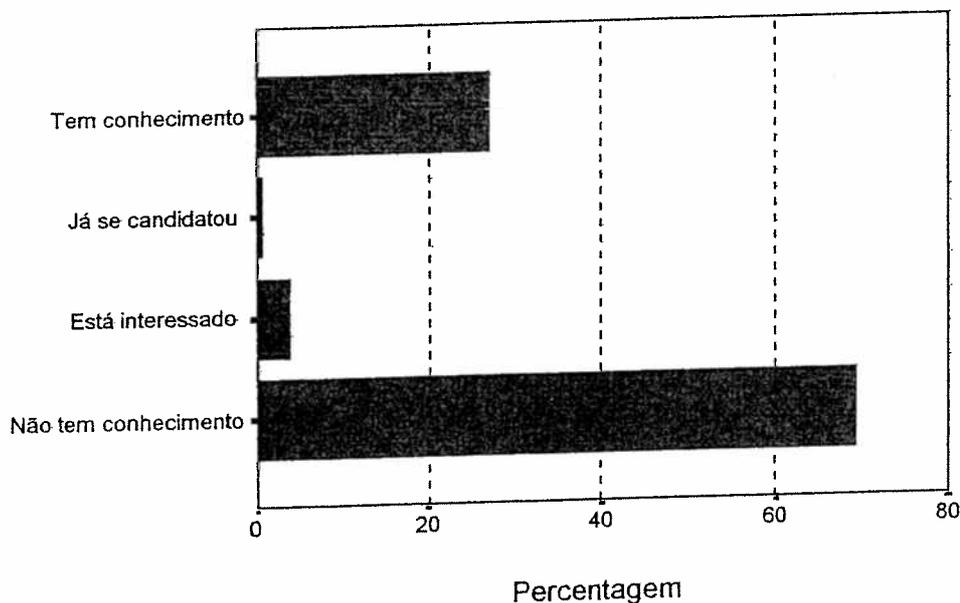
As insuficiências na habitação são: humidades, infiltrações, telhados e paredes degradadas. Nos imóveis onde estão instaladas as actividades económicas, as insuficiências mais relatadas são: infiltrações, e humidade. O apêndice n.º7 indica as insuficiências do imóvel por unidade de inquirição, e por tipologia de utilização.

Os instrumentos estatais para a recuperação dos imóveis, programas REABITA e SOLARH, são em grande medida desconhecidos da população alvo, tendo-se candidatado apenas três casos.

O programa REABITA é um instrumento vocacionado para a conservação e beneficiação de fogos e imóveis arrendados, que se situem em Centros Históricos, direccionado a senhorios/prorietários, ou para iniciativas dos inquilinos.

GRÁFICO 10

PROGRAMA "REABITA" (DISTRIBUIÇÃO)



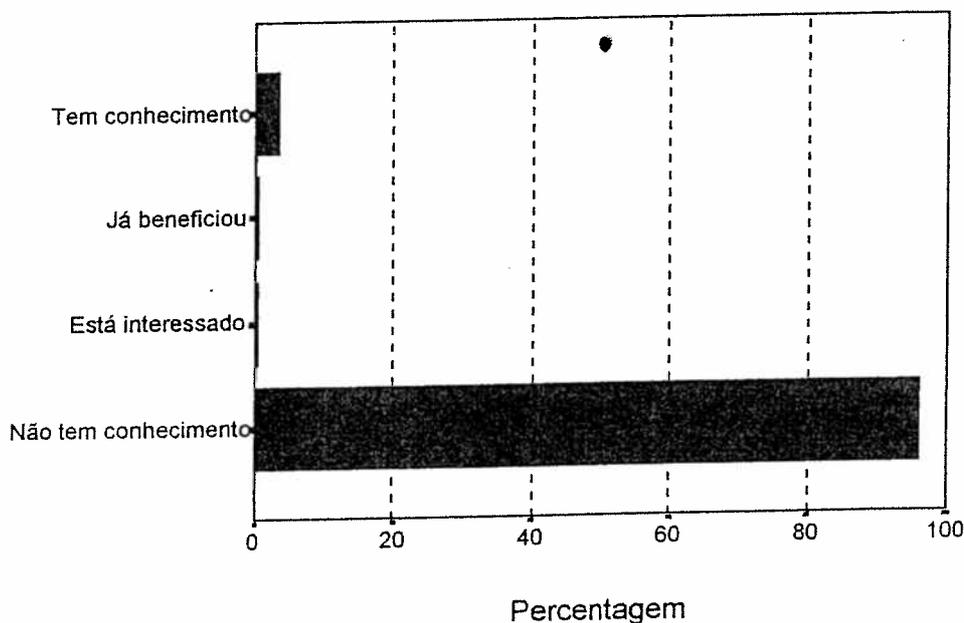
Cruzando esta variável com a tipologia de utilização, constata-se que é na habitação, que surgem dois casos de candidatura. Existem 75 inquiridos da habitação com conhecimento da existência do programa. Também os inquiridos da habitação, apresentam, proporcionalmente, o menor nível de conhecimento do programa (247

em 333 responderam não ter conhecimento do programa). Apenas 8 inquiridos da habitação revelam interesse em se candidatar. Na tipologia artesão/indústria 1/3 conhece o programa, mas não têm interesse em se candidatar. Nos serviços metade dos inquiridos têm conhecimento do programa, mas apenas 3 desejam candidatar-se. No comércio 1/3 conhece o programa, e 7 casos registam interesse na candidatura.

Analisando, por tipo de imóvel, a construção tradicional e a tradicional recuperada, nas quais se assinalam mais imóveis degradados, têm pouco conhecimento do programa, tendo-se candidatado, apenas 1 caso por cada um desses dois tipos de imóvel. Nos dois restantes tipos de imóvel (novas construções anteriores e posteriores ao *Plano de Salvaguarda*) regista-se um maior conhecimento do programa, revelando-se diminuto o interesse em se candidatar.

GRÁFICO 11

PROGRAMA "SOLARH" (DISTRIBUIÇÃO)



O programa SOLARH destina-se à beneficiação de habitação própria. O conhecimento da existência do programa é diminuto. São os inquiridos da habitação que revelam conhecer em maior número o programa. Beneficiou deste instrumento 1

inquirido do comércio. Os 2 casos de interesse em se candidatarem distribuem-se pela habitação e pelo comércio.

É nos residentes da nova construção edificada após vigorar o *Plano de Salvaguarda* que, proporcionalmente, existem mais casos que conhecem o programa, estando o nível de conhecimento muito abaixo nos residentes dos outros tipos de imóvel (em média, para cada caso com conhecimento 28 não sabem da existência do programa). Uma construção tradicional recuperada beneficiou do programa, tendo-se mostrado interessados em se candidatar apenas 2 casos do tipo de construção tradicional.

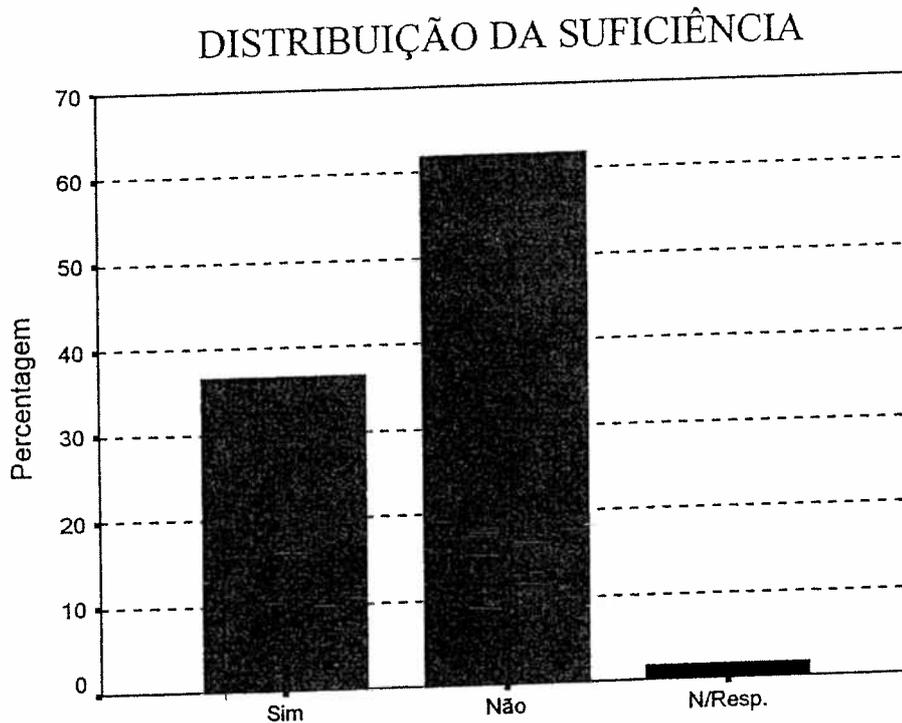
A falta de divulgação dos programas existentes é o principal factor apontado para a não adesão da população residente, e dos detentores das actividades económicas.

3 – PERCEPÇÕES SOBRE AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Este construto sistémico de apresentação deriva do construto operativo de investigação denominado, **Interação Social e Sociabilidade**. Importa analisar as percepções sobre as actividades económicas através das variáveis: **suficiência das actividades económicas, necessidades sentidas de outras actividades económicas a estabelecer, satisfação quanto à qualidade, preços dos produtos, e serviços prestados no comércio tradicional.**

A suficiência reporta-se ao suprir das necessidades e expectativas da população quanto às actividades económicas.

GRÁFICO 12



Da população inquirida, 61,76% considera que as actividades económicas sediadas no C.H. não satisfazem as suas necessidade e expectativa. Os homens assinalam o menor grau de suficiência, a qual é sentida independentemente da pertença a determinada faixa etária. Metade dos inquiridos da habitação consideram insuficientes as actividades económicas. Dos detentores de estabelecimentos comerciais, 48,61% consideram suficientes as actividades económicas. Dos detentores de serviços, e artesão/indústria, respectivamente, 70,42% e 60% afirmam a insuficiência.

Os inquiridos sugeriram as seguintes actividades económicas e serviços públicos que se deveriam estabelecer:

QUADRO 6

**OUTRAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
QUE SE DEVERIAM ESTABELEECER
SUGESTÕES DOS INQUIRIDOS**

	Frequência de Sugestões
Comércio de Artesanato	274
Minimercado	105
Ofícios Tradicionais	233
Pastelaria / Café com esplanada	239
Pousada	193
Restauração Típica	197
Dependência da PSP	33
Loja do Cidadão	119
Notário	111
Organismos da Autarquia	116

Algumas sugestões são propostas diferenciadamente. A necessidade de um minimercado é sentida pela população idosa que reside no morro do Castelo. Os serviços públicos são propostos maioritariamente pelos detentores das actividades económicas.

QUADRO 7

	SIM	NÃO	N/Resp.
	%	%	%
Preço	90,20	7,65	2,15
Qualidade dos Produtos	95,30	2,55	2,15
Serviços prestados	96,47	1,37	2,16

A satisfação quanto aos factores preço, qualidade, e serviços prestados no comércio tradicional é transversal a todas as tipologias de utilização. Da insatisfação quanto ao preço dos produtos (7,65%), a quase totalidade (81%) regista-se no género feminino, sentida pelas mulheres das faixas etárias dos 20 a 29, 30 a 39 e 60 a 69 anos. A percentagem de não respostas deve-se aos inquiridos que afirmaram só consumir noutras zonas da cidade, em especial, em grandes superfícies comerciais, ou em Lisboa. O comércio tradicional é percebido como actividade económica característica e caracterizadora do C.H.

4 – CONDIÇÕES AMBIENTAIS E ACESSIBILIDADES

O segundo construto sistémico de apresentação, derivado do construto **Interacção Social e Sociabilidade**, afere as percepções e atitudes acerca dos elementos do meio ambiente urbano criado, através dos conceitos condições, ambientais, e acessibilidades.

No estudo das condições ambientais, optou-se por cinco dimensões analíticas, explicitadas no Enquadramento Teórico-Metodológico, nomeadamente no ponto, Dos Construtos aos Conceitos e Indicadores. Recorreu-se à utilização da escala de Lykert de quatro entradas.

A dimensão, Infra-estruturas Públicas, engloba as seguintes variáveis aferidas: **percepções sobre arruamentos, iluminação pública, jardins e recantos ajardinados, atitudes acerca da supressão do estacionamento nos arruamentos.**

QUADRO 8**PERCEPÇÕES SOBRE AS INFRA-ESTRUTURAS PÚBLICAS**

	BOM	SUFIC.	INSUF.	MAU
	%	%	%	%
Arruamentos	2,35	14,12	24,12	58,63
Iluminação Pública	6,67	44,71	36,08	11,37
Jardins e Recantos Ajardinados	0,98	6,27	28,25	63,33

O estado dos arruamentos é considerado negativo pelos inquiridos oriundos de todas as tipologias de utilização. Cruzando esta variável com a localização toponímica, apenas nas ruas Dias Neiva e S. Gonçalo de Lagos, o estado dos arruamentos é percebido positivamente.

A iluminação pública é suficiente, sendo considerada tendencialmente positiva. Os inquiridos da habitação têm peso considerável nesta percentagem, pois os detentores das actividades económicas percebem a iluminação pública como insuficiente. A iluminação é considerada suficiente nos arruamentos localizados no morro do Castelo, e ruas Dias Neiva e S. Gonçalo de Lagos. Os comerciantes consideram a iluminação suficiente em apenas quatro arruamentos com funções comerciais²³.

Os jardins e recantos ajardinados da zona estudada, são percebidos negativamente pelos inquiridos de todas as tipologias de utilização. Os motivos apontados estão nas insuficiências quantitativa, e, principalmente, qualitativa.

Quando confrontados com as perguntas relativas à pedonização e supressão do estacionamento auto nos arruamentos, os inquiridos tomam as seguintes atitudes, conforme a dimensão espacial aferida:

²³ Largo dos Polomes, Rua Serpa Pinto, Rua Francisco Xavier de Melo, Rua da Cruz.

QUADRO 9

ATITUDES ACERCA DA SUPRESSÃO DO ESTACIONAMENTO

	ESTACIONAMENTO NOS ARRUAMENTOS	
	SIM	NÃO
<u>Dimensão espacial</u>		
Na totalidade do C.H.	37,45%	61,57%
Em alguns arruamentos	88,82%	9,22%
No arruamento do inquirido	53,33%	45,88%

Os detentores das actividades económicas não desejam que o estacionamento seja suprimido nos arruamentos onde se localizam as suas firmas. Na maioria das ruas com função habitacional, a supressão do estacionamento é desejável. No apêndice n.º8 particulariza-se as atitudes tomadas acerca desta variável no arruamento do inquirido.

A segunda dimensão é denominada, Estética do Imobiliário. Aferem-se as variáveis: **estado exterior de conservação do imóvel, atitudes acerca da supressão das antenas de televisão e dos cabos de telefone, tv cabo, e outros cabos nas fachadas.**

TABELA 4

PERCEPÇÕES DOS INQUIRIDOS SOBRE O ESTADO EXTERIOR DE CONSERVAÇÃO DOS IMÓVEIS POR TIPOLOGIA DE UTILIZAÇÃO

Count

		TIPOLOGIA DE UTILIZAÇÃO				TOTAL
		Habitação	Artesão/ Indústria	Comércio	Serviços	
ESTADO EXTERIOR DE CONSERVAÇÃO DOS IMÓVEIS	Bom	1				1
	Suficiente	25	2	7	7	41
	Insuficiente	193	8	49	38	288
	Mau	114	5	33	25	177
	N/Resp.	1		1	1	3
TOTAL		334	15	90	71	510

O estado exterior de conservação dos imóveis é percebido como insuficiente para a criação e manutenção de uma imagem cuidada do C.H.. Esta percepção é transversal a todos os tipos de imóvel, todavia, nos imóveis do tipo, nova construção anterior ao *Plano de Salvaguarda*, este fenómeno é mais incidente. Aproximadamente 2/3 dos inquiridos consideram insuficiente/mau, o estado exterior de conservação dos restantes tipos de imóvel.

Outros factores a considerar na melhoria da estética do imobiliário são, a supressão das antenas de televisão, e a colocação subterrânea dos cabos de telefone, tv cabo, e outros cabos que se encontram distribuídos pelas fachadas dos imóveis.

QUADRO 10

ATITUDES DOS INQUIRIDOS ACERCA DAS ANTENAS DE TELEVISÃO E CABOS

	SIM		NÃO		N/RESP.		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
As antenas de televisão devem ser suprimidas	473	92,75	30	5,88	7	1,37	510	100,00
Os cabos (telefone, TV cabo, e outros) devem ser subterrâneos	493	96,67	12	2,35	5	0,98	510	100,00

A dimensão serviços públicos de manutenção, afere as variáveis: **limpeza dos arruamentos, e recolha de lixos.**

QUADRO 11

PERCEPÇÕES SOBRE A LIMPEZA DOS ARRUAMENTOS

BOM	5,89%
SUFICIENTE	67,65%
INSUFICIENTE	21,17%
MAU	5,29%

A suficiência da limpeza dos arruamentos é percebida por todas as tipologias de utilização. Os detentores do comércio, e artesão/indústria, mostram-se menos convencidos desta suficiência.

As ruas consideradas menos limpas são:

- Praça Machado Santos
- Rua do Terreirinho
- Rua da Horta Nova
- Travessa Madeira Torres
- Rua Mouzinho de Albuquerque
- Rua do Quebra-Costas
- Travessa do Quebra-Costas
- Rua Capitão Luís Bôto Pimentel
- Rua da Paz
- Travessa de S. Miguel
- Travessa Sto António

A recolha de lixos é considerada suficiente. Os inquiridos referem que o sistema de “Moloks” não é o mais apropriado, pois ocupa muito espaço, não comporta cartão, e não é convidativo à sua utilização (tampa), verificando-se a existência de lixo em redor dos “Moloks” quando estes não estão na sua máxima capacidade.

TABELA 5

PERCEPÇÕES DOS INQUIRIDOS SOBRE A RECOLHA DE LIXOS POR TIPOLOGIA DE UTILIZAÇÃO

Count

		TIPOLOGIA DE UTILIZAÇÃO				TOTAL
		Habitação	Artesão / Indústria	Comércio	Serviços	
RECOLHA DE LIXOS	Bom	47		14	3	64
	Suficiente	237	9	61	47	354
	Insuficiente	42	2	8	17	69
	Mau	6	3	4	2	15
	N/Resp.	2	1	3	2	8
TOTAL		334	15	90	71	510

A quarta dimensão, Vigilância das Autoridades, reporta-se às variáveis, **vigilância policial diurna, e v.p. nocturna.**

QUADRO 12

PERCEPÇÕES SOBRE A VIGILÂNCIA POLICIAL

	DIURNA	NOCTURNA
	%	%
Bom	1,96	1,18
Suficiente	19,41	12,94
Insuficiente	56,67	56,47
Mau	19,41	22,75
N/Respondem	2,55	6,66

A insuficiência da vigilância policial é sentida principalmente no período nocturno. Esta posição é transversal a todas as tipologias de utilização, verificando-se na totalidade da zona estudada, exceptuando nas artérias anelares periféricas²⁴.

A última dimensão, Amenidades, estuda variáveis, como, **segurança diurna, e s. nocturna, tranquilidade diurna, e t. nocturna, interacção de vizinhança, ambiente denotador de toxicodpendência, e a. d. de marginalidade.**

QUADRO 13

PERCEPÇÕES SOBRE A SEGURANÇA DIURNA E NOCTURNA

	DIURNA	NOCTURNA
	%	%
Bom	15,69	6,28
Suficiente	70,98	39,80
Insuficiente	11,77	44,12
Mau	0,98	6,08
N/Respondem	0,58	3,72

²⁴ Rua S. Gonçalo de Lagos, Largo dos Polomes, Rua Dias Neiva, Largo de S. Pedro.

O sentimento de segurança nocturna é percebido com maior reserva, pois muitos habitantes residentes não saem das suas residências durante o período da noite. A suficiência da segurança diurna é percebida pelos inquiridos de todas as tipologias de utilização. Os inquiridos da habitação, comércio, e serviços, contribuem para o valor, insuficiente, apurado no tocante à segurança nocturna. Os inquiridos do género feminino (64,09%) não se sentem seguras ao circular nos arruamentos do C.H. no período nocturno, verificando-se que à medida que a idade aumenta a insegurança é mais sentida, principalmente a partir dos 40 anos. O género masculino não evidencia sentir insegurança nocturna, só a partir dos 60 anos começa a reportar uma ténue insegurança.

Assim, a deficitária vigilância policial, as características dos arruamentos e dos imóveis, a ténue luminosidade, e a inactividade social no período nocturno, tornam esta zona da cidade pouco convidativa à circulação pedonal nocturna.

A Zona de Emergência do C.H. é considerada tranquila nos dois períodos do dia.

QUADRO 14

PERCEPÇÕES SOBRE A TRANQUILIDADE

	DIURNA	NOCTURNA
	%	%
Bom	11,96	14,12
Suficiente	62,75	50,78
Insuficiente	21,57	24,71
Mau	2,94	5,10
N/Respondem	0,78	5,29

Os detentores das actividades económicas percebem a zona estudada como suficientemente tranquila. A insuficiência da tranquilidade diurna é percebida nos arruamentos onde circula intenso tráfego automóvel. Durante a noite, são os bares, sedes de colectividades, e espaços públicos, como, jardins, que, segundo a população residente, mais contribuem para a intranquilidade localizada nos seguintes arruamentos:

- Rua Serpa Pinto

- Rua Miguel Bombarda
- Rua Mouzinho de Albuquerque
- Rua de Traz do Açogue
- Travessa Luís Cardoso
- Rua de Sto António
- Largo de Sto António

A interacção de vizinhança, isto é, as relações pessoais de conhecimento e interajuda, é a única condição ambiental considerada acima do suficiente, concretamente, boa, o que se constitui como elemento caracterizador do C.H., e, provavelmente, único na cidade.

TABELA 6

PERCEPÇÕES DOS INQUIRIDOS SOBRE A INTERACÇÃO DE VIZINHANÇA POR TIPOLOGIA DE UTILIZAÇÃO

Count

		TIPOLOGIA DE UTILIZAÇÃO				TOTAL
		Habitação	Artesão / Indústria	Comércio	Serviços	
INTERACÇÃO DE VIZINHANÇA	Bom	221	13	58	43	335
	Suficiente	97	2	25	27	151
	Insuficiente	10		1		11
	Mau	1		3		4
	N/Resp.	5		3	1	9
TOTAL		334	15	90	71	510

Estes laços de solidariedade orgânica ficam mais ténues à medida que se caminha para as extremas da zona estudada. Os valores apurados são representativos destas relações, pois a interacção de vizinhança é percebida como boa, tanto por homens como por mulheres, ambos oriundos de todas as faixas etárias.

A marginalidade é um comportamento desviante pouco existente. Ao invés, a toxicodpendência é percebida com alguma relevância, essencialmente devido à representação simbólica que os inquiridos idosos têm dos jovens.

**PERCEPÇÕES QUANTO À EXISTÊNCIA DE
COMPORTAMENTOS DESVIANTES**

	SIM		NÃO		N/RESP.		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Ambiente denotador de toxicod dependência	227	44,51	277	54,32	6	1,17	510	100,00
Ambiente denotador de marginalidade	111	21,77	391	76,63	8	1,60	510	100,00

De referir que a toxicod dependência é sentida, com especial relevo no Largo de Sto António, devido a alguns imóveis devolutos que se tornam atractivos para a prática deste comportamento. A marginalidade é percebida, essencialmente, no Largo de S. Pedro.

O segundo conceito do presente construto reporta-se às Acessibilidades. São aferidas as variáveis, **percepções quanto ao estado e condições de utilização dos arruamentos, quanto à suportabilidade do tráfego automóvel, e atitudes acerca da pedonização dos arruamentos.**

A variável, **percepções quanto ao estado e condições de utilização dos arruamentos**, é utilizada duplamente, pois insere-se na dimensão das Infra-estruturas Públicas, estudada no anterior conceito de Condições Ambientais. Os arruamentos são considerados insuficientes (24,12%), e maus (58,63%), pelos inquiridos oriundos, transversalmente, de todas as tipologias de utilização. Apenas nas ruas, Dias Neiva, e S. Gonçalo de Lagos, o estado e condições de utilização dos arruamentos são percebidos positivamente.

QUADRO 16**PERCEPÇÕES QUANTO À SUPORTABILIDADE DO TRÁFEGO AUTO**

	SIM	NÃO
	%	%
Na totalidade do C.H.	35,69	62,74
No arruamento do inquirido	67,65	31,27

Dos inquiridos, 62,74% consideram que não devem circular automóveis em todas as ruas da zona estudada. Dos 42 arruamentos existentes, os inquiridos não desejam que em 13 deles transitem automóveis, conforme se pode verificar no apêndice n.º9. Estes últimos localizam-se no morro do Castelo, e no sopé, como, por exemplo, o Largo de Sto António.

QUADRO 17**ATITUDES ACERCA DA PEDONIZAÇÃO DOS ARRUAMENTOS**

	PEDONIZAÇÃO DOS ARRUAMENTOS	
	SIM	NÃO
<u>Dimensão espacial</u>		
Na totalidade do C.H.	37,06%	61,18%
Em alguns arruamentos	93,53%	5,49%
No arruamento do inquirido	51,60%	47,26%

Ao compararmos este quadro com o anterior, entende-se a necessidade de particularizar as opções de supressão do tráfego auto e pedonização dos arruamentos. A pedonização das ruas do morro do Castelo, é aceite, maioritariamente, pela população residente. Os detentores das actividades económicas não desejam ver os seus arruamentos pedonizados. O apêndice n.º10 reporta as atitudes dos inquiridos acerca da pedonização do arruamento do inquirido por localização toponímica.

5 – EQUIPAMENTOS SOCIOCULTURAIS

Este construto sistêmico de apresentação é o último, do conjunto de três, decorrente do construto operatório de investigação, Interação Social e Sociabilidade.

Afere as variáveis **satisfação quanto à quantidade**, e **quanto à qualidade das creches, Associações culturais e desportivas, e Instituições de formação profissional/escolas**, estabelecidas no C.H., **atitudes dos inquiridos acerca da necessidade de existência, no C.H., dos equipamentos socioculturais mencionados, e sugestões dos inquiridos sobre outros equipamentos socioculturais que se deveriam estabelecer** no C.H.

O apêndice n.º11 especifica os dezasseis equipamentos socioculturais existentes na Zona de Emergência do C.H.

QUADRO 18

SATISFAÇÃO QUANTO AOS EQUIPAMENTOS SOCIOCULTURAIS ESTABELECIDOS NO C.H.

		QUANTIDADE	QUALIDADE
		%	%
Creches	Sim	21,37	60,39
	Não	66,67	4,12
Associações Culturais e Desportivas	Sim	77,26	13,72
	Não	15,88	68,63
Instituições de Formação/Escolas	Sim	50,98	79,80
	Não	40,39	2,55

Ao analisar o quadro, percebe-se que existe uma percentagem elevada de não respostas. Isso deve-se aos inquiridos que não conheciam os equipamentos, em especial os detentores das actividades económicas.

As creches são insuficientes em quantidade, mas têm qualidade reconhecida. Esta tendência de satisfação é reportada pelos inquiridos de todas as tipologias de utilização. A percentagem dos inquiridos que não responderam, revela que existe maior conhecimento da existência deste equipamento na população residente. Todavia, no tocante à qualidade, verifica-se que existe 35,49% de inquiridos, distribuídos de igual modo por todas as tipologias de utilização, que não responderam sobre esta dimensão. Isto, em conjunto com a análise das observações dos inquiridos, pode indiciar que estas Instituições não se encontram vocacionadas para privilegiar o acesso das crianças da população residente no C.H.

As Associações culturais e desportivas satisfazem em matéria de quantidade. Este valor é sentido, de igual modo, pelos inquiridos de todas as tipologias de utilização. A qualidade das Associações culturais e desportivas não satisfaz os inquiridos utilizadores. Os 17,65% de inquiridos que não responderam, denota elevado nível de desconhecimento sobre as actividades destas, devido, essencialmente, à fraca actividade anual da maioria das Associações. Um número expressivo de inquiridos afirma, nas observações, que “muitas Associações estão sem vida, e não contribuem para animar o C.H.”.

A população inquirida denota satisfação quanto às duas dimensões apuradas no tocante às Instituições de formação profissional/escolas. Estas percentagens são evidenciadas, igualmente, pelos inquiridos de todas as tipologias de utilização, sendo os detentores dos estabelecimentos comerciais, os artesão/indústria, que reforçam a necessidade de atrair para o C.H. Instituições desta natureza. Realça-se, entretanto, o peso que a imagem do CENFIM teve nas respostas, e o desconhecimento de muitos inquiridos da habitação e do comércio sobre os factores implicados na qualidade destas Instituições.

Quando confrontados sobre a necessidade de existência, no C.H., dos equipamentos socioculturais mencionados, os quais se encontram noutras zonas da cidade, os inquiridos tomam as seguintes atitudes:

QUADRO 19**ATITUDES DOS INQUIRIDOS ACERCA DA NECESSIDADE DE EXISTÊNCIA, NO C.H., DOS EQUIPAMENTOS SOCIOCULTURAIS MENCIONADOS**

	SIM		NÃO		N/RESP.		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Centro ATL	480	94,12	20	3,92	10	1,96	510	100,00
Ludoteca	467	91,60	28	5,49	15	2,94	510	100,00
Centro de dia (Idosos)	488	95,69	13	2,55	9	1,76	510	100,00
Lar de idosos	434	85,10	64	12,55	12	2,35	510	100,00

As atitudes, acerca da necessidade da existência destes equipamentos socioculturais mencionados, foram tomadas de igual modo pelos inquiridos de todas as tipologias de utilização, de ambos os géneros, das diversas faixas etárias, estado civil, e dos vários níveis de escolaridade. Isto é revelador das necessidades sentidas, colectivamente, acerca do apoio institucional dirigido a crianças, adolescentes, e idosos.

Os inquiridos propuseram o estabelecimento, no C.H., dos seguintes equipamentos socioculturais:

**OUTROS EQUIPAMENTOS SOCIOCULTURAIS QUE
SE DEVERIAM ESTABELEECER
SUGESTÕES DOS INQUIRIDOS**

	Frequência de Sugestões
Associação de acompanhamento a idosos	34
Espaço ou Associação lúdica para adolescentes e jovens	64
Espaços verdes	59
Parque infantil	82
Posto de enfermagem	30
Quiosque do turismo (CMTV)	106
Wc público	24

Nota: Na sugestão “Quiosque do Turismo” (expressão dos próprios inquiridos) estes referem-se a um posto de venda de produtos regionais.

6 – AFECTAÇÃO SIMBÓLICA

O presente construto sistémico de apresentação explicita os factores simbólicos implicados na permanência ou na expectativa de abandono do C.H..

Afere-se as variáveis, **factores de ancoragem**, e **atitudes acerca da possibilidade de abandono do C.H..**

Os actores do género feminino, apresentam maior taxa de respostas positivas, nos seguintes factores: tradição familiar, afecto ao C.H., proprietário do imóvel, e renda acessível.

QUADRO 21

FACTORES DE ANCORAGEM

	SIM		NÃO		N/RESP.		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Tradição Familiar	288	56,47	219	42,94	3	0,59	510	100
Afecto ao C.H.	465	91,18	42	8,23	3	0,59	510	100
Proprietário do Imóvel	177	95,68	3	1,62	5	2,70	185	100
Renda Acessível	285	89,06	32	10,00	3	0,94	320	100
Detentor da Actividade Económica há muitos anos	117	58,50	80	40,00	3	1,50	200	100

Os inquiridos da habitação, reportam a maior percentagem no factor, tradição familiar de vivência no C.H., seguidos pelos inquiridos do comércio, serviços, e por último, artesão/indústria. Os 56,47% de inquiridos que assinalam a tradição familiar, enquanto factor de ancoragem, são maioritariamente pertencentes às faixas etárias superiores aos 40 anos, predominando o nível de instrução primária, sendo 36,81% proprietários, e 60,07% arrendatários do imóvel.

Os 91,18% obtidos no factor, afecto ao C.H., são representativos do afecto que os inquiridos, na sua totalidade, sentem por esta zona da cidade. Tal sentimento de afecto é reportado, independentemente de características socioeconomicas.

Em 185 proprietários de imóveis, apenas 3 responderam que este factor não era essencial para continuarem a viver no C.H.. Nos arrendatários será de 320 para 32, respectivamente.

As rendas são consideradas acessíveis.

Das 200 unidades de inquirição activas afectas a actividades económicas, 117 são detentores da actividade há muitos anos, o que reflecte a existência de um comércio tradicional baseado em dinâmicas familiares.

TABELA 7

ATITUDES ACERCA DA POSSIBILIDADE DE ABANDONO DO C.H. POR TIPOLOGIA DE UTILIZAÇÃO

Count

		TIPOLOGIA DE UTILIZAÇÃO				TOTAL
		Habitação	Artesão / Indústria	Comércio	Serviços	
GOSTARIA DE HABITAR OU POSSUIR A SUA ACTIVIDADE ECONÓMICA NUMA OUTRA ZONA DA CIDADE	Sim	54	4	26	14	98
	Não	279	10	63	56	408
	N/Resp.	1	1	1	1	4
TOTAL		334	15	90	71	510

Dos inquiridos, 80% não perspectiva abandonar o C.H. para habitar ou possuir actividade económica numa outra zona da cidade. São os homens, jovens solteiros ou com uniões de facto, com o ensino secundário, e na situação de arrendatários, que se encontram mais predispostos a abandonar esta zona.

Os motivos para a tomada de atitude de abandono são:

QUADRO 22

MOTIVOS REFERIDOS PELOS INQUIRIDOS PARA A POSSIBILIDADE DE ABANDONO DO C.H.

	Frequência
Acesso e proximidade às Instituições, comércio e serviços.	9
Acessibilidade ao centro da cidade, e falta de identificação com a estética do seu imóvel.	1
Acessibilidade ao centro da cidade, residência numa zona mais movimentada.	3
Condições de habitabilidade e acessibilidade ao centro da cidade.	11
C.H. abandonado.	4
C.H. é uma zona muito humida e fria.	1
Dificuldade de acesso à residência.	1
Dificuldade de estacionamento e acessibilidades no C.H.	1

Encontrar Imóvel com melhores condições de habitabilidade.	21
Existência de espaços verdes e parque infantil na proximidade da residência.	3
Falta de infraestruturas de apoio à comunidade do C.H.	2
Imóvel com poucas condições de habitabilidade, renda elevada.	1
Mau ambiente.	2
Mudar de ambiente.	2
Pouco movimento nos arruamentos do C.H.	4
Procura de residência próximo da família.	1
Ruído proveniente dos bares.	2
Armazem com mais espaço.	2
Localização da loja numa zona central e mais movimentada.	22
Melhores instalações comerciais e industriais.	5
Total	98

A melhor qualidade da habitação em zonas modernas da cidade, é a razão que mais pesa para a expectativa de abandono.

INFORMAÇÃO ADICIONAL:

Identificaram-se, com o nome completo, 271 dos 334 inquiridos da habitação, e todos os detentores das actividades económicas.

Assinalam-se, ainda, as seguintes observações e propostas dos inquiridos, as quais auxiliam na compreensão de alguns aspectos.

OBSERVAÇÕES DOS INQUIRIDOS**CONSTATAÇÕES / AFIRMAÇÕES:**

<u>SOBRE O CENTRO HISTÓRICO EM GERAL:</u>	Frequência
A candidatura ao REABITA é cara e burocrática.	6
A CMTV devia incentivar o restauro de imóveis no C.H.	21
A CMTV dificulta as obras privadas no C.H..	19
A CMTV não coopera na resolução dos problemas do C.H., não escuta a população e os agentes das actividades económicas. É muito burocrática e não cumpre as regras.	19
A CMTV não tem moral para impor regras no C.H..	9
A saída dos organismos da CMTV do C.H. prejudicou o comércio.	16
A saída dos serviços da CMTV e da PSP retiraram movimento ao C.H..	32
O C.H. foi abandonado pela CMTV, população, actividades económicas e encontra-se desertificado.	126
O C.H. deve ser uma prioridade da CMTV.	18
Os comerciantes não acreditam na Autarquia em relação ao C.H..	13
A CMTV deve criar um gabinete do C.H. para implementar na prática os resultados deste estudo.	63
A CMTV deve embelezar o C.H..	12
A CMTV deve fazer um acordo com os proprietários dos imóveis para pintarem as fachadas.	25
A CMTV deve fiscalizar os imóveis.	26
A pedonização deve ser localizada, e ponderada conforme as necessidades da população residente e das actividades económicas.	44
Arranjar e recuperar atentamente o C.H..	69
É necessário e urgente implementar no C.H. mais organismos da CMTV.	16
Os parques de estacionamento devem localizar-se ao redor do C.H..	41
Promover a formação profissional em ofícios tradicionais.	23
Promover um roteiro turístico do C.H..	35
<u>SOBRE O CASTELO:</u>	
O Castelo encontra-se degradado e desprezado.	112
O Castelo deve ser restaurado, ajardinado e ter um roteiro histórico. Deve ser palco de actividades culturais, eventos e festas populares.	124
O Castelo devia ser limpo, ter um wc e uma bica.	23
O Castelo devia ser promovido turisticamente.	46

7 - AS INSTITUIÇÕES SOCIOCULTURAIS

Na Zona de Emergência do Centro Histórico de Torres Vedras encontram-se sediadas 16 Instituições.

Podemos categorizá-las através da noção de carácter. Existem 5 Instituições culturais, 3 desportivas e recreativas, 4 sociais, 1 educacional, e 3 religiosas.

Por carácter cultural, entende-se um âmbito de actuação centrado no desenvolvimento de práticas e valores, decorrentes de elementos caracterizadores da cultura existente na comunidade torreense. Será a defesa e promoção de patrimónios societais, logo, também, históricos, naturais, culturais, e socioprofissionais.

O carácter recreativo e desportivo prende-se à promoção de actividades e competências individuais desportivas, à prática de determinados desportos, e ao prosseguimento de valores relacionados com o lazer-recreio e o convívio.

Consideramos Instituições de carácter social, aquelas que se destinam a suprir necessidades fisiológicas e sociais de determinados grupos (neste caso concreto, tidos como desfavorecidos). Desenvolvem acções de assistência social, e combate à marginalização.

O carácter educacional, e o religioso, são evidentes.

A metodologia explicita as características do instrumento - entrevista estruturada ou padronizada -, assim como, da análise de conteúdo avaliativa.

Vamos proceder à apresentação e análise dos resultados das 15 entrevistas obtidas como válidas. A Instituição, “Narcóticos, Alcoólicos, e Famílias Anónimas” não disponibilizaram representante para se efectuar a entrevista.

Assim, estão em análise 15 Instituições.

Instituições de carácter cultural

A unidade de enumeração, tempo médio de duração do registo áudio, é 58 minutos e 33 segundos.

Apresentam-se os resultados seguindo as perguntas do guião da entrevista, consideradas unidades de contexto.

As Instituições culturais têm as seguintes denominações: “Sociedade Recreativa Operária”, “Grupo dos Amigos de Torres”, “Tuna Comercial Torreense”, “Associação Leonel Trindade”, “Cooperativa de Comunicação e Cultura, C.R.L”.

Encontram-se localizadas na zona leste do C.H., no perímetro ladeado pelas ruas, do Quebra-Costas, da Cruz, Miguel Bombarda, e Dias Neiva. Foram fundadas duas Instituições no período de 1900 a 1930, outras duas, de 1961 a 1990, e uma de 1991 a 2003. Os entrevistados, todos eles, são Presidentes de Direcção.

Três Instituições têm funções sociais de socialização, por via da animação e entretenimento dos seus públicos, e, as restantes duas de promoção e defesa de patrimónios torreenses. Na unidade de contexto, objectivos, são registadas as seguintes unidades de registo: “Animar os sócios e a população em geral.”-3, “Cooperação entre Instituições.”-3, “Divulgação das produções culturais.”-3, “Conhecimento da envolvente patrimonial.”-2, “Organizar eventos culturais e recreativos.”-2, “Divulgar a cultura e património torreense.”-2.

São, assim, tomadas atitudes de mobilização colectiva de carácter popular, de valorização física das instalações, com preocupações em continuar no C.H., e valorizar intelectualmente os seus sócios e públicos.

O número de sócios varia entre 101 a 200 em duas Instituições, 201 a 300 noutras duas, e, mais de 301 numa. Os sócios pertencem a vários escalões etários, predominando os escalões considerados como idade activa, sendo a classe média a pertença socioeconómica.

As instalações são imóveis, em média, com dois pisos, e, com uma a três divisões no caso de duas Instituições, e mais que seis divisões nas restantes três. As principais vantagens, são a eficácia das instalações e a proximidade do centro de Torres Vedras. A degradação do imóvel, falta de espaço, e problemas de estacionamento, inscrevem-se como as insuficiências mais reportadas. As instalações, em três casos, só funcionam aquando das actividades, enquanto as outras permanecem abertas ao público durante a tarde, noite, e fim-de-semana.

As acções, actividades, ou eventos organizados em cada uma delas, não ultrapassam os dez por ano. Este número tem-se mantido nos últimos cinco anos, à excepção de uma Instituição, que, progressivamente, tem vindo a aumentar as acções. São organizados, colóquios e debates, exposições, espectáculos de música e dança, no período nocturno. Aos fins-de-semana, algumas dessas Instituições, promovem, também, escavações e prospecções paleontológicas, passeios, e viagens.

Caracterizadas, sociologicamente, as cinco Instituições, passamos a analisar as unidades de contexto (perguntas), respeitantes, directamente, ao C.H.

Na unidade de contexto, pergunta 5, são apresentadas as seguintes unidades de registo: “Proximidade do centro de Torres Vedras.”-3, “Localização privilegiada.”-3, “Tradição da colectividade.”-2, “Localização das instalações.”-3, “Contribuir para a revitalização do C.H.”-2, “Coerência cultural.”-1.

Tomam atitudes de mobilização colectiva, valorização física, e de continuação no C.H..

Os sócios participam nas actividades e acções, mas só em duas Instituições é que auxiliam na organização. A CMTV é o agente público que apoia todas as Instituições, e em três casos recebem apoios de outros agentes públicos. Em três casos, os agentes privados não apoiam tanto quanto seria desejável, mas as outras Instituições conseguem captar patrocínios de várias empresas, impelidas, com frequência, pela boa vontade cultural do detentor da actividade económica.

A análise da unidade de contexto sete, evidencia um relacionamento com o território do C.H., baseado em atitudes de continuação e valorização do C.H., através de práticas centradas nas instalações.

Na unidade de contexto oito, as opiniões dos representantes das Instituições sobre o estado actual do C.H., baseiam-se na seguinte variedade de valores: Valores Associativos - de representação simbólica da cidade, e do património edificado e móvel. Valores Sociais - de associação simbólica, cooperação interpessoal, e representatividade histórica. Valores Práticos - de posse, sentido prático, e mobilização. Valores de Referência - ética colectiva de representação. Exortam o C.H., enquanto zona societalmente abandonada, com falta de investimento. A pertença a

este território é entendida como valorosa. As atitudes tomadas, nas opiniões expressas, são de valorização física (instalações e equipamentos), e de mobilização colectiva.

Na unidade de contexto nove, no tocante à reabilitação do C.H., foram indicadas as seguintes sugestões: Valores Associativos - representação simbólica da cidade e C.H. (“Criação de dinâmica social.”, “O Castelo devia ser arranjado para turismo cultural.”) / - património móvel e edificado (“Arranjos nos imóveis.”, “Obras no Castelo”, “Proibir estacionamento no C.H.”). Valores Sociais - Representatividade histórica (“Respeitar a traça histórica.”). Valores Práticos - Sentido prático e mobilização (“Revitalizar as actividades económicas e os serviços públicos.”, “Os Paços do Concelho deviam atrair pessoas, através de serviços públicos atractivos.”).

Instituições de carácter desportivo

O tempo médio de registo áudio destas entrevistas é de 50 minutos.

Estas Instituições utilizam as seguintes denominações: “Sporting Clube de Torres”, “Sociedade Columbófila de Torres Vedras”, “Atlético Clube Torreense (Castelo)”.

A localização destas Instituições está dispersa, situando-se, duas a Oeste, e uma a Norte. As três Instituições desportivas foram fundadas no período de 1931 a 1960. Todos os representantes entrevistados ocupam o cargo de Presidente da Direcção.

As referidas Instituições desempenham funções sociais de educação desportiva. A unidade de contexto, objectivos, evidencia o registo de atitudes de mobilização colectiva, e valorização física das instalações, através das unidades de registo: “Formar desportiva e civicamente a população.”-3, “Apoiar a população do C.H.”-2, “Criar condições nas instalações.”-2.

O número de sócios é muito variado, 101 a 200, 301 a 600, e mais de 600. Estas Instituições são frequentadas por pessoas de todas as faixas etárias, pertencentes, numa à classe média, e em duas à classe média-baixa. Numa delas predominam os jovens.

As instalações têm 2 pisos em dois casos, e 1 numa das instituições, tendo, todos os imóveis, mais de 6 divisões. As principais vantagens destas instalações são, a

localização perto da residência dos sócios, e, num dos casos, a construção ter sido edificada de raiz. As insuficiências são variadas, “pouco conforto.”, “falta de espaço.” e “funcionamento precário da secretaria.”. As instalações encontram-se abertas devido à exploração de cafés até às 23h, verificando-se maior actividade aos fins-de-semana.

As acções/actividades desenvolvidas são, concursos, competições desportivas, e leilões ao fim-de-semana, noites de Fado, treinos desportivos durante a semana, no período nocturno. O número anual de actividades mantêm-se há cinco anos sendo, num caso, organizadas até dez actividades anuais, e noutro caso, entre vinte e uma e trinta, e, ainda, mais de trezentas noutra Instituição (treinos e eventos).

A unidade de contexto cinco, afere as motivações pela permanência da Instituição no C.H.. São apresentados os seguintes motivos/unidades de registo: “Ligação e simbologia da Instituição na comunidade do C.H.”-2, “Afecto ao C.H.”-3, “Doação do terreno.”-1. Os motivos prendem-se a atitudes de mobilização colectiva, continuação no C.H., e valorização patrimonial, e física.

Os sócios participam activamente nas actividades. Uma Instituição recebe apoio público da Autarquia torreense, e as outras duas recebem, também, apoios de outros agentes públicos. Vários agentes privados patrocinam estas Instituições.

A análise da unidade de contexto sete, evidencia, um relacionamento com o território do C.H., baseado em atitudes de mobilização colectiva, e valorização física das instalações, através das actividades desenvolvidas.

Na unidade de análise oito, as opiniões acerca do estado actual do C.H., têm âncora em: Valores Associativos - de representação simbólica da cidade / património edificado degradado. Valores Sociais - de representatividade histórica. Valores Práticos - de prática de actividade física. Valores de Referência - ética individual de valorização. Exortam a falta de investimento no C.H., e a pertença ao C.H. como valor. As atitudes revelam-se de valorização do património imobiliário, por via de expressões, como, “Estado degradado dos imóveis e do Castelo.”.

A unidade de contexto nove, afere sugestões para a reabilitação do C.H.: Valores Associativos - Representação simbólica da cidade e C.H. (“Aproveitamento turístico do Castelo e C.H.”) / - Património móvel e edificado (“Recuperar os imóveis

mantendo a traça.”). Valores Sociais - Representatividade histórica (“Constituição de um roteiro histórico do C.H.”). Valores Práticos - Mobilização e sentido prático (“Impulsionar o aparecimento de casas de artesanato.”). Valores de Referência - Ética colectiva de representação (“O C.H. é a nossa origem e deve ser reabilitado socialmente.”).

Instituições de carácter social

A duração média destas entrevistas é de 59 minutos.

Estas Instituições denominam-se: “Centro Social e Paroquial”, “Jardim de Infância de Santa Maria do Castelo”, “Centro de Atendimento Vida Nova”.

Uma Instituição localiza-se na Rua Mouzinho de Albuquerque, e as outras duas, no Largo e na Rua de St.º António. A fundação, em dois casos, verificou-se durante o período de 1961 a 1990, e, no outro caso, de 1990 a 2003. Os cargos dos entrevistados variam entre, Orientadores, e Director.

Estas Instituições desempenham funções sociais de apoio social. A unidade de contexto, objectivos, apurou atitudes de mobilização colectiva e apoio social a classes desfavorecidas. O número de utentes varia entre os 50 a 90, oriundos, maioritariamente, das classes baixa e média-baixa. Numa Instituição os utentes são crianças, originárias de várias classes sociais.

As instalações têm um piso, e, num caso, ocupam dois. O número de divisões varia entre uma a três, quatro a seis, e mais que seis divisões. A principal vantagem dos imóveis está na proximidade da residência dos utentes. As insuficiências relatadas são, paredes degradadas, infiltrações de água, e divisões pequenas. As instalações de duas Instituições encontram-se abertas ao público das 9 às 18 horas, nos dias úteis, e, das 20 às 0 horas todas as sextas-feiras, no outro caso.

As acções desenvolvidas são, reuniões de aconselhamento e acompanhamento, às sextas-feiras pelas 21 horas, educação infantil, formação, e apoio domiciliário, nos dias úteis, passeios para idosos, festa de Natal e Fim-de-Ano, cortejo de Carnaval, e colónias de férias. As três Instituições organizam mais de trinta acções anuais, e registam o mesmo número de acções organizadas nos últimos cinco anos.

Os motivos apresentados para a permanência das Instituições no C.H., decorrem de atitudes de mobilização colectiva, apoio social a classes desfavorecidas, e valorização física dos imóveis, conforme podemos aferir das seguintes unidades de registo: “Proximidade do centro da cidade.”-3, “Localização na parte pobre da cidade.”-2, “Proximidade dos utentes.”-3, “Renda acessível.”-3, “Instalações adequadas.”-2.

Na unidade de contexto seis, os representantes afirmam que os utentes são participativos, que receberam apoios de vários agentes públicos, tendo a CMTV apoiado duas Instituições. Todavia, num caso, verificaram apoios de agentes privados.

A análise da unidade de contexto sete, evidencia um relacionamento com o território do C.H., baseado em atitudes de mobilização colectiva, pois grande parte das acções desenvolvidas acontecem na própria Instituição.

As opiniões dos representantes sobre o estado actual do C.H., baseiam-se em: Valores Associativos - Focalização no património móvel e edificado. Valores Sociais - Cooperação interpessoal e influência institucional. Valores Práticos - Mobilização. Valores de Referência - Ética individual de valorização. As atitudes são, de valorização física dos imóveis e património público, através da mobilização colectiva. Exortam o C.H. enquanto zona societalmente abandonada, com falta de investimento. A pertença a este território é um valor assumido.

A unidade de contexto nove, reporta-se às sugestões dos representantes para a reabilitação do C.H., tendo sido apresentadas as seguintes unidades de registo: “É necessário um projecto de reabilitação social para o C.H.”-3, “Incentivar o repovoamento do C.H.”-3, “O C.H. é muito característico.”-3, “Impulsionar o restauro dos imóveis.”-2. Os valores presentes são: Valores Associativos - Representação simbólica da cidade e C.H. / - preocupações com o património móvel e edificado. Valores Sociais - Representatividade histórica. Valores Práticos - Mobilização colectiva. Valores de Referência - Ética colectiva de representação.

A Instituição de carácter educativo

Unidade de enumeração (registo áudio): 52 minutos.

O “Centro de Formação para a Indústria Metalúrgica e Metalomecânica” (CENFIM), localiza-se no Largo Dr. Justino Freire. Foi fundado no ano de 1989.

Entrevistámos o Director do núcleo de Torres Vedras.

A função social desempenhada é educativa, na acepção, formação técnico-profissional. Prosseguem objectivos baseados em atitudes de valorização intelectual, e, também, física do imóvel, pois, além da formação e valorização do sector, desejam transferir o núcleo para outras instalações. O núcleo é frequentado por 250 formandos, 190 do sistema de qualificação, e 60 da formação contínua para activos. Os formandos da qualificação pertencem à classe média-baixa, sendo os activos oriundos de várias classes sociais.

As instalações têm três pisos, nos quais se encontram dezasseis salas de formação, e quatro oficinas. Existem, ainda, salas, da Direcção, apoio administrativo, técnico de segurança e saúde, responsável pela qualidade e ambiente, responsável pelas instalações e equipamentos, coordenação pedagógica, e sala de formadores. As vantagens do imóvel são, a acessibilidade, e proximidade do centro da cidade. A antiguidade do imóvel, as dificuldades de estacionamento, e a funcionalidade do edifício, são apontadas como desvantagens. As instalações encontram-se abertas nos dias úteis, das 8:30 às 23 horas.

Desenvolvem acções de formação, estudos e projectos especiais, que vão desde programas de intercâmbio e mobilidade de formandos, a projectos de desenvolvimento tecnológico. Proporcionam cerca de setenta acções de formação por ano, tendo-se verificado um decréscimo pouco significativo das acções de formação contínua para activos. A formação do sistema de qualificação realiza-se nos dias úteis das 9 às 18 horas, e a formação de activos das 19 às 22:30 horas.

Entrando nas unidades de contexto, respeitantes directamente ao C.H., as motivações para a permanência no C.H., relacionam-se com a atitude de valorização física das instalações, isto é, “... estão relacionadas com a localização das instalações.”, “... a dignidade do edifício.” e a “Relação de parceria com os proprietários.”.

Da unidade de contexto sete, afere-se que os formandos participam, activamente, na vida do núcleo. A Instituição recebeu apoios de vários agentes públicos e privados, privilegiando a inter-relação entre os sectores público e privado.

O relacionamento da actividade da Instituição com o território do C.H., está ancorado em atitudes de mobilização colectiva, e de valorização física das instalações. As acções organizadas centram-se nas instalações, e “... existem relações comerciais entre os formandos e várias casas de comércio tradicional aqui localizadas.”

A opinião do representante da Instituição sobre o estado actual do C.H., expressa na unidade de contexto oito, baseia-se em atitudes de valorização física das instalações, “Acessibilidades e estacionamento deficiente, degradação dos imóveis, e edifícios dissonantes.”, e, atitude popular, “O C.H. tem características de ruralidade.”. Os Valores Associativos prendem-se ao património edificado. Valores Sociais - Representatividade histórica, e associação simbólica. Valores Práticos – Mobilização, e sentido prático. Valores de Referência - Ética individual de valorização. A exortação dominante é, o C.H. carece de investimento.

O Director do CENFIM expressa as seguintes sugestões para a reabilitação do C.H.: Valores Associativos - Representação simbólica da cidade e C.H. (“Cuidar a encosta do Castelo, porque o Castelo é um pólo de actividades culturais.”) / - Património móvel e edificado (“Criar zonas de estacionamento, pedonizar ruas, manter a traça dos imóveis de forma rentável.”). Valores Sociais - Conhecimento (“Efectuar estudos que compreendam o C.H.”) / - Representatividade histórica (“Sediar um museu no Castelo.”). Valores Práticos - Sentido prático (“Criação de um gabinete estratégico do C.H.”) / - Mobilização (“O objectivo é atrair população ao C.H.”). Valores de Referência: Ética colectiva de representação.

Instituições de carácter religioso

Unidade de enumeração (registo áudio): 52 minutos.

Denominam-se: “Fábrica da Igreja Paroquial das Freguesias de S.Pedro e Santa Maria”, “Igreja Adventista do 7º Dia”, “Igreja Evangelista Assembleia de Deus Pentecostal”. Localizam-se na zona Este, respectivamente, no Largo de S.Pedro, Ruas

Guilherme Gomes Fernandes, e Dias Neiva. Duas Instituições²⁵ foram fundadas no período de 1931 a 1960, e outra, de 1961 a 1990. Os representantes entrevistados ocupam os cargos de Pároco, Presidente das Igrejas Adventistas, e, Pastor.

A função social que desempenham é religiosa, através da formação moral, cívica, e da assistência social. Os objectivos destas Instituições evidenciam atitudes de mobilização colectiva, valorização física das instalações, e intelectual (espiritual), patentes nas unidades de registo: “Difundir valores morais.”-3, “Construir uma nova Igreja na Boavista-Olheiros.”-2, “Construir um novo Centro Social Paroquial.”-1, “Transformar pela palavra divina.”- 3. O número de crentes praticantes varia entre 0 e 100, 101 a 200, e mais de 1200, provenientes de várias classes sociais.

As Igrejas têm um piso e mais de seis divisões. As principais vantagens dos imóveis, são, a “Proximidade do local de residência dos crentes.”, e as “Condições das instalações.”. A falta de espaço é a principal desvantagem. As Igrejas encontram-se abertas à população até às 23 horas.

As acções vão desde o culto, escolas e catequese, durante a semana e fim-de-semana, a campanhas sociais, escutismo, acolhimento e oração comunitária, durante as tardes dos dias úteis. Realizam até 200 acções por ano, e uma Instituição efectua mais de 1000. Mantêm-se o número de realizações nos últimos cinco anos. As acções realizam-se no horário das instalações.

A unidade de contexto cinco, afere as motivações pela permanência da Instituição no C.H.. Apresentam os seguintes motivos/unidades de registo: “Boa localização.”-3, “A sede é o local de culto.”-3, “As Igrejas são monumentos históricos.”-1. São tomadas atitudes de mobilização colectiva e valorização física das instalações.

Os crentes participam activamente nas acções, oferecendo-se como voluntários. A CMTV apoia as três Instituições, em conjunto com outros agentes públicos. Registam-se poucos apoios oriundos de agentes privados.

²⁵ Entende-se por uma delas, Igreja Católica. Todavia, enquanto denominação jurídica, “Fábrica da Igreja Paroquial das Freguesias de S.Pedro e Santa Maria.”, foi instituída no período acima mencionado.

A análise da unidade de contexto sete, evidencia um relacionamento com o território do C.H. baseado em atitudes de mobilização colectiva e valorização física das instalações, tendo em conta as procissões realizadas e outras acções “exteriores”.

As opiniões dos representantes destas Instituições sobre o estado actual do C.H., exprimem atitudes de valorização física das instalações, e de mobilização colectiva. Baseiam-se nos seguintes valores: Valores Associativos - Património móvel e edificado (“Os imóveis estão muito degradados.”-3, “Poucas zonas pedonais.”-2, “Não se respeitou a traça antiga.”-3). Valores Sociais - Influência institucional (“As Instituições responsáveis deixaram o C.H. degradar-se.”-2). Valores Práticos - Mobilização (“Nota-se dificuldade em convergir interesses.”-2). Valores de Referência - Ética colectiva de representação. Exortam o C.H., manifestando falta de investimento, enquanto zona societalmente abandonada. A pertença ao C.H. é um valor assumido.

Na unidade de contexto nove, apurou-se as seguintes sugestões para a reabilitação do C.H.: Valores Associativos - Representação simbólica da cidade e C.H. (“Manter a traça histórica.”) / - Património móvel e edificado (“Restaurar os imóveis.”, “Restaurar o Castelo.”, “Melhorar os espaços pedonais e o estacionamento.”). Valores Sociais - Influência institucional (“Criação de serviços públicos.”) / - Conhecimento (“Levantamento das necessidades da população residente e das actividades económicas.”). Valores Práticos - Mobilização (“Atrair gente ao C.H.”, “Acabar com os bares de alterne.”). Valores de Referência - Ética colectiva de representação.

Apresentadas as Instituições socioculturais existentes na Zona de Emergência do C.H., atendendo aos objectivos do Estudo, importa analisar, em conjunto, as unidades de contexto/perguntas que se reportam directamente ao C.H..

As motivações que influem na permanência destas Instituições no território do C.H. prendem-se a atitudes de mobilização colectiva e de valorização física das instalações. O C.H. é entendido como localização privilegiada, situado próximo do centro da cidade, representa uma antiguidade identificadora. Estes factores, aliados

ao facto de parte dos sócios/utentes residirem no C.H., levam os representantes a acreditar que as Instituições serão mais vividas.

As Instituições socioculturais centram as suas acções/actividades nas suas instalações, considerando que só, assim, conseguirão mobilizar o colectivo a participar, e, por consequência, valorizar as suas sedes. O espaço público é percebido como pouco atractivo, ou mesmo considerado inexistente, para a realização de actividades. São os elementos e as características de cada Instituição, que condicionam o relacionamento auto-centrado com o território do C.H..

As opiniões sobre o estado actual do C.H., centram-se em duas temáticas fortes. A dinâmica social e o património edificado. O C.H. é entendido como símbolo da cidade, com representatividade histórica, mas encontra-se socialmente abandonado e com o imobiliário degradado.

As sugestões para a reabilitação do C.H., decorrem da percepção do estado actual. É através de uma mobilização colectiva de sentido prático e efectivo, que este território deve ser reabilitado, pois é entendido como o mais valioso símbolo de Torres Vedras, representando a história colectiva. Sugerem, um projecto prático de reabilitação socioeconomica, a recuperação dos imóveis degradados respeitando a traça, a criação de bolsas de estacionamento e um plano de acessibilidades, e a recuperação activa e participada do Castelo.

PARTE IV

TORRES VEDRAS NO QUADRO DO URBANISMO GENERAL -O CENTRO HISTÓRICO TORREENSE NESTA EVOLUÇÃO SISTÉMICA-

1- APROXIMAÇÃO À REALIDADE DO URBANISMO EM TORRES VEDRAS

Não se comete um erro, ou não nos posicionamos perante uma análise forçadamente excessiva, se considerarmos que o município de Torres Vedras é um dos mais importantes e desenvolvidos concelhos do nosso país.

Dos catorze municípios que formam a Associação de Municípios do Oeste (AMO) é o mais extenso, com uma área de 407 Km², e o que possui maior número de habitantes (72250 pelo último *Census*). Esta grandeza, acompanhada de uma excelente colocação geográfica, no litoral, a cinquenta quilómetros de Lisboa, e um notório desenvolvimento económico, tudo junto, fazem dele um município com características de privilégio na divisão territorial administrativa do país.

A cidade de Torres Vedras, enquanto centro urbano, remonta a épocas muito anteriores à fundação da nacionalidade portuguesa, o que lhe dá uma projecção histórica eminente, caucionada por uma identidade que se foi organizando e cimentando no decorrer dos séculos.

Estamos, assim, na presença de uma cidade sede de um concelho posicionado no coração do Oeste português, com uma vivência social, política, e económica, que ultrapassa, temporalmente, a própria nacionalidade, afirmando, deste modo, a sua capacidade de organização societal.

Enquanto posição geo-estratégica, o concelho é um enclave, um bastião, dominando o importante corredor que se estende entre o maciço de Montejunto e o Atlântico, servindo de porta de entrada e saída para a expansão norte da cidade de Lisboa e respectiva acessibilidade à capital do país. Este posicionamento sempre fez da região de Torres Vedras um manual de ensinamentos, para quem recorra a um território acidentado, qual tabuleiro de xadrez onde se pretenda exercitar os jogos de estratégia militar.

Um manual utilizado por reconhecidos especialistas portugueses, e, mesmo, europeus. As Linhas de Torres são o exemplo mais notório da excelência deste quadro geo-estratégico. E, na vastidão das Linhas, a própria cidade torreense, na sua missão de centro urbano, ou entreposto social, foi presenteada com um morro (Castelo) e uma encosta fronteira (Forte de S. Vicente), que sempre lhe asseguraram condições de defesa excepcionais. Foram um travão para as invasões dos exércitos, que, vindos do norte, procuravam tomar Lisboa.

Aliás, é o morro (Castelo), a **Jóia da Coroa** torreense, já citado pelo nosso maior cronista, Fernão Lopes, na sua *Crónica de D. João I*, enaltecendo a sua beleza. E é nele, e a partir dele, que se forma a urbe, descendo em artérias radiais e anelares até ao vale que o rodeia.

E se no enquadramento orográfico, e subsequente utilidade militar, a sede e o concelho atingem a notoriedade, o tempo e a história encarregar-se-iam de colocar T.Vedras na dimensão económica nacional.

Na realidade, a sustentação da economia torreense atravessa uma longa experiência, provada por dezenas de séculos, durante os quais nasceram, viveram, e morreram civilizações.

Os povos celta, visigodo, romano, árabe, e, por fim, lusitano, deixaram, na região, testemunhos das suas culturas e economias, ainda hoje observáveis através de topónimos dos povoados, monumentos com estilos arquitectónicos diversificados,

apetrechos de trabalho, e edificações residenciais, de guarda e transformação de matérias primas, e de transporte de águas.

Já estabelecida a nacionalidade, a urbe e termo mais se afirmam. Os significativos trabalhos da historiadora Ana Maria Rodrigues, sobre Torres Vedras na Idade Média, dão-nos conta da importância da, então, vila e seu termo, na conjuntura económica e social. Obviamente, colocada essa análise na sua devida relatividade e confronto com as outras vilas do país.

Mas, aproximando-nos da contemporaneidade, poder-se-á estacionar a nossa reflexão nos séculos XVIII e XIX, quando o quadro económico e social passa para um patamar mais esclarecedor, motivado pela transformação política operada na transferência de um antigo regime de monarquia absoluta para monarquia constitucional. Acrescente-se, ainda aqui, toda a influência das revoluções que estabelecem a modernidade europeia.

Em Torres Vedras, nesses dois séculos, as elites económico-políticas locais tomam opções e definem estratégias para o seu tempo, mas que se irão revelar decisivas quanto ao futuro. A orientação fulcral dessa estratégia assenta na produção vinícola em grande escala. É evidente que a cultura da vinha não seria um dado novo para a região e para o concelho. Tinha tradição, temporalmente era aqui já uma cultura multissecular. O historiador torreense, Madeira Torres (1771-1830), na *Descrição Histórica e Económica da Vila de Torres Vedras: Parte Económica*, publicado em MEMÓRIAS DA ACADEMIA REAL DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA, refere que, nessa época, existiam 825 lagares em todo o concelho, apontando como grandes produtores duas das maiores quintas, Calvel, e Macheia.

Se a tradição foi um factor importante, é, todavia, nesses dois séculos, que se reforça e se assume, com plenitude, o potencial vitivinícola, passando a produção do vinho a comandar a economia do concelho. Poder-se-á dizer, com propriedade, que esta terra se especializa na produção do vinho.

Apesar de, nos finais do século XVIII, os cereais, nomeadamente o trigo e o milho, possuírem um peso considerável no total da produção agrícola do concelho, estes cereais dão apenas para consumo interno como meio de subsistência. No período

de um século, ou seja, até finais do século XIX, a queda da produção de cereais e a subida do vinho tornam-se uma realidade absoluta. Observe-se o quadro que se segue:

QUADRO 24

**Produção Agrícola do Concelho de Torres Vedras
1799, 1812, 1827 – 1831, 1887**

1799					1812			
Produtos	Prod. dec.	%	Valor	%	Prod. dec.	%	Valor	%
Trigo	124 075.6	16	45 070	20,0	87 139.7	13,8	93 460	21,5
Milho	273 761.9	35,2	82 860	36,9	176 499.5	28	93 680	21,6
Vinho	303 143	39	72 470	32,2	315 288	50	217 450	50
Outros	76 842.3	9,8	24 440	10,9	51 618.6	8,2	29 950	6,9
Total:	777 822.8	100	224 840	100	630 545.8	100	434 540	100

1827 - 1831					1887			
Produtos	Prod. dec.	%	Área ha	%	Prod. dec.	%	Valor	%
Trigo	96 778.7	15,9	285	1,5	47 880	0,7	17 093	0,7
Milho	112 166.3	18,4	572	3	72 072	1	20 541	0,8
Vinho	349 350.2	57,3	17 670	91,3	6 885 000	96,1	2 423 620	97
Outros	51 021.7	8,4	833	4,2	159 453	2,2	38 425	1,5
Total:	609 316.9	100	19 360	100	7 164 405	100	2 499 679	100

Fonte: Quadro adaptado pelos autores, a partir do Anexo III da obra *Elites Locais e Liberalismo, Torres Vedras 1792 – 1878*, de João Rodrigues Pereira.

Legenda: Prod. dec. = Produção total reduzida a decalitros.

Valor = Valor da produção em milhares de réis, arredondados à unidade.

Nas proximidades do século XX, encontramos, assim, o concelho, economicamente dependente da cultura vitícola. A vinha ocupava 91,3% de toda a área concelhia cultivada, e 97% da totalidade do valor agrícola produzido. Torna-se o maior produtor do distrito de Lisboa, e dos maiores do país. Esta situação é perfeitamente entendível se analisarmos a conjuntura regional, nacional, e, até, europeia. A aceitação dos vinhos portugueses no estrangeiro, e, nomeadamente, a crise da filoxera em França, dá oportunidade e abertura a uma época de exportações. Digase, também, que o vinho seria o único produto que o país tinha, verdadeiramente,

para exportar. O Fontismo (Fontes Pereira de Melo ocupa os mais elevados cargos governamentais durante 35 anos, de 1851 a 1886) irá ser o farol que apontará os caminhos para o desenvolvimento de Portugal, impulsionando uma política de expansão agrícola, industrial, mercantil, e financeira. Mas, para isso, terá que apontar no sentido da construção de infra-estruturas, entre as quais se contam, portos, estradas, e caminhos-de-ferro. A região Oeste, e, particularmente, Torres Vedras, estão na mira de Fontes Pereira de Melo. Indiscutivelmente devido à grande produção de vinho. Assim se irá construir a linha de caminho-de-ferro do Oeste, das primeiras experiências ferroviárias realizadas em Portugal. Esta decisiva infra-estrutura tornar-se-á fundamental para o transporte e escoamento do vinho torreense, abrindo, também, as portas a uma nova etapa económica cujo projecto se dirige, a longo prazo, para a industrialização.

Com o início do novo século e a implementação da República em Portugal, o processo histórico do capitalismo, começa, então, a ser mais explícito nos seus contornos. É muito atrasado, mesmo incipiente em relação à etapa capitalista europeia, onde a indústria tem outro desenvolvimento. Porém, no quadro económico português, T.Vedras está em boas condições para iniciar a sua etapa industrial. A grande produção vitícola vai exigir, na sua cadeia de transformação da matéria prima até ao produto final, uma série considerável de apetrechos e utensílios cada vez mais utilitários.

Uma indústria de manufactura irrompe, então, na vila, dando apoio à agricultura concelhia e regional. Nas duas primeiras décadas do século serão fundadas, a Casa Hipólito, o Francisco António da Silva (FAS), e a Casa Damião, que, no futuro, se fixarão no segmento da metalurgia e metalomecânica.

A Casa Hipólito é o fenómeno mais exemplar da ascensão da indústria torreense. Inicia a sua pequena oficina, em 1900, com 4 trabalhadores, em 1930 passam a 80, e diversifica a sua produção, para além do material vitivinícola, instala, também, o fabrico de fogões e lanternas a petróleo, atingindo, com a sua actividade, o mercado nacional. Mas, para além desta empresa, nas primeiras décadas do século, desenvolve-se, na vila, toda a primeira fase da indústria de manufactura, interligando-se com as componentes agrícola e comercial do concelho. A economia torreense

floresce, e tanto assim, ou a prova disso, está na realização, em 1926, nesta vila, da Exposição Agrícola-Pecuária-Industrial, um dos mais importantes certames que se montaram, por essa época, no nosso país. Presidiu à Comissão de Honra desse evento, uma das mais brilhantes personalidades intelectuais portuguesas, e homem da geração de 70, Jaime Batalha Reis. Esta exposição, que teve uma impressionante cobertura da imprensa nacional, veio demonstrar as grandes capacidades económicas da vila e concelho.

Até ao período da Segunda Guerra, a evolução continuou. Nessa altura, a Casa Hipólito já empregava 200 trabalhadores, e o FAS atingia os 70 operários. Por esta época, o operariado ocupava um lugar de destaque na estrutura e correlação das forças sociais que movimentavam a vila de Torres Vedras.

2- O DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO DA CIDADE NOS ÚLTIMOS CINQUENTA ANOS

O centro urbano torreense, ultrapassada a guerra, entra na segunda metade do século XX com uma estrutura social bem definida. Um patronato industrial e comercial (o patronato agrícola reside na zona rural, embora tenha alta influência na governação autárquica e em Instituições sediadas na urbe), uma elite encontrada nas profissões liberais, nos quadros dirigentes das Instituições que representam o poder central, e das mais importantes empresas, e, ainda, um professorado já significativo. Uma forte estrutura social, diremos, quase homogénea, ou, pelo menos, com semelhantes expectativas e objectivos de vida, representada pelos funcionários públicos médios, e empregados de escritório e de comércio. Uma classe operária suficientemente agrupada, que se destaca pela sua cultura de vida e subsequente influência no terreno de um contra-poder político. Acrescentaremos que este estrato social está representado pelos operários urbanos, residentes na vila, com consciência de classe apurada, sustentada por um raciocínio ideológico. A estes irão juntar-se no

trabalho fabril, nas décadas de 60/70, grande número de trabalhadores que vêm da zona rural do concelho e aí continuarão a residir.

A implementação territorial, o perímetro urbano da vila de T.Vedras, nos anos 40, não ultrapassaria muito o que está hoje marcado como território do Centro Histórico. Para além desses limites, teríamos, apenas, uma pequena zona residencial de construção moderna, iniciada nos anos 30, no limite Sul (conhecida, na época, como, Bairro Novo), algumas artérias, a nascente, até à Estação da C.P., e aglomerados populares inscritos sem planificação e num meio orográfico difícil (Choupal, Forte, Floresta), estendidos a Norte do rio Sizandro.

As instalações da produção industrial situam-se no interior do centro urbano, cresceram e foram-se adaptando à medida da realidade circunstancial.

Na década de 50, a vila, que estava já apetrechada com um Liceu e uma Escola Comercial, edifica, então, uma Escola Industrial. Os objectivos desta nova estrutura de ensino, dirigem-se à formação da juventude na área técnico-profissional, respondendo, assim, às necessidades de mão-de-obra especializada para o sector industrial, que, ano após anos, vai crescendo. No entanto, a actividade económica do concelho mantém a sua principal força assente numa agricultura dependente da actividade vitivinícola, que, por sua vez, movimenta os sectores da indústria e do comércio.

Se analisarmos a evolução socioprofissional do concelho, ela mostrar-se-á elucidativa. Em 1862 trabalhavam na agricultura 85,7% da população residente empregada, 10,3% eram artesãos, e 4% distribuíam-se pelo comércio e serviços (João Rodrigues Pereira, 2000). Cem anos depois, em 1960, o sector primário ocupa 67,8%, mas já 32,2% estão nos sectores secundário e terciário.

**População Residente Empregada no Concelho de Torres Vedras
segundo o Sector de Actividade Económica
Variação percentual
1960/2001**

Sector	1960	1981	1991	2001
Primário	67,8%	27,9%	19,2%	8,3%
Secundário	16%	36,5%	33,7%	34,5%
Terciário	16,2%	35,6%	47,1%	57,2%

Fonte: INE *Census*.

Durante as duas décadas de 60 e 70 o concelho sofre uma profunda alteração nos três sectores da sua actividade económica, acompanhando, na sua relatividade, o desenvolvimento do industrialismo capitalista, que, logicamente, tem repercussões em Portugal.

Torres Vedras entra na década de 80, agora, no patamar superior urbano – cidade – (em 1979 é aprovada, na Assembleia da República, a sua elevação a cidade).

Pelo *Census* de 1981, verificamos que a agricultura ocupava, no concelho, apenas 27,9% da população empregada, a indústria sobe para 36,5%, e o comércio e serviços 35,6%. Nos primeiros anos dessa década, o sector produtivo está em grande progresso. A indústria metalúrgica (metalomecânica), a agro-alimentar, o vestuário, o sector cerâmico, destacam-se com algumas grandes e médias empresas, a maioria a laborar no interior do perímetro urbano da cidade. Como primeira grandeza, a Casa Hipólito, com mercados na Europa, África, e América Latina, tem no seu activo 1400 trabalhadores, FAS – 350, Fundação de Dois Portos – 200, Acral – 120, Vesticom – 110, Tomix-Secomil – 100, Joper - 55.

Esta evolução, no sentido de uma acelerada transformação económica, apontada pelo sistema capitalista, e caracterizada na queda do universo do trabalho agrícola, perda da sua influência social, e, em contrapartida, um forte crescimento dos sectores secundário e terciário, vem lançar grandes desafios ao desenvolvimento urbano da cidade. Torres Vedras suporta o peso cada vez maior do operariado e dos trabalhadores de comércio e serviços.

O fluxo demográfico aumenta, e, por essa via, o negócio do imobiliário estende, aqui, os seus tentáculos, a urbe cresce, o desenho urbano surge com novas configurações. O 25 de Abril, e o retorno popular das ex-colónias de África, imprimem ainda maiores fluxos demográficos. Tudo isto levará à expansão do perímetro urbano, enquanto a construção civil floresce, e o preço de cada metro quadrado de terreno destinado ao imobiliário sobe desenfreadamente. Em Lisboa, os políticos da governação central prometem, nos seus discursos, uma época em que todos os portugueses podem vir a ser donos das suas próprias casas. Os bancos, aproveitando tal maré, instalam-se na cidade com as suas linhas de crédito para a compra de habitação. As empresas de construção civil estão atentas ao activo económico, aos lucros, todo o centímetro quadrado de ocupação deve ser contabilizado, esforçam-se para que as cêrceas, os pisos, aumentem. A cidade começa a crescer também para o céu.

A partir da década de 80, e até ao final do século, a urbe torreense acrescentará à sua fisionomia, à tradição, um novo espaço urbano, mais rasgado, com novas avenidas, novas praças, nomeadamente na área Sul. E toda esta expansão não é serena, agita, cria discussões na comunidade. A elite cultural, os defensores das causas ambientais, mostram-se atentos, e em diversas ocasiões, irão manifestar-se na imprensa local e em debates. A sua preocupação está nos excessos e tudo o que possa descaracterizar a identidade deste centro urbano. Na maioria dos casos, o discurso é dirigido aos políticos, autarcas da Câmara Municipal.

A década de 90 apresenta-se paradigmática para o urbanismo torreense. A economia do concelho mantém o seu ritmo evolutivo, o peso da agricultura, a sua importância está em queda livre. As estatísticas de 1991 dizem-nos que apenas 19,2% da mão-de-obra se ocupa na agricultura, os outros dois sectores económicos absorvem já 80,8%, com particular destaque para o terciário. E, em 2001, esta situação tornar-se-á ainda mais esclarecedora quanto ao acompanhamento das etapas orientadas pelo sistema capitalista, isto é, acréscimo rápido do sector secundário, e explosão do terciário. São as regras da globalização. Vejamos, assim, para Torres Vedras, os índices de 2001: Sector primário (agricultura) – 8,3%, sector secundário (indústria) – 34,5%, sector terciário (comércio e serviços) – 57,2%.

O grande ciclo concelhio, do potencial agrícola empregador de mão-de-obra, terminou à entrada do novo milénio. A queda deste ciclo, perfeitamente visível desde os anos 70, vai, logicamente, arrastar o patronato agrícola, nomeadamente os proprietários maiores. Este estrato social, que, como atrás frisámos, detinha alta influência na governação autárquica e nas Instituições da sede do concelho, perde toda essa importância, esse estatuto e distinção. O sistema dinástico das famílias agrárias torreenses, alicerçado na trilogia, posse da terra, pujança económica, e controlo do poder político-institucional, terminou, aqui, também, às portas do novo milénio. Um ciclo longo de oligarquia municipal que vinha desde o antigo regime da monarquia.

Como se disse, é paradigmática a década de 90 para o urbanismo em T.Vedras. No sentido de se promover, com algum rigor, a gestão e ocupação do espaço territorial do concelho e da cidade, são elaborados os Instrumentos de planeamento, Plano Estratégico da Cidade, Plano de Salvaguarda do Centro Histórico (1991), e Plano Director Municipal – PDM (1995). A auto-estrada A8, de Lisboa até Leiria, chega a T.Vedras em 1996, e abre novas perspectivas para um mais fácil e eficaz relacionamento com a capital do país. É uma superior etapa no terreno das acessibilidades, que originará a impulsão da mobilidade, a criação de outros fluxos populacionais.

Esta evolução económica, acompanhando a tendência nacional e internacional, cujos reflexos mais explícitos, serão, como em todo o mundo, a expansão urbanística, fomenta, inevitavelmente, um crescimento demográfico na cidade. De 1991 a 2001 o concelho cresce 7,5%, mas a cidade 17,4%. Vejamos a variação da população residente, partindo de 1911, depois em 1940, e, por fim, os últimos quarenta anos.

População Residente
- Concelho e Vila/Cidade -

Ano	Concelho	Taxa Crescimento	Vila/Cidade	Taxa Crescimento
1911	38 915	-	3 039	-
1940	51 782	-	5 647	-
1960	58 837	-	7 759	-
1970	57 850	-1,7%	9 486	22,3%
1981	65 039	12,4%	12 345	30,1%
1991	67 185	3,3%	13 809	11,9%
2001	72 250	7,5%	16 207	17,4%

Fonte: INE *Census*.

O quadro de ligação está estabelecido. A progressão acelerada do industrialismo capitalista, com particular ênfase no último meio século, estendeu os seus tentáculos, também, a T.Vedras. É um fenómeno detectado pela ciência do social. Tem a sua tipificação a nível mundial. Define-se por um esmagamento do mundo rural tradicional (a agricultura como fonte de rendimentos financeiros, fonte de valor comercial, como negócio, fica para os grandes impérios, empresas que a industrializam, mas em enormíssimas extensões), a secundarização é acentuada, e a terciarização passa a ser exponencial. São conduzidos fluxos demográficos para pontos de concentração estratégicos (as cidades). Esta acção tem como principal objectivo controlar e massificar o consumo quotidiano de bens de primeira necessidade, para além de uma gama alta de bens patrimoniais, onde se situam o carro, e, acima de todos, a casa (imobiliário).

É uma etapa em que as cidades se expandem, a organização urbana domina, os campos desertificam-se. Mas esta condução do sistema económico vigente, não está a afectar, apenas, o mundo rural. Um outro fenómeno tornou-se-lhe, ainda, adjacente, incorporando uma realidade, também ela, preocupante, traduzida no abandono, na desertificação dos Centros Históricos das cidades.

Torres Vedras é um exemplo.

3- QUAIS OS FACTORES QUE ESTÃO NA ORIGEM DA DECADÊNCIA DO CENTRO HISTÓRICO TORREENSE

A cidade de Torres Vedras, já o dissemos, nos anos 40 do século XX, tinha os seus limites territoriais um pouco mais que a área definida hoje como Centro Histórico.

Das actividades económicas concelhias, o sistema produtivo industrial, o comércio, e os serviços, isto é, os importantes sectores secundário e terciário estavam instalados, na sua maioria, na então vila. Queremos nós dizer que estas actividades económicas sediavam-se, e desenvolviam-se no território hoje designado por Centro Histórico.

Nessa época, a zona histórica torreense fervilhava de vida. Desde as maiores fábricas da metalurgia (metalomecânica), às pequenas oficinas, dos mais variados ramos de comércio aos serviços administrativos do poder central e local e às forças de segurança. Todas estas componentes do trabalho e da interacção humana aqui residiam.

No término da Segunda Guerra, o C.Histórico demonstrava grande pujança. Reflectia, no fundo, o desenvolvimento do concelho e da vila em geral. O período do conflito mundial, e depois a nova etapa da paz, ofereceram condições que se mostraram impulsionadoras para as alavancas da economia desta região. A agricultura, a indústria, o comércio, necessitavam de mão-de-obra. Havia trabalho, embora os rendimentos das classes trabalhadoras fossem muito frágeis. Todavia, eram salários superiores aos praticados em muitas regiões do nosso país, nomeadamente, o norte e o interior. O concelho e a vila tornam-se atractivos à

migração. Para além de haver trabalho, e, logo, possibilidade de vivência estável, a situação geo-estratégica e geo-climática aliciam gentes de outras zonas de Portugal.

Assim, os fluxos migratórios surgem com a sua realidade, nas décadas de 40 e 50. O crescimento demográfico aplica-se ao concelho, mas, com particular destaque, na área urbana, na vila. Nessas duas décadas, a urbe regista uma taxa de crescimento da população de 37,4%.

Entretanto, em 1960, com 7.759 habitantes, a vila, territorialmente, já se encontrava diferente em comparação com o período da Guerra. Expandiu-se, perimetricamente, e a tendência está no avanço sul.

Pela nossa análise, que, nesta Parte IV do Estudo, explicita a organização espaço-social, cruzando-a, em simultâneo, com a história económico-social do concelho e da urbe, é a partir da década de 60 que essa expansão principia a reflectir-se na organização societal do Centro Histórico. A demografia afirma-se esclarecedora. Coloquemos a nossa atenção no quadro seguinte:

QUADRO 27

**População Residente
- Cidade e Centro Histórico (Zona de Emergência) -**

Ano	Cidade	Taxa Crescimento	Centro Histórico (Zona de Emergência)	Taxa Decréscimo
1960	7 759	-	2 576	-
1970	9 486	22,3%	2 396	6,9%
1981	12 345	30,1%	2 131	11%
1991	13 809	11,9%	1 664	21,9%
2001	16 207	17,4%	-	-
2002	Ano de realização do trabalho empírico - inquérito		768	53,8%

Fonte: INE *Census*, Inquérito dos autores à população do C.H.

De facto, enquanto a população da sede do concelho, de 60 para 70, cresce 22,3%, o Centro Histórico (Zona de Emergência) tem uma evolução regressiva de

6,9%. Ainda não é uma percentagem elevada, mas marca um prenúncio. O que significa alteração ao estabelecido. O C.H. começa a ressentir-se.

Até finais de 50 mantivera a sua caracterização de universo completo, no qual as residências se misturavam com os locais de trabalho e com as Instituições culturais que ocupavam os habitantes nos momentos de descanso e lazer. Era um território com vocação de pertença. Uma construção do real, com fortes ligações de ancoragem e significativas expressões simbólicas. Uma estrutura social interclassista, mas cujo lastro era corporizado pelas camadas populares, onde aparecia sublinhada, e claramente distinta, a classe operária fabril.

Uma classe operária que cria o seu próprio mundo, produz uma ideologia, e uma cultura vivencial adaptada à situação concreta do meio. Seguindo o conceito de Jean Remy e Liliane Voyé (1992), a eclosão da consciência de classe no operariado atinge um elevado grau no bairro, e sempre que as condições propiciam a marcação de um lugar onde tudo esteja perto e junto (a fábrica, a oficina, a residência, a Instituição cultural, desportiva, ou cooperativa, o largo público).

Se transferirmos este conceito dos referidos autores para a esfera mais alargada, na qual se possam incluir a maior parte das componentes socioprofissionais do bairro, então poderemos vislumbrar mais além do que a consciência de classe, será uma consciência de comunidade, ou seja, a pertença, a coesão.

É essa coesão, existente na Zona de Emergência do Centro Histórico torreense, que, nas décadas de 60 e 70, sofre alterações, cujos reflexos nos são transmitidos pelo decréscimo demográfico atrás salientado. Alterações motivadas pela transferência de residentes para outros novos espaços da vila, sempre a expandir-se. Vila que quer criar novas centralidades, apontando a horizontes de estrutura monofuncional.

Todavia, são as duas últimas décadas (com T.Vedras já cidade), o período mais profundamente dramático para a vida do C.Histórico, os anos do seu grande abandono e decadência.

Os principais factores que determinam tal fenómeno inserem-se no quadro de uma realidade internacional, cujas leis se forjam na evolução da etapa do industrialismo capitalista, como temos vindo a explicitar, designadamente nos pontos 1.1 e 1.2 do Quadro Teórico deste Estudo. A transição de uma indústria de

manufatura para uma indústria com organização científica do trabalho, e desta para uma outra de tecnologia avançada (de ponta).

O mundo laboral, o tecido produtivo, instalado no Centro Histórico torreense é, também, apanhado pela engrenagem do processo mundial. As causas são as mesmas, e as consequências idênticas às verificadas em muitas cidades do país e estrangeiro. É boa altura para procedermos, de novo, à citação de Anthony Giddens (1997), extraída da obra *Sociology*, já por nós adiantada no Quadro Teórico “A estrutura dos bairros locais, e os seus padrões de crescimento e declínio, reflectem, frequentemente, mudanças na produção industrial a nível internacional.”.

A década de 80 foi paradigmática, como conjuntura de crise no sector produtivo industrial, no mundo capitalista. A passagem do sistema *Taylorista-Fordista*, estruturado, no pós-guerra, nas grandes fábricas, para o *Outsourcing*, desmembra as possíveis relações de compromisso entre capital e trabalho. Os sectores operários são atingidos, e o mundo onde vivem – os bairros históricos das cidades – ressentem-se disso. As urbes dos Estados Unidos, Europa, Ásia, e América Latina, têm graves problemas nas suas áreas centrais, históricas, onde vive o mundo laboral, e, em muitas delas, aparece um novo tipo de pobreza, que vai ultrapassar os padrões habituais, conhecidos (François Dubet, *A Galé*, 1987).

No Centro Histórico de Torres Vedras a situação não foi tão drástica como em muitas dessas cidades. Mas o desaparecimento da indústria de manufatura, e a sua evolução para mais altos patamares, arrastou e obrigou o sector terciário a novos desenvolvimentos. Assim, unidades industriais, comércio grossista, e serviços, que se encontravam sediados no C.Histórico, vão ter de encarar uma outra realidade. Esta, irá ser decisiva, apresentar-se-á com duas faces: Uns quererão crescer, acompanhar a nova etapa do desenvolvimento económico, e decidem abandonar o local, indo instalar-se nos subúrbios da cidade, construindo, aí, modernas unidades. Outros não se encontrarão preparados para tal desafio, tamanho embate, e acabam por sucumbir lentamente, desaparecendo. Os últimos 20 anos tornam-se fatais para a economia do Centro Histórico. Observemos, no quadro seguinte, as empresas mais conhecidas e significativas, todo esse importante universo empresarial, que abandonou o C.H., ou desapareceu, nas últimas duas/três décadas:

QUADRO 28**Empresas que abandonaram o C.H., ou foram extintas
- Últimos 30 anos -**

Indústria	Comércio
<ul style="list-style-type: none"> • Auto Henriques • Casa Damião (TOMIX) • Casa Hipólito • Fábrica de Luvas SUEDEX • Francisco António da Silva (FAS) • JOPER • Moagem Clemente • Padaria Campos • Padarias Alves • Recauchutagem Recta • Recauchutagem Torreense • Serração / Construção Civil PIO • Serração Torreense <p>Várias pequenas oficinas dos ramos: Alfaiataria, automóvel, barbearia, calçado, correaria, electrodomésticos, latoaria, marcenaria, metalomecânica, motociclos e bicicletas, pelaria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ângelo Custódio Rodrigues • Armazéns Cereais José Emídio • Armazéns Fonseca e Lisboa • Armazéns Reinaldo Ferreira • Casa de Móveis Serra da Vila • Casa Hipólito (sectores comerciais) • Chagas • Ferragens Carlos Cardoso • Ferragens Joaquim M. Reis • Mercarias Alves • PIO (sector comercial) • Toitorres <p>Várias lojas dos ramos: Alimentar, automóvel, calçado, electrodomésticos, materiais de construção, mobiliário, vestuário.</p>
Serviços	
<p><u>Serviços Públicos</u> – Câmara Municipal</p> <p><u>Serviços de Segurança</u> – PSP</p> <p><u>Serviços de Transportes Públicos</u> – Camionagem João Henriques dos Santos</p> <p><u>Serviços Financeiros</u> – Banco Borges & Irmão, Banco Nacional Ultramarino, Banco Totta & Açores, Banco Pinto & Sottomayor.</p>	

E voltamos à relação Centro Histórico – Cidade. Se o mundo económico abandonou o C.H., isso, inevitavelmente, arrastou consigo o mundo social. E ao ir instalar-se nos limites, nos subúrbios da urbe, expande-a.

Na investigação, no estudo da sociologia urbana, esta relação, e as suas consequências, são conhecidas. A expansão de uma cidade, pode, ou não, levar ao

abandono, ao declínio, do seu Centro Histórico, tudo dependendo das políticas urbanísticas da Administração Local. A realidade torreense demonstra que, aqui, neste caso concreto, a estratégia para o ordenamento territorial da cidade não foi a mais correcta, tanto política como tecnicamente. Se tivermos em conta que o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico, em vigor desde 1991, não vai além de um acervo e Instrumento normativo do imobiliário, omitindo toda a análise socioeconómica do território investigado, ficamos, então, mais esclarecidos sobre a leveza com que este processo foi desencadeado. Assim, os resultados deste Plano, hoje, demonstram a sua ineficácia. Paradoxalmente, é na vigência deste Instrumento, nos últimos 12 anos, que o Centro Histórico atinge os mais elevados índices de abandono, de desertificação.

A inserção de um Estudo Sociológico, no Plano, em 1991, alertaria, certamente, a Administração Local, para os cuidados que deveria ter quanto à evolução do abandono, e apresentaria, por outro lado, um conjunto de medidas que procurassem inverter tal situação.

A ausência desse Estudo provocou desconhecimento das importantes componentes, económica e social, com particular incidência no comércio tradicional, seus problemas, suas existências, e comportamentos dos actores sociais que o suportam, que o mantêm. Mas também se ficou sem saber o movimento dos serviços e seus inerentes contributos para os fluxos populacionais.

Este nosso Estudo procura, agora, colmatar esse desconhecimento, fazendo um diagnóstico da situação, e apresentando medidas terapêuticas que promovam a reabilitação. Aparecem, no entanto, com 12 anos de atraso.

Por via de uma falta de estratégia económica e social, o Centro Histórico, nomeadamente o comércio tradicional, ficou como barco à deriva. Os últimos 12 anos foram funestos. Os impérios do comércio alimentar e dos bens de consumo corrente – as grandes superfícies – vieram instalar-se na cidade. Seguiram as regras aconselhadas pela experiência internacional, o mesmo que dizer, estabelecem-se na periferia, junto das melhores vias de acesso, com largos parques auto de apoio aos grandes fluxos populacionais. Um dos mais notáveis especialistas do urbanismo moderno, o sociólogo Manuel Castells, a essas grandes superfícies denomina-as, **Centros de Intercâmbio Periféricos**. Obviamente que, perante estas

catedrais do consumo, o comércio tradicional do C.H. vê-se sem condições para competir.

Observemos o quadro, a seguir, no qual se avalia o avanço da instalação de grandes superfícies comerciais no território citadino:

QUADRO 29

Médias e Grandes Superfícies Comerciais*

Designação	Ano de Abertura	Área em Metros Quadrados
<u>RETALHISTAS</u>		
DIA / MINI PREÇO Av. General Humberto Delgado	1993	460
DIA / MINI PREÇO Rua Dias Neiva	1995	960
INTERMARCHÉ	1995	1 930
LIDL	1996	1 400
MODELO	1996	2 000
PINGO DOCE	1989	3 170
<u>GROSSISTAS</u>		
GCT (Ex Coopertorres)	1988	2 600
RECHEIO	1990	7 000
Total:		19 520

* Dados recolhidos pelos autores junto das respectivas empresas.

Se apontarmos, como estimativa, a média de 100 m² para cada unidade espacial do comércio tradicional, com facilidade concluiremos que a totalidade da área das grandes superfícies corresponde a 195 lojas.

Todas estas grandes alterações que o mundo económico do Centro Histórico tem vindo a sofrer, já o dissemos anteriormente, arrastaram, também, o mundo social da população residente provocando transformações muito negativas na dinâmica demográfica.

O trabalho empírico da nossa investigação, realizado em 2002, através de um inquérito administrado aos actores residentes e aos agentes económicos, dá-nos

resultados preocupantes. De 1991 a 2002, a população residente do C.H. atingiu um decréscimo de 53,8%, enquanto no resto da cidade houve um crescimento de 17,4%.

Deste modo, a ocupação das unidades espaciais tem continuado a decrescer. Cerca de 1/3 do C.H. está devoluto. O quadro, que se segue, torna-se esclarecedor.

QUADRO 30

**Imóveis
Unidades Espaciais Existentes
- Habitação e Actividades Económicas -
2002**

	Unidades Espaciais	Activos (Ocupados)	Devolutos	Taxa Ocupação
Habitação	644	494	150	76,7%
Actividades Económicas	305	200	105	65,6%

Fonte: Inquérito dos autores à população residente e aos agentes económicos.

Estes dados estatísticos fornecem-nos pistas para a reflexão. Já não se pode esperar mais tempo para que se tomem decisões políticas que estanquem esta hemorragia. A iniciativa particular, num ponto de vista geral, tem demonstrado que não está preparada para assumir responsabilidades que resolvam, por si só, os problemas de desertificação do C.Histórico torreense. Assim, a Administração central e local tem que intervir. Em *La Misère du Monde*, uma das mais significativas obras do sociólogo Pierre Bourdieu (1993), este acentua que o abandono das empresas e sectores económicos dos bairros históricos cria autênticos guetos. E se o Estado também abandona o local, acontecerá que os residentes desses bairros ficarão agarrados a um sentimento de vitimização da ausência, o que é um passo para a revolta.

Dominados por uma grande expectativa, que colocámos no nosso trabalho empírico de investigação, este veio demonstrar que, felizmente, a população residente e os agentes das actividades económicas do C.Histórico torreense ainda não se encontram absorvidos por essa revolta. O declínio, a desertificação, é uma realidade inquestionável, todavia, um importante dado general emerge com algum brilho. Ele está no facto de este C.H. não ter entrado, ainda, em deterioração acentuada, e, muito menos, irreversível. Tanto na componente do imobiliário (e, aqui, diremos que o Plano

de Salvaguarda, neste particular, teve o seu lado meritório, não dando azo a grandes incúrias) como na interacção social e sociabilidade, a realidade existente mostra-se convidativa à vinda de novos moradores e novas actividades económicas.

Não foram encontrados indícios de preocupação, quanto a comportamentos desviantes (criminalidade, toxicoddependência) e a segurança diurna e nocturna funciona, inclusivé, sem a permanência das autoridades policiais.

Mas o dado ainda mais positivo e notório, que nos foi revelado pela população residente, é a alta consciência desta na sua ancoragem ao bairro e a todo o território do Centro Histórico.

Concluiremos, assim, esta Parte IV do Estudo, onde a síntese nos exigiu concentrar a longa história económico-social do urbanismo torreense destes últimos dois séculos, num curto espaço de texto.

E se no decorrer da análise esteve sempre presente o paradigma da envolvente do fenómeno urbano, é ainda o mesmo paradigma que nos obriga a reproduzir conhecimento. Então diremos que, se até aqui o urbanismo nunca foi um fenómeno solitário, dependendo sempre de um sistema muito vasto e tentacular, doravante ele será ainda muito mais condicionado pela clausura desse sistema transnacional, que, hoje, se denomina GLOBALIZAÇÃO.

Convoquemos, para o final desta nossa análise, o conhecimento do sociólogo Boaventura de Sousa Santos. Citaremos um passo do seu texto de abertura da obra, *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, da qual é organizador:

“Quanto às relações sociopolíticas, tem sido defendido que, embora o sistema mundial moderno tenha sido sempre estruturado por um sistema de classes, uma classe capitalista transnacional está hoje a emergir, cujo campo de reprodução social é o globo enquanto tal, e que facilmente ultrapassa as organizações nacionais de trabalhadores, bem como os Estados extremamente fracos da periferia e da semiperiferia do sistema mundial”.

Entendendo bem o encaixe de todas as peças deste **puzle**, sublinharemos a dificuldade, ou melhor até, a impossibilidade, nesta etapa histórica do capitalismo, de poder travar a caminhada vertiginosa da reprodução urbanística. Em todo o mundo, e, pelas mesmas razões, em Portugal, e em Torres Vedras.

Todavia, como em tudo na vida, há sempre um reverso, e a cada momento encontramos uma história de David contra Golias. Ou seja, a globalização, esse Golias, tem, também, o seu David, concretamente, as Identidades.

Nesse sentido, o urbanismo torreense pode ousar enfrentar a globalização, pelo menos, desenvolvendo a cidade à medida de si própria, da pulsão da sua história económica e social. Uma história singular, com seus mistérios, mitos, símbolos, e cujo ícone maior, e mais nobre, será o Castelo e Centro Histórico.

É aí que estão as raízes da sua Identidade, é esse trono que dá a marca, que dita o geo-símbolo da cidade.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES GERAIS

1. A tendência do Centro Histórico de Torres Vedras, nas últimas três décadas, acompanha a tendência dos Centros Históricos das cidades médias portuguesas e internacionais. É uma tendência tipificada na perda da capacidade económica tradicional, e no acentuado decréscimo da população residente, componentes que levam à decadência, ao declínio, da vida social e à desocupação do património imobiliário. Factores que devem ser compreendidos no quadro das transformações operadas com o desenvolvimento do industrialismo capitalista no último meio século.

2. Essas transformações caracterizam-se pelo desaparecimento da indústria de manufactura, a sua evolução para uma outra com organização científica de trabalho, e, desta, para a actual, de tecnologia avançada.

Tal processo evolutivo internacional, reflectiu-se, obviamente, em Portugal, e, deste modo, em Torres Vedras. Assim, nas últimas três décadas, dezenas de significativas empresas industriais e comerciais abandonaram o Centro Histórico torrensense, ou foram extintas.

Este fenómeno provocou acentuado declínio económico-social, e grande decréscimo demográfico no C.Histórico.

3. A referida tendência internacional, como sobejamente explicitámos e comprovámos, nos pontos 1.1 e 1.2 do Quadro Teórico, continua a apresentar altas dificuldades de inversão.

4. Nesta conformidade, caberia à Autarquia de Torres Vedras, pelo menos nos últimos vinte anos, desenvolver esforços para minorar essa tendência, como, aliás, outros Municípios o fizeram.

Apesar de uma manifesta falta de objectividade, quanto a decisões políticas que enfrentassem esta realidade, a Autarquia procurou abordar o problema, através da criação de um Instrumento técnico de planeamento, que foi designado *Plano de Salvaguarda do Centro Histórico*, em vigor desde 1991.

5. Este *Plano de Salvaguarda*, mostrou-se, no entanto, tecnicamente incapaz de responder ao declínio do Centro Histórico. Paradoxalmente, com este Instrumento a funcionar nos últimos 12 anos, acentuou-se, cada vez mais, e a níveis preocupantes, a desertificação deste território de identidade histórica.

6. O *Plano de Salvaguarda*, limitando-se ao trabalho científico na área académica da arquitectura, ou seja, o estudo sobre o património edificado (imobiliário), tornou-se, tão-só, um Instrumento de acervo e de acção normativa.

Omitida, no *Plano*, a área académica de investigação sociológica, esse Instrumento perdeu os mecanismos que lhe dariam o conhecimento, a compreensão, acerca das causas e das leis que determinam o fenómeno do declínio. E sem esse conhecimento de toda a realidade social, socioprofissional, económica, do C.H., enquadrada e comparada com a da cidade, do país, e do mundo, o *Plano* ficou sem condições para avançar com uma proposta de medidas que tentassem responder, positivamente, ao fenómeno.

7. A falta de tais medidas levou a que se continuasse a desamparar, ainda mais, o sector económico, designadamente, o comércio tradicional. E, pior ainda, deram-se demasiadas oportunidades para que fossem instaladas na cidade grandes superfícies comerciais, que ocupam uma área total de 19.520 m², equivalente a 195 lojas das que se distribuem pela cidade e C.Histórico.

O comércio tradicional, e a própria vivência social do C.H., foram, também, nos últimos anos, afectados pela transferência e abandono de instalações de serviços autárquicos e de segurança pública que se encontravam no C.Histórico.

8. Esta investigação, este Estudo sociológico, surge, aqui, com o conhecimento que não está presente no *Plano de Salvaguarda*. Faz-se o diagnóstico da realidade social e socioeconómica, a partir do qual se avança com uma proposta de 31 medidas, compiladas num *Plano Estratégico de Reabilitação Social* do Centro Histórico.

9. O *Plano de Salvaguarda*, todavia, ao longo dos anos que tem permanecido em vigor, e numa avaliação global, poder-se-á dizer que mostrou o seu ponto positivo no respeitante à defesa do imobiliário. Como Instrumento de acção normativa, evitou situações que generalizassem um desvirtuamento, ou, mesmo, destruição do património edificado. Contudo, verificaram-se algumas acções circunstanciais concretas que causaram controvérsia.

10. Apesar do declínio do território investigado, manifestado no decréscimo contínuo da população residente, no abandono das actividades económicas, o Centro Histórico, numa apreciação global, não comporta índices de deterioração preocupantes. O imobiliário devoluto (residências e antigas instalações de actividades económicas) não aparenta assinalável degradação, embora o estado exterior denote deficiente manutenção. Os imóveis activos podem considerar-se aceitáveis, com excepção de um ou outro caso.

A interação social e a sociabilidade existentes no C.H. são convidativas à vinda de novos moradores e novas actividades económicas. Não foram encontrados índices que possam preocupar, quanto a comportamentos desviantes (marginalidade, toxicodependência). A segurança diurna e nocturna funciona, e sem a permanência das autoridades policiais.

O dado mais positivo e notório, revelado neste Estudo, é a alta consciência dos moradores na sua ancoragem ao bairro. São salientes as boas relações de vizinhança, o gosto por ali residirem, e a manifesta vontade de quererem continuar a viver no Centro Histórico.

11. Isto transporta-nos para uma análise da estrutura social, que se pode classificar como ancorada e dinamizada num capital simbólico.

CONCLUSÕES ESPECÍFICAS

1- EXISTÊNCIAS

1. Das 1023 (100%) unidades espaciais existentes na Zona de Emergência, 644 são de habitação, 305 de actividades económicas, 16 Instituições socioculturais, e 58 outros casos.
2. Existem 73,61% de unidades espaciais ocupadas e 26,39% devolutas.
3. A habitação compreende 62,95% das unidades espaciais. Encontram-se ocupadas 76,70%.
4. As actividades económicas representam 29,82% das unidades espaciais, e, apresentam a menor taxa de ocupação, estando 34,43% devolutas.

O comércio representa 16,13% das unidades espaciais respeitantes às actividades económicas, 64,24% delas estão ocupadas.

Destinam-se aos serviços 10,56% destas unidades espaciais, encontrando-se 71,27% ocupadas.

O artesanato/indústria compreende 3,13% das unidades espaciais das actividades económicas, estando 51,13% ocupadas.

PONTOS FORTES: Concentram-se na Zona de Emergência do C.H. 16 Instituições socioculturais. Estão em actividade 15 (A que não está em actividade, mantém, no entanto, Órgãos Sociais, e recupera, actualmente, o edifício).

PONTOS FRACOS: Encontram-se devolutas próximo de 1/3 das unidades espaciais existentes.

2- CARACTERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA

5. Dos 768 habitantes residentes, 55,41% são mulheres e 44,59% homens, o que resulta numa relação de masculinidade abaixo da nacional.
6. A população feminina das actividades económicas apresenta bom grau de autodeterminação socioprofissional.
7. A idade média da população residente é 47 anos, 46,2 anos nos homens, e 48,5 anos nas mulheres, o que está 8 e 10 anos, respectivamente, acima das idades médias do país.
8. Os idosos representam mais de 1/3 (38%) da população alvo, o que lhes confere um peso substancial na população (22% acima da média nacional). A população adulta em idade activa é 49,3%, e os jovens 11,8%. Esta estrutura etária revela uma tendência oposta à do país, na qual existe menos idosos, semelhante população activa, e mais jovens. Assim, a sustentabilidade potencial e a dependência total apresentam-se preocupantes.
9. O casamento com registo é a forma mais usual de conjugalidade. A população alvo não acompanha a tendência nacional de aumento exponencial dos divórcios e uniões de facto. Os jovens do C.H. tendem a casar tarde,

nomeadamente os homens. A viuvez afecta, principalmente, as mulheres, fenómeno que apresenta valores um pouco acima da média nacional.

O tipo de núcleo familiar predominante é o casal com filhos.

10. As taxas, de analfabetismo de 4,71%, e de pessoas sem escolaridade (2,75%), são inferiores às nacionais, da Região Oeste, e do concelho de Torres Vedras. Verifica-se o mesmo no tocante à taxa de iliteracia.

As taxas referentes aos níveis de instrução atingidos acompanham os valores nacionais (Primário – C.H.: 37,91%, Nacional: 35,10% / Secundário – C.H.: 44,79%, Nac.: 39,40% / Superior – C.H.: 9,82%, Nac.: 10,80%).

PONTOS FORTES: População feminina das actividades económicas com bom grau de autodeterminação socioprofissional // Casamento com registo, e baixos índices de divórcios e uniões de facto // Analfabetismo, sem escolaridade, e iliteracia inferiores às taxas nacional, regional, e local.

PONTOS FRACOS: Estrutura etária envelhecida // Índices de sustentabilidade potencial e dependência total preocupantes // Viuvez acima da média nacional.

2.1- MAPA DEMOGRÁFICO E SOCIOPROFISSIONAL

11. A taxa de actividade, de 49,5%, acompanha os valores regional e nacional. A taxa de desemprego, de 1,24%, é inferior às regional (7,7%), e nacional (6,3%).

A população empregada distribui-se, maioritariamente, pelos sectores terciário (72,25%), e secundário (26,81%).

Da população residente, 40,70% têm ocupação profissional no sector secundário.

12. Demograficamente verificou-se um decréscimo acentuado da população residente no C.H., com especial ênfase nos últimos doze anos. De 1960 a 2002 a população residente decresceu mais de 2/3. De 1980 a 2002 a mesma população

decreceu 63,97%. De 1990 a 2002 (período de vigência do *Plano de Salvaguarda*), a população decresceu 53,85%. Este movimento é completamente oposto à tendência da cidade.

A média de habitantes por agregado familiar é 1,82.

PONTOS FORTES: Baixa taxa de desemprego.

PONTOS FRACOS: Acentuado decréscimo demográfico, com particular ênfase nos últimos doze anos.

FACTORES de ATENDIMENTO: Ainda forte pertença à classe operária na população residente.

3- UNIVERSO IMOBILIÁRIO

13. Das 1023 unidades espaciais existentes, as construções tradicionais constituem 56% do imobiliário (tipo tradicional 28,48%, tradicional recuperada 27,70%), e 34,18% são novas construções anteriores à vigência do *Plano de Salvaguarda*.
14. As actividades económicas estão instaladas, maioritariamente, em construções dos tipos tradicional e tradicional recuperada.
15. Existem 62,67% de fracções prediais arrendadas, o que se traduz no dobro da existente na R.L.V.T. e o triplo da percentagem nacional. Assim, a população do C.H. não acompanhou o fenómeno de acesso generalizado a casa própria.
16. O estado dos imóveis activos é, genericamente, considerado positivo. As insuficiências mais relatadas são humidades e infiltrações.
17. Os instrumentos estatais para a recuperação dos imóveis, programas REABITA e SOLARH, são, em grande medida, desconhecidos da população alvo, tendo-se candidatado apenas três inquiridos.

PONTOS FORTES: Actividades económicas instaladas em imóveis tradicionais.

// Estado dos imóveis, genericamente, positivo.

PONTOS FRACOS: Imóveis de grande volumetria, construídos após a entrada em vigor do *Plano de Salvaguarda*, descaracterizam o C.H. // Instrumentos estatais para a recuperação dos imóveis desconhecidos da população inquirida.

4- INTERACÇÃO SOCIAL E SOCIABILIDADE

4.1- ACTIVIDADES ECONÓMICAS

18. As actividades económicas sediadas no C.H. não satisfazem as necessidades em 61,76% dos inquiridos.
19. A população alvo propõe a introdução no C.H. de comércio de artesanato, ofícios tradicionais, pastelarias/café com esplanada, pousada, e restauração típica.
20. Os factores, preço, qualidade dos produtos, e serviços prestados no comércio tradicional satisfazem os inquiridos.
21. O comércio tradicional é percebido como actividade caracterizadora do C.H..

PONTOS FORTES: O preço e qualidade dos produtos, e os serviços prestados no comércio tradicional são satisfatórios // O comércio tradicional é uma actividade característica do C.H..

PONTOS FRACOS: Actividades económicas sediadas no C.H. não satisfazem as necessidades dos inquiridos.

4.2- CONDIÇÕES AMBIENTAIS E ACESSIBILIDADES

22. Os inquiridos percebem negativamente o estado dos arruamentos, os jardins e recantos ajardinados, e o estado exterior de conservação dos imóveis. O sentimento de segurança nocturna surge com reserva, devido à desertificação e solidão. A vigilância policial diurna e nocturna é insuficiente. A toxicodependência é percebida com alguma relevância.

23. A população alvo considera suficiente, ou positiva, a iluminação pública, a limpeza dos arruamentos, a recolha de lixos, a segurança diurna, e a tranquilidade diurna e nocturna. A marginalidade é um comportamento desviante pouco existente.
24. A supressão do estacionamento é desejável na maioria das ruas com funções predominantemente habitacionais, mas os detentores das actividades económicas tomam a atitude contrária nos arruamentos onde se localizam as suas empresas.
25. As antenas de televisão e os cabos (telefone, TV cabo, e outros) devem ser suprimidos e colocados subterraneamente.
26. A interacção de vizinhança é a única condição ambiental considerada boa.
27. No tocante às acessibilidades, o estado e condições de utilização dos arruamentos é considerado insuficiente.
28. Dos inquiridos, 62,74% consideram que o tráfego auto não é suportável na totalidade do C.Histórico. Contudo, 67,65% percebem o tráfego auto como suportável no seu arruamento.
29. A pedonização dos arruamentos é desejada em algumas artérias, mas não na totalidade do C.H..

PONTOS FORTES: A boa interacção de vizinhança constitui-se como elemento distintivo do C.H. // Comportamentos desviantes praticamente inexistentes // Pedonização de alguns arruamentos desejável.

PONTOS FRACOS: Os detentores das actividades económicas consideram a iluminação pública insuficiente // O estado exterior de conservação dos imóveis é percebido como insuficiente para a criação e manutenção de uma imagem cuidada do C.H. // Esta zona é considerada pouco convidativa à circulação pedonal nocturna, apenas por razões de desertificação humana.

FACTORES de ATENDIMENTO: Particularizam-se, na PARTE III deste Estudo, os arruamentos considerados em mau estado, aqueles

onde o tráfego auto não é desejado, e os que devem ser pedonizados.

4.3- EQUIPAMENTOS SOCIOCULTURAIS

30. As creches existentes são consideradas insuficientes em quantidade, mas a sua qualidade é reconhecida.
31. As Associações culturais e desportivas satisfazem em quantidade, e não em qualidade.
32. A Instituição de formação profissional/escola satisfaz os inquiridos nas duas dimensões estudadas.
33. Os equipamentos socioculturais inexistentes, mencionados pelos investigadores no Inquérito (Centro ATL, Ludoteca, Centro de Dia para Idosos, Lar de Idosos), são considerados necessários pela população alvo.

PONTOS FRACOS: Carência, muito sentida, de um apoio institucional dirigido a crianças, adolescentes, e idosos.

5- AFECTAÇÃO SIMBÓLICA

34. A propriedade de imóveis, a tradição de residência familiar, o afecto ao C.Histórico, e as rendas acessíveis, são os factores de ancoragem mais significativos.
35. Das 200 unidades de inquirição activas, afectas às actividades económicas, 117 são inquiridos detentores da actividade há muitos anos.
36. Dos inquiridos, 80% não perspectiva abandonar o C.H. para habitar ou desenvolver actividade económica numa outra zona da cidade.

PONTOS FORTES: Elevado afecto ao C.H. // Comércio tradicional baseado em dinâmicas familiares.

PONTOS FRACOS: Os jovens estão mais predispostos a abandonar o C.Histórico.

6- INSTITUIÇÕES SOCIOCULTURAIS

- DAS ENTREVISTAS COM OS REPRESENTANTES -

37. As atitudes de mobilização colectiva e de valorização física das instalações são as que mais influem na permanência destas Instituições no território do C.Histórico.
38. O C.H. é entendido como localização privilegiada, o maior símbolo de Torres Vedras (antiguidade identificadora), e representante da sua história colectiva.
39. Estas Instituições centram as suas acções/actividades nas próprias instalações.
40. Os representantes destas Instituições percebem os espaços públicos existentes como pouco atractivos para neles realizarem acções.
41. As opiniões, sobre o actual estado do C.H., centram-se nas temáticas da dinâmica social e do património edificado.
42. Os representantes das Instituições socioculturais sugerem um projecto prático de reabilitação socioeconomica para o C.Histórico.

PONTOS FORTES: C.H. entendido como identidade que possibilita a criação de valor acrescentado ao colectivo torreense. // C.H. reconhecido como verdadeiro geo-símbolo de Torres Vedras. // Das 16 Instituições, 15 encontram-se activas.

PONTOS FRACOS: Centralização das actividades das Instituições nas suas instalações // Espaços públicos considerados pouco atractivos para a realização de acções.

FACTORES de ATENDIMENTO: Sugestão de um projecto de reabilitação socioeconomica, a implementar pela Autarquia.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE SANTOS, *A Remodelação do Edifício dos Paços do Concelho e a (continuada) Negligenciação do Significado Social Torreense*, in Jornal “Badaladas” de 14.04.2000, Torres Vedras, 2000.
- ANDRADE SANTOS, *A Cidade de Torres Vedras e a Revisão do PDM – Reflexão Sociológica sobre a Actualidade e o Futuro da Cidade*, in Suplemento do Jornal “Badaladas” de 23.03.2001, Torres Vedras, 2001.
- ANDRADE SANTOS, *A Inevitabilidade de uma Nova Cultura Urbanística – Polis de Torres Vedras*, in Jornal “Badaladas” de 26.10.2001, Torres Vedras, 2001.
- ANDRADE SANTOS, *O Actual Estádio Urbanístico da Cidade de Torres Vedras – I – Reflexões sobre Estratégia de Ordenamento Espaço-Social*, in Jornal “Badaladas” de 18.10.2002, Torres Vedras, 2002.
- ANDRADE SANTOS, *O Actual Estádio Urbanístico da Cidade de Torres Vedras – II – O Território do Centro Histórico*, in Jornal “Badaladas” de 08.11.2002, Torres Vedras, 2002.
- ANDRADE SANTOS, *O Actual Estádio Urbanístico da Cidade de Torres Vedras – III – O Território da Nova Expansão Perimétrica*, in Jornal “Badaladas” de 06.12.2002, Torres Vedras, 2002.
- ANDRADE SANTOS, *Para Torres Vedras, um “Espaço do Cidadão” ou um Plano de Urbanização?*, in Jornal “Badaladas” de 14.02.2003, Torres Vedras, 2003.

- ANDRADE SANTOS, Nuno, *A Casa Hipólito e a Construção Social do Modo de Vida Industrialista em Torres Vedras*, Tese de Licenciatura, (Estudo não publicado), Universidade Lusófona (Lisboa), 2000.
- ANDRADE SANTOS, Nuno, *Casa Hipólito – Um Contributo para a Cultura Industrialista Torreense*, in Jornal “Badaladas” de 24.05.2002, Torres Vedras, 2002.
- BAPTISTA, Luís, *A Cidade em Reinvenção*, Tese de Mestrado, (Estudo não publicado), ISCTE (Lisboa), 1996.
- BARATA SALGUEIRO, Teresa, *A Cidade em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1998.
- BARDIN, Laurence, *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70, 1995.
- BARRETO, António (Org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 1996.
- BOURDIEU, Pierre, *As Estruturas Sociais da Economia*, Lisboa, Instituto Piaget, 2001.
- BOURDIEU, Pierre, *La Misère du Monde*, Paris, Éditions du Seuil, 1993.
- BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas – Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta, 1997.
- BRYMAN, Alan, CRAMER, Duncan, *Quantitative Data Analysis for Social Scientists*, London, Routledge, 1990.
- CAPELA, José, *Regionalismo Crítico?*, in “J-A, Jornal Arquitectos”, n.º 207, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2002.
- CARVALHO, Jorge, *Ordenar a Cidade*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003.

CASTELLS, Manuel, *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa, Editorial Presença, 1984.

CASTELLS, Manuel, *The Urban Question: A Marxist Approach*, London, Edward Arnold, 1977.

CASTELLS, Manuel, *The City and the Grass Roots: A Crosscultural Theory of Urban Social Movements*, London, Edward Arnold, 1983.

CASTELLS, Manuel, *The Power of Identity*, Oxford, Blackwell, 2001.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO – CCRLVT, *Caracterização Física e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, Lisboa, 1999.

COSTA, António Firmino da, *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta, 1998.

COURCUFF, Philip, *Novas Sociologias*, Sintra, VRAL Editora, 1997.

DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO – DGOTDU, *Guia para a Elaboração de Planos Estratégicos de Cidades Médias*, Lisboa, 1996.

DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO – DGOTDU, *Guião para a Apresentação e Tramitação dos Planos de Pormenor*, Lisboa, 1996.

DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO – DGOTDU, *As Cidades Médias Portuguesas*, Lisboa, 1995.

DELLE DONNE, Marcela, *Teorias sobre a Cidade*, Lisboa, Edições 70, 1990.

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, *Actas do Seminário “Pensar o Ordenamento do Território, Ideias, Planos, Estratégias”*, Lisboa, 2001.

FERREIRA, J. M. Carvalho, et al., *Sociologia*, Alfragide, McGraw-Hill de Portugal, 1995.

FERREIRA, Vítor Matias, *A Cidade e o Meio*, (Actas do VII Curso Internacional de Verão de Cascais, subordinado ao tema “A Cidade”), Câmara Municipal de Cascais, 1999.

GIDDENS, Anthony, *Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1997.

GRAÇA, Pedro, *Legislação de Apoio a Obras de Conservação de Edifícios*, in revista “Centros Históricos”, n.º 1, 1998.

GRAY, Anthony, SÉRGIO, Vitor, *A Economia e o Mercado de Trabalho no Oeste*, Torres Vedras, Associação para o Desenvolvimento Regional do Oeste - ADRO, 1997.

HARVEY, David, *The Consciousness and the Urban Experience: Studies in the History of Theory of Capitalist Urbanization*, Oxford, Blackwell, 1985.

INE, Anuários Estatísticos para a RLVT.

INE, *Census*, 1991.

INE, *Census*, 2001.

INE, DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO – DGOTDU, *Indicadores Urbanos do Continente*, Lisboa, 1999.

LABORITT, Henry, *O Homem e a Cidade*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.

- LOGAN, John, MOLOCHT, Harvey, *Urban Fortunes: The Political Economy of Place*, Berkeley, University of California Press, 1987.
- MADEIRA TORRES, Manoel Agostinho, *Descrição Histórica e Económica da Villa e Termo de Torres Vedras*, Segunda edição acrescentada com algumas notas dos editores, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1861.
- MARCONI, Maria, LAKATOS, Eva, *Técnicas de Pesquisa*, São Paulo, Atlas S.A. Editora, 1986.
- MARTINOTTI, G. (Org.), *Cittá e Analise Sociológica*, Pádua, 1968.
- MATIAS, Maria Goretti, *Vinho e Vinhas em Tempos de Crise: O Oídio e a Filoxera na Região Oeste, 1850-1890*, Caldas da Rainha, P.H. –Estudos e Documentos, 2002.
- MELA, Alfredo, *A Sociologia das Cidades*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.
- MUÑOZ, Francisc Manuel, *O Papel das Cidades na Actual Construção da Europa*, (Actas do VII Curso Internacional de Verão de Cascais, subordinado ao tema “A Cidade”), Câmara Municipal de Cascais, 1999.
- NAZARETH, J. Manuel, *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- ONU, *Prospecções de Urbanização no Mundo*, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais, 2002.
- PEREIRA, João Rodrigues, *Elites Locais e Liberalismo – Torres Vedras 1792-1878*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2000.
- PIRENNE, H., *As Cidades da Idade Média*, Lisboa, Publicações Europa América, 1962.

- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva Editora, 1992.
- REIGADO, Felisberto, *Desenvolvimento e Planeamento Regional*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.
- RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, *A Cidade: Rumo a uma Nova Definição?*, Porto, Afrontamento, 1994.
- SANTANA, Vera, *Discurso Sindical – Uma Análise de Imprensa: O Alavanca*, Lisboa, Ministério do Trabalho e Segurança Social, 1986.
- SANTOS SILVA, Augusto, MADUREIRA PINTO (Org.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1986.
- SASSEN, Saskia, *The Global City: New York, London, Tokyo*, Princeton, Princeton University Press, 1991.
- SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA / IPAAR, *Crítérios – Classificação de Bens Imóveis*, Lisboa, 1995.
- SENNETT, Richard, *The Conscience of the Eye: The Design and Social Life of Cities*, London, Faber and Faber, 1993.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de (Dir.), *Projecto e Circunstância: Culturas Urbanas em Portugal*, Porto, Afrontamento, 2002.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Afrontamento, 2001.
- UNESCO, *Carta de Atenas*, 1931.
- UNESCO, *Carta de Veneza*, 1964.

UNESCO, *Convenção sobre a Protecção do Património Cultural e Natural Mundial*, 1972.

VIEIRA, Júlio, *Torres Vedras Antiga e Moderna*, Torres Vedras, Victor Fonseca & Almeida, 1926.

WIRTH, Louis, *Urbanism as a Way of Life*, in *American Journal of Sociology*, 1938.

APÊNDICES e ANEXO

CONSTRUTOS OPERATÓRIOS DE INVESTIGAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

- 1 - LOCALIZAÇÃO TOPONÍMICA
- 2 - TIPOLOGIA DE UTILIZAÇÃO
- 3 - IDENTIFICAÇÃO E CATEGORIA DO UTILIZADOR INQUIRIDO

MAPA DEMOGRÁFICO E SOCIOPROFISSIONAL

- 4 - ÍNDICE DEMOGRÁFICO (1950/2002)
UTILIZADOR RESIDENTE NA HABITAÇÃO OU EXERCENDO FUNÇÃO LABORAL
- 5 - ESTRUTURA SOCIOPROFISSIONAL (1950/2002)

UNIVERSO IMOBILIÁRIO

- 6 - CARACTERIZAÇÃO DO IMOBILIÁRIO
- 7 - INSTRUMENTOS ESTATAIS PARA A RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS

INTERACÇÃO SOCIAL E SOCIABILIDADE

- 8 - ACTIVIDADES ECONÓMICAS
- 9 - CONDIÇÕES AMBIENTAIS E ACESSIBILIDADES
- 10 - EQUIPAMENTOS SOCIOCULTURAIS

AFECTAÇÃO SIMBÓLICA

- 11 - ANCORAGEM E ABANDONO

CONSTRUTOS SISTÉMICOS DE APRESENTAÇÃO

1 - UNIVERSO EXISTENCIAL

Activos (ocupados)

Devolutos

2 - ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA

Género

Estrutura Etária

Estado Civil

Literacia/Escolaridade

2.1 - MAPA DEMOGRÁFICO E SOCIOPROFISSIONAL

Estrutura Socioprofissional

Dinâmica Demográfica

3 - UNIVERSO IMOBILIÁRIO

Situação Perante o Imóvel

Tipo de Imóvel

Estado do Imóvel

Insuficiências do Imóvel

Instrumentos Estatais para a Recuperação dos Imóveis

4 – INTERACÇÃO SOCIAL E SOCIABILIDADE

4.1 - PERCEPÇÕES SOBRE AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Suficiência das Actividades Económicas

Sugestões dos Inquiridos Sobre Outras Actividades Económicas

e Serviços Públicos que se Deveriam Estabelecer

Qualidade dos Produtos no Comércio Tradicional

Satisfação Quanto ao Preço dos Produtos no Comércio Tradicional

Satisfação Pelos Serviços Prestados no Comércio Tradicional

4.2 - CONDIÇÕES AMBIENTAIS E ACESSIBILIDADES

Percepções Sobre as Condições Ambientais

Percepções Sobre Arruamentos

Iluminação Pública

Jardins e Recantos Ajardinados

Estado Exterior de Conservação dos Imóveis

Limpeza dos Arruamentos

Recolha de Lixos
Tranquilidade Diurna
Tranquilidade Nocturna
Segurança Diurna
Segurança Nocturna
Vigilância Policial Diurna
Vigilância Policial Nocturna
Interacção de Vizinhaça

Percepções Quanto à Existência de Comportamentos Desviantes
Atitudes Acerca das Antenas de Televisão e Cabos
Percepções Quanto à Suportabilidade do Tráfego Auto
Atitudes Acerca da Pedonização dos Arruamentos
Atitudes Acerca da Supressão do Estacionamento Auto

4.3 - EQUIPAMENTOS SOCIOCULTURAIS

Satisfação Quanto à Quantidade de Creches
Satisfação Quanto à Quantidade de Associações Culturais e Desportivas
Satisfação Quanto à Quantidade de Instituições de Formação
Profissional/Escolas
Satisfação Quanto à Qualidade das Creches
Satisfação Quanto à Qualidade das Associações Culturais e Desportivas
Satisfação Quanto à Qualidade das Instituições de Formação
Profissional/Escolas
Atitudes Acerca da Necessidade de Existência dos Equipamentos
Socioculturais que se Acrescentam
Sugestões dos Inquiridos Sobre Outros Equipamentos
Socioculturais que se Deveriam Estabelecer

5 – AFECTAÇÃO SIMBÓLICA

Factores de Ancoragem
Atitudes Acerca da Possibilidade de Abandono do C.H.

6 – AS INSTITUIÇÕES SOCIOCULTURAIS

Introdução ao Inquérito à População

Ex.mo/a Senhor/a

O Centro Histórico de Torres Vedras é o cerne da origem desta terra, hoje cidade. A sua história vem de há muitos, muitos séculos, anterior, ainda, à fundação da nacionalidade.

Até aos anos 60 do último século era uma zona de grande vivência da comunidade torreense. Aqui residia uma parte considerável da população laboral, nomeadamente operária que trabalhava na indústria metalúrgica local, então florescente. Os artesãos e o comércio, em permanente laboração, davam, também, alegria e vida ao Centro Histórico.

A partir dessa década, até aos nossos dias, esta zona tem vindo a ser abandonada, carecendo, hoje, de toda a importância e vivência que tinha.

A Câmara Municipal de Torres Vedras, através do Gabinete de Estudos Torreenses, está a desenvolver um trabalho de investigação, no domínio do levantamento sociológico, cujo objectivo é mostrar em que circunstâncias se vive e se encontra hoje o C.H., e compará-lo aos anos da sua grande vivência.

Consideramos muito relevante o seu contributo, com o preenchimento deste inquérito à população.

O inquérito servirá para a produção de um trabalho científico, que será, certamente, um indispensável instrumento para a futura reabilitação e melhoria das condições de vida da referida zona.

Agradecemos a sua participação.

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS
GABINETE DE ESTUDOS TORREENSES

Inquérito n.º:

1 – LOCALIZAÇÃO TOPONÍMICA

--	--	--	--	--

2 – TIPOLOGIA DE UTILIZAÇÃO

Habitação Artesão/Indústria Comércio
 Serviços Outro _____

Ocupado Devoluto

3 – IDENTIFICAÇÃO E CATEGORIA DO UTILIZADOR INQUIRIDO

Gênero:

Idade:

Estado Civil:

Escolaridade

N/S ler nem escrever

Ensino Secundário

Sem Escolaridade

Ensino Profissionalizante

Instrução Primária

Ensino Superior

Proprietário

Usufrutuário

Arrendatário

Outro _____

4 – ÍNDICE DEMOGRÁFICO

Utilizador Residente na Habitação ou Exercendo Função Laboral

1950 _____

2002

5 – ESTRUTURA SOCIOPROFISSIONAL

1950 _____

Profissão

Profissão

2002

Profissão

Escolaridade

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

6- CARACTERIZAÇÃO DO IMOBILIÁRIO

TIPO

Construção Tradicional

Construção Tradicional: Recuperada

Nova Construção

Anterior à entrada em vigor do
Plano de Salvaguarda

Posterior à entrada em vigor do
Plano de Salvaguarda

ESTADO

Condições de Habitabilidade ou de
Funcionamento da Actividade Laboral

Bom

Suficiente

Insuficiente

Mau

Definição das Insuficiências

7 - INSTRUMENTOS ESTATAIS PARA A RECUPERAÇÃO DOS IMÓVEIS

	REABITA	SOLARH
Tem Conhecimento dos Programas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Já Beneficiou	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Já se Candidatou	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Está interessado em se Candidatar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8 - ACTIVIDADES ECONÓMICAS

São suficientes as actividades económicas que se encontram estabelecidas no Centro Histórico (Área Investigada)

Sim

Não

Que outras actividades se deveriam estabelecer

O comércio tradicional, em matéria de qualidade de produtos, preço, e serviços prestados, satisfaz os clientes

Qualidade dos produtos

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

Preço

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

Serviços prestados

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

9- CONDIÇÕES AMBIENTAIS E ACESSIBILIDADES

	Bom	Suficiente	Insuficiente	Mau
Arruamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Iluminação pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Jardins e recantos ajardinados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estado exterior de conservação de imóveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Limpeza dos arruamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recolha de lixos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tranquilidade diurna	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tranquilidade nocturna	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Segurança diurna	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Segurança nocturna	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vigilância Policial diurna	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vigilância Policial nocturna	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Interacção de vizinhança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ambiente denotador de toxicodpendência	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
Ambiente denotador de marginalidade	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>

As antenas de televisão devem ser suprimidas

Sim

Não

Os cabos (telefone, TV cabo, e outros) devem ser subterrâneos

Sim

Não

O tráfego auto é suportável

Totalidade do Centro Hist.

Sim

Não

Arruamento do Inquirido

Sim

Não

O tráfego auto deve ser suprimido para a pedonização dos arruamentos

Totalidade do Centro Hist.

Sim

Não

Alguns arruamentos

Sim

Não

No arruamento do Inquirido

Sim

Não

O estacionamento auto nos arruamentos deve ser suprimido

Totalidade do Centro Hist.

Sim

Não

Alguns arruamentos

Sim

Não

No arruamento do Inquirido

Sim

Não

10 - EQUIPAMENTOS SOCIOCULTURAIS

Os equipamentos socioculturais estabelecidos na área estudada, em matéria de quantidade e qualidade, satisfazem os utilizadores

	Quantidade		Qualidade	
	Sim	Não	Sim	Não
Creche	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Associação Cultural e Desportiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inst. Formação Prof./Escolas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

É necessária a existência, no C.H, dos equipamentos socioculturais a seguir mencionados

	Sim	Não
Centro ATL	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ludoteca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Centro de dia (Idosos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Lar de idosos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros _____		

11 – ANCORAGEM E ABANDONO

	Ancoragem
Tradição Familiar	<input type="checkbox"/>
Afecto ao Centro Histórico	<input type="checkbox"/>
Proprietário do imóvel	<input type="checkbox"/>
Renda acessível	<input type="checkbox"/>
Detentor da actividade económica há muitos anos	<input type="checkbox"/>

Abandono

Sim

Não

Gostaria de habitar ou possuir a sua actividade económica numa outra zona da cidade para além do perímetro da área estudada

DEFINIÇÃO DOS MOTIVOS

OBSERVACÕES

Nome: _____

ENTREVISTAS

Guião

1- IDENTIFICAÇÃO

- Nome da Instituição
- Localização da Sede Social
- Data da Fundação
- Cargo(s) do(s) Entrevistado(s)

2- TIPOLOGIA DA INSTITUIÇÃO

- Funções Sociais
- Objectivos
- Número e Proveniência Social dos Associados

3- CARACTERIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA SEDE SOCIAL

- Descrição das Instalações
- Vantagens e Insuficiências
- Horário de Funcionamento das Instalações

4- ACÇÕES DESENVOLVIDAS

- Tipificação das Acções
- Média anual
- Nos últimos cinco anos
- Horário dos Eventos

5- MOTIVAÇÃO PELA PERMANÊNCIA DA SEDE SOCIAL NO CENTRO HISTÓRICO

6- INTERVENÇÃO DOS ASSOCIADOS E DOS AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS NA VIDA DA INSTITUIÇÃO

7- RELACIONAMENTO DA ACTIVIDADE DA INSTITUIÇÃO COM O TERRITÓRIO DO CENTRO HISTÓRICO

8- OPINIÃO DOS REPRESENTANTES DA INSTITUIÇÃO SOBRE O ESTADO ACTUAL DO CENTRO HISTÓRICO

9- SUGESTÕES DOS REPRESENTANTES DA INSTITUIÇÃO PARA A REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

INSTITUIÇÕES SOCIOCULTURAIS

ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS, e DESPORTIVAS

Culturais

- Associação Leonel Trindade
- Cooperativa de Comunicação e Cultura
- Grupo Amigos de Torres Vedras
- Tuna Comercial Torreense
- Sociedade Recreativa Operária

Recreativas e Desportivas

- Atlético Clube Torreense (Castelo)
- Sociedade Columbófila de Torres Vedras
- Sporting Clube de Torres

INSTITUIÇÕES SOCIAIS, EDUCACIONAIS, E RELIGIOSAS

Sociais

- Centro de Atendimento Vida Nova
- Centro Social e Paroquial
- Creche do Centro Social e Paroquial (Jardim de Infância de Santa Maria do Castelo)
- Narcóticos, Alcoólicos, e Famílias Anónimas

Educacionais

- CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica

Religiosas

- Igreja Católica
- Igreja Adventista
- Igreja Evangélica

INSUFICIÊNCIAS DO IMÓVEL POR UNIDADE DE INQUIRÇÃO E POR TIPOLOGIA DE UTILIZAÇÃO¹

INSUFICIÊNCIAS	HABIT.	ART./IND.	COM.	SERV.	TOTAL
Canalizações	2		2	4	8
Casa de banho	4			1	5
Canalizações, piso, pintura exterior	1				1
Canalizações, infiltrações e piso	1				1
Captação do sinal de televisão	1				1
Divisões pequenas em mau estado	1				1
Divisões pequenas em mau estado, sem wc, humidade e instalação eléctrica	1				1
Escadas madeira deterioradas	1				1
Esgotos	1			1	2
Esgotos, canalizações, humidade e wc no quintal	1				1
Divisões pequenas	3	4	19	11	37
Divisões pequenas e humidade	3	1	2		6
Humidade	21	2	6	7	36
Humidade e canalizações	1				1
Humidade, canalizações, cozinha e wc	2				2
Humidade, canalizações e pintura interior			1	1	2
Humidade, sem wc	9				9
Humidade, paredes e telhado degradados	1		1	1	3
Humidade e estuque do tecto	1				1
Humidade, tecto, sem wc, piso e infiltrações	1				1
Infiltrações	6		1	5	12
Infiltrações e humidade			1		1
Infiltrações e telhado	1			1	2
Inst. eléctrica e humidade			1		1
Janelas	2				2
Janelas e canalizações	1				1
Janelas e piso de madeira degradado	1				1
Janelas e portas em mau estado	2				2
Não tem sala	2				2
Paredes com humidade e piso degradado					2
Paredes, wc e piso degradado	2				2
Parede exterior degradada, wc e	1				1

¹ Optou-se pela pormenorização devido à multiplicidade de combinações de insuficiência, para cada unidade de inquirição.

humidade	1				1
Paredes com fissuras, wc e infiltrações	1				1
Paredes interiores com humidade	1				1
Paredes com fissuras	2				2
Parede exterior degradada, divisões pequenas e cozinha sem janelas	2				2
Pintura das paredes degradada	3		1		4
Piso de madeira degradado	4				4
Piso em madeira e divisões interiores degradadas	1				1
Sem wc	4				4
Sem wc, divisões pequenas em madeira, parede exterior a ruir e infiltrações	1				1
Sem wc, telhado degradado, uma divisão e sem canalização	1				1
Tecto com fissuras	2				2
Telhado	8	1	2		11
Telhado e cozinha pequena	1				1
Telhado e divisões sem janelas	1				1
Telhado e divisões pequenas	1				1
Telhado e janelas degradadas		1			1
Telhado e paredes degradadas	5		1		6
Telhado e paredes exteriores degradadas	2				2
Telhado, pintura da fachada e cozinha pequena	1				1
Telhado, fachada e piso degradado	1				1
Telhado, paredes com humidade e sem sala	3				3
Telhado e sem wc	3				3
Telhado, sem wc e humidade	7				7
Telhado e montra degradada			2		2
Wc e cozinha degradada	1				1
Wc e divisões pequenas	1				1
Wc no terraço, divisões pequenas, cozinha e telhado	1				1
Wc sem banheira, cozinha pequena e paredes danificadas	3				3
Wc, janelas, cozinha e inst. eléctrica degradada	1				1
Wc no quintal	2				2
Total	139	9	40	32	220
SEM INSUFICIÊNCIAS	195	6	50	39	290
Total:	334	15	90	71	510

ATITUDES DOS INQUIRIDOS ACERCA DA SUPRESSÃO DO ESTACIONAMENTO AUTO NO ARRUAMENTO DO INQUIRIDO POR LOCALIZAÇÃO TOPONÍMICA

LOCALIZAÇÃO TOPONÍMICA	O ESTACIONAMENTO AUTO DEVE SER SUPRIMIDO NO ARRUAMENTO DO INQUIRIDO			TOTAL
	Sim	Não	N/Resp.	
Rua da Várzea	10	22		32
Travessa do Torres	3	1		4
Campo da Várzea		1		1
R. Maria Barreto Bastos	9	4		13
R. Dr. Aleixo Ferreira	9	12	1	22
Praça Machado Santos	3	1		4
Largo Dr. Justino Freire	2	2		4
R. Francisco Xavier de Melo	7	8		15
R. do Terreirinho	4	1		5
R. Cavaleiros da Espora Dourada	27	27		54
R. Serpa Pinto	10			10
R. Celeiros de Sta Maria	10	2		12
R. da Horta Nova	3	2		5
Praça do Município	13			13
R. Miguel Bombarda	14	3		17
Rua 9 de Abril	1			1
Rua Dias Neiva	4	12		16
Largo dos Polomes	2	11		13
Travessa Madeira Torres	2			2
R. Mouzinho de Albuquerque	11	3		14
R. Roque Ferreira Lobo	5	2		7
L. Frei Eugénio Trigueiros	2	8		10
R. Guilherme Gomes Fernandes	6	11		17
Pátio do Alfazema	2	4		6
Rua do Quebra-Costas	1	2		3
Travessa do Quebra-Costas	4			4
R.de Traz do Açougue	11	1		12
Travessa Luís Cardoso	1			1
Rua da Cruz	7	1		8
Rua Elias Garcia	3			3
Largo de Sto António	4	5		9
R. Cap. L. Bôto Pimentel	6	5		11
Travessa do Castelo	2	1		3
Rua da Paz	4	1		5
Trav. Maria da Purificação da Silva	5			5
L. Padre Jacinto Pio Sobreiro	1	2		3
Largo Coronel Morais Sarmiento	2	3		5

		O ESTACIONAMENTO AUTO DEVE SER SUPRIMIDO NO ARRUAMENTO DO INQUIRIDO			TOTAL
		Sim	Não	N/Resp.	
LOCALIZAÇÃO TOPONÍMICA	Rua de S. Miguel	9	13	3	25
	Travessa de S. Miguel	10			10
	Rua de Sto António	10	1		11
	Bairro Leonor	4	2		6
	Travessa de Sto António	10	3		13
	R. S. Gonçalo de Lagos	6	57		63
	Rua de Carcavelos	13			13
TOTAL		272	234	4	510

PERCEPÇÕES DOS INQUIRIDOS QUANTO À SUPORTABILIDADE DO TRÁFEGO AUTO NO ARRUAMENTO DO INQUIRIDO POR LOCALIZAÇÃO TOPONÍMICA

		TRÁFEGO AUTO É SUPORTÁVEL NO ARRUAMENTO DO INQUIRIDO			TOTAL
		Sim	Não	N/Resp.	
LOCALIZAÇÃO TOPONÍMICA	Rua da Várzea	29	3		32
	Travessa do Torres	3	1		4
	Campo da Várzea	1			1
	R. Maria Barreto Bastos	11	2		13
	R. Dr. Aleixo Ferreira	21		1	22
	Praça Machado Santos	3	1		4
	Largo Dr. Justino Freire	3	1		4
	R. Francisco Xavier de Melo	11	4		15
	R. do Terreirinho	5			5
	R. Cavaleiros da Espora Dourada	40	14		54
	R. Serpa Pinto	5	5		10
	R. Celeiros de Sta Maria	7	5		12
	R. da Horta Nova	3	2		5
	Praça do Município	8	5		13
	R. Miguel Bombarda	11	6		17
	Rua 9 de Abril	1			1
	Rua Dias Neiva	13	3		16
	Largo dos Polomes	11	2		13
	Travessa Madeira Torres		2		2
	R. Mouzinho de Albuquerque	10	4		14
	R. Roque Ferreira Lobo	4	3		7
	L. Frei Eugénio Trigueiros	8	2		10
	R. Guilherme Gomes Fernandes	9	8		17
	Pátio do Alfazema	6			6
	Rua do Quebra-Costas	3			3
	Travessa do Quebra-Costas	2	2		4
	R. de Traz do Açougue	3	9		12
	Travessa Luís Cardoso		1		1
	Rua da Cruz	5	3		8
	Rua Elias Garcia	2	1		3
	Largo de Sto António	5	4		9
	R. Cap. L. Bôto Pimentel	5	6		11
	Travessa do Castelo	2	1		3
Rua da Paz	1	4		5	
Trav. Maria da Purificação da Silva	1	3	1	5	
L. Padre Jacinto Pio Sobreiro	2	1		3	
L. Coronel Morais Sarmiento	4	1		5	

		TRÁFEGO AUTO É SUPORTÁVEL NO ARRUAMENTO DO INQUIRIDO			TOTAL
		Sim	Não	N/Resp.	
LOCALIZAÇÃO TOPONÍMICA	Rua de S. Miguel	17	5	3	25
	Travessa de S. Miguel	2	8		10
	Rua de Sto António	3	8		11
	Bairro Leonor	5	1		6
	Travessa de Sto António	8	5		13
	R. S. Gonçalo de Lagos	48	15		63
	Rua de Carcavelos	4	9		13
TOTAL		345	160	5	510

ATTITUDES DOS INQUIRIDOS ACERCA DA PEDONIZAÇÃO DO ARRUAMENTO DO INQUIRIDO POR LOCALIZAÇÃO TOPONÍMICA

LOCALIZAÇÃO TOPONÍMICA	O TRÁFEGO AUTO DEVE SER SUPRIMIDO PARA A PEDONIZAÇÃO DO ARRUAMENTO DO INQUIRIDO			TOTAL
	Sim	Não	N/Resp.	
Rua da Várzea	16	16		32
Travessa do Torres	3	1		4
Campo da Várzea		1		1
R. Maria Barreto Bastos	6	7		13
R. Dr. Aleixo Ferreira	7	14	1	22
Praça Machado Santos	4			4
Largo Dr. Justino Freire	1	3		4
R. Francisco Xavier de Melo	8	7		15
R. do Terreirinho	4	1		5
R. Cavaleiros da Espora Dourada	18	36		54
R. Serpa Pinto	7	2	1	10
R. Celeiros de Sta Maria	11	1		12
R. da Horta Nova	2	3		5
Praça do Município	4	9		13
R. Miguel Bombarda	7	10		17
Rua 9 de Abril		1		1
Rua Dias Neiva	8	7	1	16
Largo dos Polomes	5	8		13
Travessa Madeira Torres	2			2
R. Mouzinho de Albuquerque	5	9		14
R. Roque Ferreira Lobo	4	3		7
L. Frei Eugénio Trigueiros	3	7		10
R. Guilherme Gomes Fernandes	7	10		17
Pátio do Alfazema	3	3		6
Rua do Quebra-Costas	1	2		3
Travessa do Quebra-Costas	4			4
R. de Traz do Açougue	10	2		12
Travessa Luís Cardoso	1			1
Rua da Cruz	6	2		8
Rua Elias Garcia	3			3
Largo de Sto António	6	3		9
R. Cap. L. Bôto Pimentel	6	5		11
Travessa do Castelo	2	1		3
Rua da Paz	5			5
Trav. Maria da Purificação da Silva	5			5
L. Padre Jacinto Pio Sobreiro	2	1		3

		O TRÁFEGO AUTO DEVE SER SUPRIMIDO PARA A PEDONIZAÇÃO DO ARRUAMENTO DO INQUIRIDO			TOTAL
		Sim	Não	N/Resp.	
LOCALIZAÇÃO TOPONÍMICA	Largo Coronel Morais Sarmiento	3	2		5
	Rua de S. Miguel	11	11	3	25
	Travessa de S. Miguel	10			10
	Rua de Sto António	11			11
	Bairro Leonor	6			6
	Travessa de Sto António	10	3		13
	R. S. Gonçalo de Lagos	14	49		63
	Rua de Carcavelos	12	1		13
TOTAL		263	241	6	510

EQUIPAMENTOS SOCIOCULTURAIS EXISTENTES NA ZONA DE EMERGÊNCIA DO CENTRO HISTÓRICO

ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS, e DESPORTIVAS

Culturais

- Associação Leonel Trindade
- Cooperativa de Comunicação e Cultura
- Grupo Amigos de Torres Vedras
- Tuna Comercial Torreense
- Sociedade Recreativa Operária

Recreativas e Desportivas

- Atlético Clube Torreense (Castelo)
- Sociedade Columbófila de Torres Vedras
- Sporting Clube de Torres

INSTITUIÇÕES SOCIAIS E EDUCACIONAIS

Sociais

- Centro de Atendimento à Toxicodependência
- Centro Social e Paroquial
- Creche do Centro Social e Paroquial
- Creche “O Cantinho dos Pequenotes”
- Narcóticos, Alcoólicos, e Famílias Anónimas

Educacionais

- CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica
- INTERNACIONAL HOUSE – Escola de língua inglesa
- CCLS – Escola de língua inglesa

NOMENCLATURA DAS CATEGORIAS SOCIOPROFISSIONAIS
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

1. Agricultores por conta própria:

- Agricultores com pequena exploração
- Agricultores com média exploração
- Agricultores com grande exploração

2. Artesãos, Comerciantes e Dirigentes Empresariais:

- Artesãos
- Comerciantes
- Dirigentes de Empresas com 10 ou mais assalariados

3. Quadros e Profissionais Intelectuais Superiores:

- Profissões Liberais
- Quadros da Função Pública
- Professores, Profissões Científicas
- Profissões da Informação, das Artes e dos Espectáculos
- Quadros Administrativos e Comerciais da Empresa
- Engenheiros e Quadros Técnicos da Empresa

4. Profissões Intermediárias:

- Professores Primários e equiparados
- Profissões intermediárias da Saúde e Trabalho Social
- Clero e Religiosos
- Profissões intermediárias Administrativas da Função Pública
- Profissões intermediárias Administrativas e Comerciais das Empresas
- Técnicos
- Agentes de Controlo

5. Empregados:

- Empregados Cívicos e Agentes de Serviço da Função Pública
- Polícias e Militares
- Empregados Administrativos da Empresa
- Empregados do Comércio
- Pessoal dos Serviços directos a particulares

6. Operários:

- Operários qualificados do tipo industrial
- Operários qualificados do tipo artesanal
- Motoristas
- Operários qualificados de manutenção, Armazenamento e dos Transportes
- Operários não qualificados do tipo industrial
- Operários não qualificados do tipo artesanal